

Descrição e Análise do Perfil Socioeconômico das Áreas e dos Produtores de Fumo em Folha no Sul e no Nordeste do Brasil

Um estudo baseado nos resultados do Censo Agropecuário 2006

Relatório de Pesquisa



Descrição e Análise do Perfil Socioeconômico das Áreas e dos Produtores de Fumo em Folha no Sul e no Nordeste do Brasil

Um estudo baseado nos resultados do Censo Agropecuário 2006

Relatório de Pesquisa



Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas, Substituto

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Descrição e Análise do Perfil Socioeconômico das Áreas e dos Produtores de Fumo em Folha no Sul e no Nordeste do Brasil

Um estudo baseado nos resultados do Censo Agropecuário 2006

Relatório de Pesquisa



Brasília, 2013

FICHA TÉCNICA

Este relatório descreve e analisa o perfil socioeconômico das áreas e dos produtores de fumos claros no Sul do Brasil com base nos resultados do Censo Agropecuário 2006. Foram analisados os dados para o Brasil e para os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia e Alagoas, tanto a partir do Censo 2006 como de dados de séries de tempo, obtidos de censos anteriores e do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Coordenação geral

Brancolina Ferreira – CODER/DISOC/IPEA

Fábio Alves – CODER/DISOC/IPEA

A pesquisa que deu origem a este relatório foi conduzida pela Coordenação de Desenvolvimento Rural da Diretoria de Estudos e Pesquisas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (CODER/DISOC/IPEA) e pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS) no âmbito do Subprograma de Apoio a Redes de Pesquisas (PROREDES) do Programa de Mobilização da Competência Nacional para Estudos sobre o Desenvolvimento (PROMOB): Projeto de Cooperação Técnica IPEA/PGDR 2010/2011 – Análise Multidimensional dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006.

Coordenação da pesquisa

Sergio Schneider – PGDR/UFRGS

Leonardo Xavier – PGDR/UFRGS

Elaboração e redação

Leonardo Xavier da Silva – UFRGS

Paulo Libardoni – UFRGS

Guilherme Silva de Farias – UFRGS

Equipe técnica

Diogo Fuhrmann – UFRGS

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	7
APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA	9
1 FUMO EM FOLHA NO CENSO AGROPECUÁRIO (2009): UM RETRATO DO BRASIL, REGIÕES E ESTADOS	14
2 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS PRODUTORES DE TABACO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE ACORDO COM OS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2006	44
3 FUMICULTURA NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1990 e 2000: INTERPRETAÇÕES ECONÔMICAS DAS MUDANÇAS NA ALOCAÇÃO ESPACIAL	56
4 A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS EM MEIO AO SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE TABACO	70

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

- 1 – Quantidade produzida de fumo em folha no Rio Grande do Sul – por microrregião geográfica
- 2 – Quantidade produzida de fumo em folha em Santa Catarina – por microrregião geográfica
- 3 – Quantidade produzida de fumo em folha no Paraná – por microrregião geográfica
- 4 – Quantidade produzida de fumo em folha na Bahia – por microrregião geográfica

Gráficos

- 1 – Número de estabelecimentos agropecuários – série histórica – Brasil (1950-2006)
- 2 – Evolução populacional brasileira: rural e urbana (1950-2010)
- 3 – Quantidade produzida nas lavouras temporárias de fumo em folha – Brasil (1940-2006)
- 4 – Quantidades produzidas segundo grupos de áreas totais (ha) – Brasil (2006)
- 5 – Distribuição percentual do valor produzido segundo grupos de áreas totais – Brasil (2006)
- 6 – Percentual representativo da quantidade produzida segundo grupos de áreas totais – Brasil
- 7 – Relação da quantidade produzida e número de estabelecimentos segundo grupos de áreas totais – Brasil (2006)
- 8 – Pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor de fumo, por sexo – Brasil (2006)
- 9 – Pessoal ocupado sem laço de parentesco com o produtor de fumo, por sexo – Brasil (2006)
- 10 – Relação entre o total de pessoal ocupado com e sem laço de parentesco no cultivo do fumo – Brasil (2006)
- 11 – Grandes regiões
- 12 – Principais Unidades da Federação dedicados à produção de fumo – Variável de referência: quantidade produzida (2006)
- 13 – Microrregiões produtoras de fumo em folha (2006)
- 14 – Área colhida dos cinco principais estados produtores de fumo em folha do Brasil (1990-2009)
- 15 – Quantidade produzida nos cinco principais estados produtores de fumo em folha do Brasil (1990-2009)
- 16 – Valor da produção de fumo em folha nos cinco principais estados produtores do Brasil (1994- 2009)
- 17 – Porcentagem de pessoas que receberam salário na família nos estabelecimentos produtores de fumo em folha nos cinco principais estados do Brasil (2006)
- 18 – Nível de instrução dos dirigentes do estabelecimento nos cinco principais estados produtores de fumo em folha do Brasil (2006)
- 19 – Classe de idade nos estabelecimentos produtores de fumo em folha nos cinco principais estados do Brasil (2006)
- 20 – Sexo da pessoa que dirige o estabelecimento agropecuário nos estabelecimentos produtores de fumo em folha nos cinco principais estados do Brasil (2006)
- 21 – Variação anual da produção de fumo em folha – RS (1994-2009)
- 22 – Quantidade produzida nas lavouras temporárias de fumo em folha – RS (1940-2006)
- 23 – Trabalho e laços de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha – RS (2006)
- 24 – Utilização de empregados sem laços de parentesco com o produtor nos estabelecimentos produtores de fumo em folha (2006)
- 25 – Distribuição do trabalhador com laço de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha, por sexo e com mais ou menos de 14 anos de idade – RS (2006)
- 26 – Variação anual da produção de fumo em folha – SC (1994-2009)
- 27 – Quantidade produzida nas lavouras temporárias de fumo em folha – SC (1994-2006)
- 28 – Trabalho e laços de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha – SC (2006)
- 29 – Utilização de empregados sem laços de parentesco com o produtor nos estabelecimentos produtores de fumo em folha – SC (2006)
- 30 – Distribuição do trabalhador com laço de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha, por sexo e com mais ou menos de 14 anos de idade – SC (2006)
- 31 – Variação anual da produção de fumo em folha – PR (1994-2009)
- 32 – Quantidade produzida nas lavouras temporárias de fumo em folha – PR (1940-2006)
- 33 – Trabalho e laços de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha – PR (2006)
- 34 – Utilização de empregados sem laços de parentesco com o produtor nos estabelecimentos produtores de fumo em folha – PR (2006)
- 35 – Distribuição do trabalhador com laço de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha, por sexo e com mais ou menos de 14 anos de idade – PR (2006)

- 36 – Variação anual da produção de fumo em folha – BA (1994-2009)
- 37 – Quantidade produzida nas lavouras temporárias de fumo em folha – (1940-2006)
- 38 – Trabalho e laços de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha – PR (2006)
- 39 – Utilização de empregados sem laços de parentesco com o produtor nos estabelecimentos produtores de fumo em folha – BA (2006)
- 40 – Distribuição do trabalhador com laço de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha com mais ou menos de 14 anos de idade, por sexo – BA (2006)
- 41 – Variação anual da produção de fumo em folha – AL (1994-2009)
- 42 – Quantidade produzida nas lavouras temporárias de fumo em folha – AL (1940-2006)
- 43 – Trabalho e laços de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha – AL (2006)
- 44 – Utilização de empregados sem laços de parentesco com o produtor nos estabelecimentos produtores de fumo em folha – AL (2006)
- 45 – Distribuição do trabalhador com laço de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha, por sexo e com mais ou menos de 14 anos de idade (2006)
- 46 – Condição legal do produtor de fumo em relação às terras – Brasil

Tabelas

- 1 – Pessoal ocupado com laço de parentesco em estabelecimentos agropecuários que produzem fumos claros, por sexo – Brasil (2006)
- 2 – Pessoal ocupado sem laço de parentesco em estabelecimentos agropecuários que produzem fumos claros, por sexo – Brasil (2006)
- 3 – Produção Brasileira de fumo em folha e rendimento médio (1975-2006)
- 4 – Produção brasileira e estadual de fumo em folha – (2008/2009 a 2010/2011)
- 5 – Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca, segundo grupos de área total – Brasil (2006)
- 6 – Pessoal ocupado nos estabelecimentos com laço de parentesco com o produtor, por sexo e idade, segundo os grupos e classes de atividade econômica – Brasil (2006)
- 7 – Pessoal ocupado nos estabelecimentos sem laço de parentesco com o produtor, por sexo e idade, segundo os grupos e classes de atividade econômica – Brasil (2006)
- 8 – Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca, segundo o tipo de colheita – Brasil (2006)
- 9 – Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca, segundo tipo de cultivo – Brasil (2006)
- 10 – Área colhida e uso de agrotóxicos na lavoura de fumo (2006)
- 11 – Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca, segundo as grandes regiões e Unidades da Federação (2006)
- 12 – Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca, segundo destino da produção vendida ou entregue a terceiros – Brasil (2006)
- 13 – Quantidade produzida de fumo em folha no Rio Grande do Sul, por microrregião geográfica (1990, 1995, 2000, 2005, 2009)
- 14 – Quantidade de fumo em folha em Santa Catarina, por microrregião geográfica (1990, 1995, 2000, 2009)
- 15 – Quantidade produzida de fumo em folha no Paraná, por microrregião geográfica (1990, 1995, 2000, 2005, 2009)
- 16 – Quantidade produzida de fumo em folha na Bahia, por microrregião geográfica (1990, 1995, 2000, 2005, 2009)
- 17 – Quantidade produzida de fumo em folha em Alagoas, por microrregião geográfica (1990, 1995, 2000, 2005, 2009)
- 18 – Destino da produção de fumo em folha, segundo ano e quantidade – RS

APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A proposta da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea de analisar aprofundadamente os resultados do Censo Agropecuário (2006) fez com que fossem enviadas cartas-convite a instituições pesquisadoras nacionais, no âmbito do Programa de Apoio a Redes de Pesquisa (Proredes). Por considerar a iniciativa relevante, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), representada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), candidatou-se a atuar no mencionado programa, tendo sido selecionada por sua proposta, intitulada “Projeto de Pesquisa de Equipe para Análise dos Dados do Novo Censo Agropecuário (2009)”. Nesta, diferentes subprojetos foram construídos, entre estes, o chamado *Descrição e Análise do Perfil Socioeconômico das Áreas e dos Produtores de Fumo Claros no Sul e no Nordeste do Brasil: um estudo baseado nos resultados do Censo Agropecuário 2006* cujos resultados são apresentados no presente relatório. Após avaliação e sugestão dos pesquisadores do Ipea, chegou-se à construção de uma pesquisa que analisou o Brasil, em termos agregados, e os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia e Alagoas, procurando-se comparar os dados destes que são os principais produtores de fumo em folha do país, tanto a partir do Censo 2006, como de dados de séries de tempo, baseados em censos anteriores e no Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra).

A discussão sobre a produção de fumo em folha é relevante, porque, ao contrário do que aconteceu com várias estruturas produtivas agrícolas, nas décadas de 1980 e 1990 – em que foram observados fracassos e crises (Silva, 1996) –, considera-se a situação da produção e da comercialização, que vem se desenvolvendo e proporcionando resultados positivos para os agentes e regiões nas quais a atividade está situada. Para esta, iniciou-se na década de 1980 a consolidação das áreas de produção e a intensificação da ação da indústria.

A cadeia agroindustrial fumageira está estruturada, desde os anos 1970, por um oligopsonio. Pelo lado dos agricultores, estes cultivam o tabaco em pequenas propriedades, com uso intensivo de mão de obra, sobretudo familiar, o que expressa a importância socioeconômica deste produto. Além disto, os produtores são organizados e representados pela Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), instituição representativa que dá apoio aos produtores e poder de negociação junto às indústrias beneficiadoras.

Pelo lado das indústrias, empresas de grande porte – como Souza Cruz S/A e Phillip Morris Brasil LTDA –, sustentam a atividade fumageira. Isto ocorre por meio de assistência técnica aos agricultores, fornecimento de insumos, avaliação de financiamentos para custeio e investimento junto à rede bancária, e via atividades de pesquisa. As empresas são também organizadas e representadas pelo Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco).

Saber dessas características estruturais da cadeia produtiva do fumo em folha é algo que, a princípio, já provoca o interesse e a necessidade de se estudar com detalhamento o que suporta o mencionado produto. Junto a isso, conhecer com profundidade os produtores e o espaço rural das áreas de produção do tabaco torna-se importante, na medida em que, para o caso dos fumos claros, o Brasil é o líder das exportações do produto, desde 1993, dominando aproximadamente 27% do total do mercado (USDA, 2006). Os dados que descrevem a produção de fumos claros no Brasil, conforme o Censo Agropecuário de 2006, mostram que esta possui, pelo menos, duas características interessantes: primeiro, condição de o produtor ser fundamentalmente do proprietário (76% dos informantes) e, segundo, porque aproximadamente 95% da quantidade colhida estiveram alicerçadas em propriedades de menos de 50 ha.

Chamam atenção também os dados dos três estados do sul do Brasil, cuja produção – conforme o mesmo censo –, equivaleu a mais de 95% do total gerado no país. Em contrapartida, no Nordeste, se destacam na produção do tabaco em folha os estados de Alagoas e Bahia, com mais de 12% dos informantes, porém menos de 5% da quantidade produzida em território nacional. Os dados sobre condição do agricultor e grupos de área do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, bem como Alagoas e Bahia, mostraram similaridade com os dados para o Brasil. Reforça-se esta condição, pois informações disponibilizadas por órgãos de classe ligados à cadeia fumageira (como Afubra e Sinditabaco) expressam que, na década atual, as características supracitadas não sofreram mudanças.

Mesmo com esse contexto delineado, ainda são raras as análises feitas nas áreas das ciências sociais aplicadas, no que diz respeito ao tabaco. E os dados dos censos agropecuários, em especial o do censo de 2006, podem propiciar subsídios a importantes avanços na compreensão deste antigo e bem-sucedido, no entanto, pouco estudado tema. Isto, pois tal levantamento de informações proporcionará uma única e incontestável gama e abrangência de dados para a análise das cadeias de fumos em folha, assim como de tantos outros aspectos econômicos, sociais e ambientais da atividade agropecuária brasileira.

O problema da escassez de trabalhos, em contraposição à posição de liderança do fumo, ganha relevância, a partir do instante em que se tem, por parte do governo, a ratificação da chamada Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, documento internacional que visa reduzir o consumo de cigarros e a produção de tabaco. O governo brasileiro já vem elaborando e executando políticas compensatórias, no sentido de proporcionar renda e emprego, bem como evitar êxodo das áreas de fumicultura. De toda forma, têm de partir da academia auxílios para pesquisas e diálogos com grupos de representantes da sociedade, para que se tenham informações que ajudem tais políticas a obterem pleno êxito, conforme os objetivos concernentes a tal convenção.

Dessa forma, conhecer o perfil dos produtores de fumo, bem como as demais atividades econômicas realizadas nesse espaço, são elementos fundamentais para a proposição de políticas consistentes de mudança na paisagem das regiões produtoras da mencionada folha, nos cinco estados destacados. E, com este projeto, foi possível gerar resultados a serem aproveitados pela sociedade, verificando-se a caracterização da produção em duas regiões de referência. Aliado a isto, interpretando-se os dados de maneira a realizar uma descrição e comparação entre os estados e regiões, encontram-se elementos que subsidiam indicações de aplicações de instrumentos de política que venham ao encontro da mudança institucional apresentada pelo governo federal.

O presente relatório está construído a partir dos resultados da pesquisa com dados secundários e está estruturado na forma de três seções, mais um resumo expandido. A primeira seção teve por objetivo elaborar uma caracterização geral da produção de fumos em folha seca, no Brasil, nas grandes regiões do país e nos estados (citados) selecionados por sua importância no cultivo e no emprego relacionados. Para tanto, foi feito uso dos dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009), mais informações obtidas junto ao Sidra. O texto foi construído por Leonardo Xavier da Silva (professor da UFRGS) e Paulo Libardoni (pesquisador do Ipea). Como principais resultados, constatou-se que os dados para o Brasil mostraram uma tendência ao crescimento no número de estabelecimentos rurais produtores de fumo. Nos estabelecimentos agropecuários, verificou-se que a condição de proprietário do produtor é a mais recorrente, enquanto os estabelecimentos de até 50 ha são os responsáveis por mais de 96% da quantidade produzida e do valor da produção do fumo em folha. Para os estados, Rio Grande do Sul é principal produtor, seguido de Santa Catarina e Paraná que, juntos, geram mais de 90% do fumo nacional. Alagoas e Bahia produzem aproximadamente

5% do total produzido no país. Alguns dados sobre o pessoal ocupado na fumicultura dos cinco estados mencionados merecem destaque: a porcentagem de pessoas que recebem salários nas famílias nas quais se produz não atinge 1%; sobre o nível de instrução do dirigente, nos três estados do Sul, em média, 78% têm ensino fundamental incompleto. Em Alagoas e Bahia, 38% não sabem ler e escrever. No Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Bahia, a maior frequência de idade dos produtores de fumo é de 35 a 55 anos; em Alagoas, a maior frequência está na faixa de idade de 25 a 45 anos. Por fim, na maior parte do ano, o trabalho na fumicultura é realizado pelo produtor e outros membros da família.

A segunda seção, intitulada *Caracterização dos estabelecimentos agropecuários produtores de tabaco no Brasil: uma análise de acordo com os dados do Censo Agropecuário (2006)*, centrou atenções mais detalhadamente ao retratar os estabelecimentos rurais produtores de tabaco. Ainda que tenha aproveitado dados de censos anteriores, o censo de 2006 serviu para que fosse feita a identificação das propriedades que produzem fumo em folha no país. Aliado a isto, outras referências serviram de fundamento para as discussões, como artigos científicos e dados das organizações representativas do setor. Este texto esteve a cargo de Leonardo Xavier da Silva, Diogo Roberto Fuhrmann (pesquisador do Ipea) e Guilherme Silva de Farias (pesquisador do Ipea). O trabalho apontou que a produção desta cultura (chamada de “fumos em folha”) ocorre principalmente em pequenos estabelecimentos especializados, de até 20 ha, que ocupam, prioritariamente, mão de obra familiar, com mais de 14 anos de idade. Além disso, a produção tem caráter comercial, visto que mais de 95% da produção é comercializada principalmente com usinas de beneficiamento. Mesmo operando com uma tecnologia produtiva essencialmente manual, o valor da produção chega a mais de R\$ 5 mil por ha e ao ano (US\$ 3.300,00). Os resultados encontrados no decorrer do trabalho permitem inferir acerca da relevância socioeconômica da produção de fumo em folha nos estabelecimentos rurais familiares do Brasil.

O terceiro trabalho contido neste relatório descreveu a mobilidade da produção de fumo em folha, nos cinco estados objeto da pesquisa. O objetivo central do texto foi descrever e interpretar as transformações espaciais da produção de tabaco no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, na Bahia e em Alagoas. Teve-se por base a quantidade produzida (em t) no período de 1990 a 2009, e a fonte de dados principal foi o Sistema de Recuperação Automática do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011). Os autores deste trabalho foram: Leonardo Xavier da Silva, Diogo Fuhrmann (pesquisador do Ipea) e Cristiano Sehn (ex-pesquisador do Ipea). Por este texto, observa-se uma tendência de expansão da produção nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (região Sul do Brasil), responsáveis por mais de 94% da produção nacional. Há, ainda, a expansão regional das áreas de plantio de tabaco. Em contrapartida, os estados de Alagoas e Bahia (região Nordeste do Brasil) experimentam uma tendência de queda na área plantada. O mercado contribui na explicação deste movimento oposto entre as duas regiões do país, haja vista que a produção sul-brasileira é especializada em tabacos para cigarro e sua reputação é de produção de uma folha de alta qualidade. Os dois estados nordestinos, por sua vez, produzem tabaco para charuto e cigarrilha (fumos escuros), mercado de menor volume e em que o país não se destaca no cenário nacional e internacional.

A quarta seção trata-se de um resumo expandido elaborado por Guilherme Silva de Farias (pesquisador do Ipea), que teve como objeto de estudo o município de Jaguari (RS), distante pouco mais de 400 km de Porto Alegre. Tal município foi definido porque sua produção de fumo em folha praticamente inexistia até o Censo Agropecuário 1985, ao passo que, em 2006, era cultura dominante em seus estabelecimentos agropecuários familiares. Neste contexto, coube analisar como estão estabelecidas as relações entre produtores de fumo em folha e seus compradores (empresas integradoras, intermediários etc.). Quanto ao

método, os dados secundários foram obtidos dos censos agropecuários de 1975 a 2006, e dos dados de Afubra e Sinditabaco; os dados primários foram obtidos em pesquisa de campo e entrevistas com atores-chave, além dos próprios produtores de tabaco no município. O documento também foi alicerçado em referências bibliográficas. É parte do trabalho de conclusão de curso de bacharelado em ciências sociais, na UFRGS.

Os textos resultantes da pesquisa buscaram contemplar os objetivos originais estabelecidos no documento do acordo. Estes foram cumpridos, exceção feita à análise das culturas substitutas dos fumos claros, tarefa que foi inviabilizada por ter se tornado excessivamente complexa frente à capacidade dos pesquisadores em cumpri-la. Em compensação, fez-se um esforço para compreender as causas do avanço do tabaco em determinadas áreas, analisando a expansão de suas fronteiras, no Sul, em contrapartida à redução de sua produção nos estabelecimentos nordestinos.

Como finalização desta apresentação e justificativa, expõe-se que ainda há séries de dados captados no censo agropecuário que, através de tabulações especiais, poderão permitir um detalhamento do retrato dos estabelecimentos agropecuários produtores de fumo em folha. Por exemplo, identificação das fontes e das finalidades dos financiamentos, incluindo-se aí o acesso a recursos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);¹ participação, ou não, dos produtores em associações, cooperativas, com vistas a averiguar sobre a importância que estes dão às organizações sociais; e, ainda, formas de ocupação e de propriedade dos estabelecimentos onde o fumo é cultivado, sejam terras próprias, sem título definitivo ou com produção em parceria. Todas estas explicações poderão também manter o princípio de análise para os cinco estados estudados neste relatório e permitir a plena compreensão da produção deste produto no país.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Caracterizar o perfil socioeconômico das propriedades rurais produtoras de fumos em folha no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Alagoas e Bahia.

Objetivos específicos

Para os cinco estados do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Alagoas e Bahia), têm-se como objetivos específicos:

- identificar a evolução da localização e dos grupos de áreas de produção de fumo em folha;
- fazer uma análise comparativa das características dos produtores de fumo em folha;
- caracterizar e comparar os estabelecimentos agropecuários e sua utilização;
- caracterizar o perfil das pessoas ocupadas nas áreas de produção;
- verificar a tecnologia aplicada no cultivo dos fumos;
- verificar o destino da produção de fumos;
- descrever fontes de financiamento, receitas e despesas das propriedades em que há produção de fumo;

1. Ainda que os autores deste relatório saibam que é vedado o acesso ao Pronaf para a produção de fumo em folha, como o objeto do censo é o estabelecimento agropecuário, conforme acesso aos dados de financiamento, é possível que se façam inferências sobre uso das linhas de financiamento ligadas àquele programa.

- comparar os resultados observados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná com os de Alagoas e Bahia; e
- realizar estudo de caso em município selecionado, a partir das interpretações anteriores.

METODOLOGIA E ATIVIDADES

Fundamentos e procedimentos

Para o presente projeto, propõe-se uma pesquisa do tipo exploratória descritiva, baseada em dados dos censos agropecuários do Brasil, desde 1975 até 2006. A análise mais aprofundada dos dados sobre a fumiicultura esteve alicerçada nos resultados do recenseamento de 2006, em face da maior riqueza de dados proporcionada por este.

Os dados obtidos com os censos foram tabulados, no que se refere às variáveis selecionadas, o que resultou na produção de tabelas e gráficos, de maneira a ilustrar e viabilizar a interpretação dos resultados. Os dados foram trabalhados para o Brasil, de forma agregada, conforme variável selecionada e, para os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Alagoas e Bahia, somando-se os números a eles relativos, por procedimentos similares aos aplicados para a abrangência nacional, algo que proporcionou uma análise comparativa, na forma temporal e espacial.

O desenvolvimento da proposta aqui apresentada teve também como fundamento uma pesquisa bibliográfica relacionada aos temas de cadeias produtivas ligadas ao setor agropecuário, e produção de fumos claros no Brasil. A obtenção das informações ocorreu fazendo-se uso, ainda, de consultas a dados de organizações classistas, além de consultas diretas a agentes ligados à produção do produto. Aprofundamentos metodológicos são apresentados à medida que forem desenvolvidas as seções deste relatório.

Fontes

Os principais dados para o desenvolvimento do projeto da presente proposta foram os do Censo Agropecuário 2006. Os resultados deste censo foram comparados com os dos censos agropecuários de 1975 a 1995-1996, com vistas a se verificar possíveis mudanças na condição do produtor, nos grupos de área total e de colheita, no destino da produção, no tipo de cultivo e na tecnologia empregada. Outra importante fonte de obtenção de dados utilizada foi o Sidra, especialmente empregada na discussão de séries de tempo e para a construção de cartogramas.

Outros órgãos que serviram de fontes de dados e de informações primárias foram a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do Rio Grande do Sul (RS) e do Paraná (PR), além da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), mais consultas a agentes ligados à produção do produto, como sindicatos de trabalhadores, Sinditabaco e Afubra. Estes também puderam fornecer dados sobre produção, comercialização, pessoal ocupado, mercados e renda, gerados por estes agentes.

REFERÊNCIAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Notas técnicas.** Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/notatecnica.pdf>.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVA, L. X. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

USDA – UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Tobacco statistics and reports**. 2005. Disponível em: <<http://www.fas.usda.gov/cots/tobstats.html>>. Acesso em: 12 maio 2009.

1 FUMO EM FOLHA NO CENSO AGROPECUÁRIO 2006: UM RETRATO DO BRASIL, REGIÕES E ESTADOS¹

1.1 Introdução

Pensar o Brasil em termos agropecuários, sob o enfoque rural e histórico, remonta a dimensões econômicas, sociais, culturais, políticas, entre outras que influenciam na formação e no desenvolvimento do país em seus mais variados setores de atuação produtiva. Têm-se, assim, a pecuária, a agroindústria, o extrativismo, o turismo, as lavouras temporárias e permanentes, todas encerradas sob os olhares do desenvolvimento rural e também sob a avaliação periódica e imprescindível do censo agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que constantemente vem nutrindo suas bases de dados, fortalecendo o estudo e a pesquisa dos mais variados setores da sociedade imbuídos deste trabalho.

De todos esses meandros e variáveis, foi a lavoura temporária de fumo em folha o objeto definido para o desenvolvimento desta pesquisa. Os pesquisadores, com base nos dados fornecidos pelo Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009), debruçaram-se em descrever, analisar e compreender a realidade apresentada por este cultivar.

O fumo em folha é marcado como parte da trajetória rural do país e no desenvolvimento das regiões Sul e Nordeste. Processos distintos são vistos no Brasil: grande ascendência nos três estados da região Sul e descendência nos estados da região Nordeste.

Assim, o presente texto destinou-se a buscar compreender a realidade apresentada por este cultivar, em seus meandros históricos, sociais, econômicos e até culturais. Esclareceram-se e pontuaram-se relações de trabalho, sexo, produção, remuneração, família, entre outros que se fizeram expressivos no desenrolar do estudo.

1.2 Considerações metodológicas

A pesquisa se perfez na compilação de dados secundários, coletados do Censo Agropecuário 2006, e das séries históricas de dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática de Dados (Sidra), para os períodos de 1940 a 2010. As variáveis captadas e, conforme a necessidade, manipuladas nessas fontes foram: quantidade produzida (t) total e por grupos de área; valor produzido por grupos de áreas totais; número de estabelecimentos agropecuários; evolução da população brasileira; pessoal ocupado por sexo, idade, com ou sem laços de parentesco; e nível de instrução do dirigente do estabelecimento. Estes dados foram apresentados para Brasil, grandes regiões do país e estados selecionados, a saber: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia e Alagoas, especificamente pelo destaque que estes estados têm na cultura fumageira, seja por questões de quantidade produzida, seja por

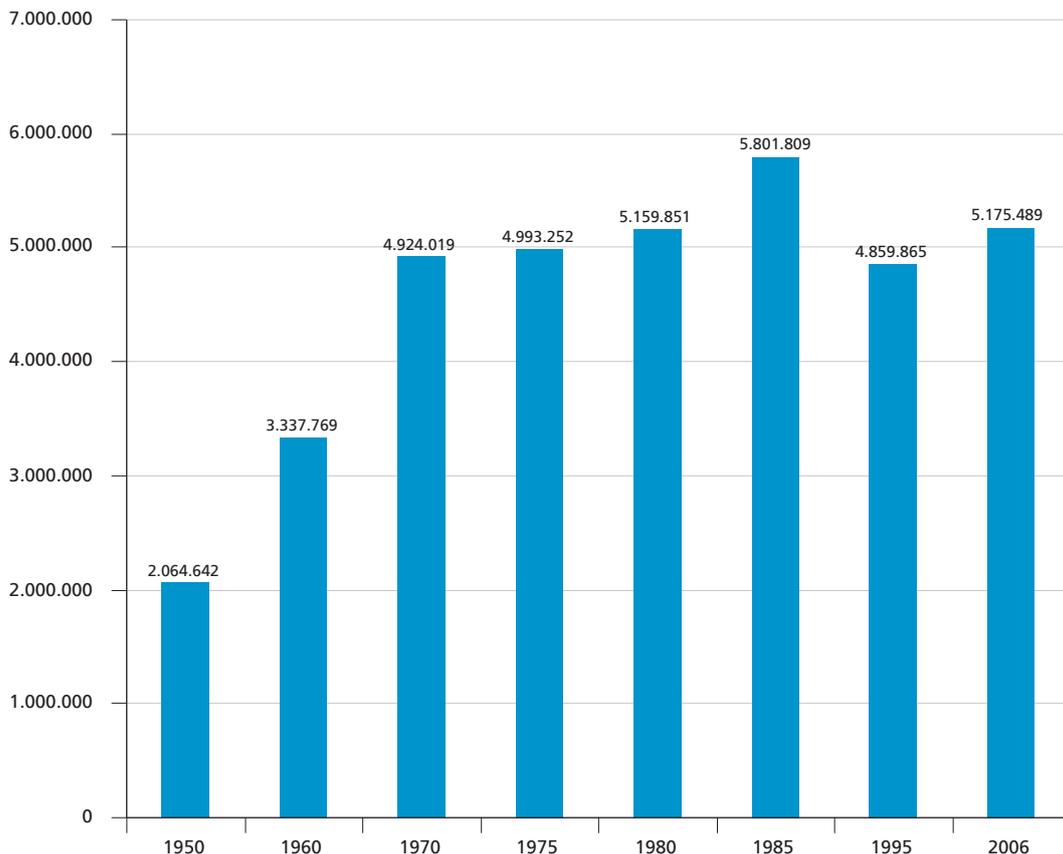
1. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Alagoas.

número de estabelecimentos e pessoal ocupado. Então, fez-se uma pesquisa exploratória de cunho quantitativo, sendo complementada com a descrição objetiva dos pesquisadores, embasada em estudos e trabalhos bibliográficos desenvolvidos sobre o tema.

1.3 Brasil: visão geral

Conforme dados dos censos agropecuários, a realidade posta para o país, nos últimos sessenta anos, observada sob o número de estabelecimentos agropecuários existentes no espaço rural, mostra que este esteve, até o ano de 1985, em ascendência, ao passo que, em 1995, houve decréscimo com pequena recuperação no ano de 2006, conforme variável apresentada. O gráfico 1 deixa claro tais informações, mostrando, simultaneamente ao processo de urbanização ocorrido no país, a partir das décadas de 1940 e 1950, um expressivo aumento do número de estabelecimentos agropecuários. Enquanto novas cidades foram criadas, concomitantemente novas áreas foram abertas e novas fronteiras agrícolas vão sendo transformadas em espaços de produção e desenvolvimento, além de possíveis fragmentações de parte dos estabelecimentos agropecuários.

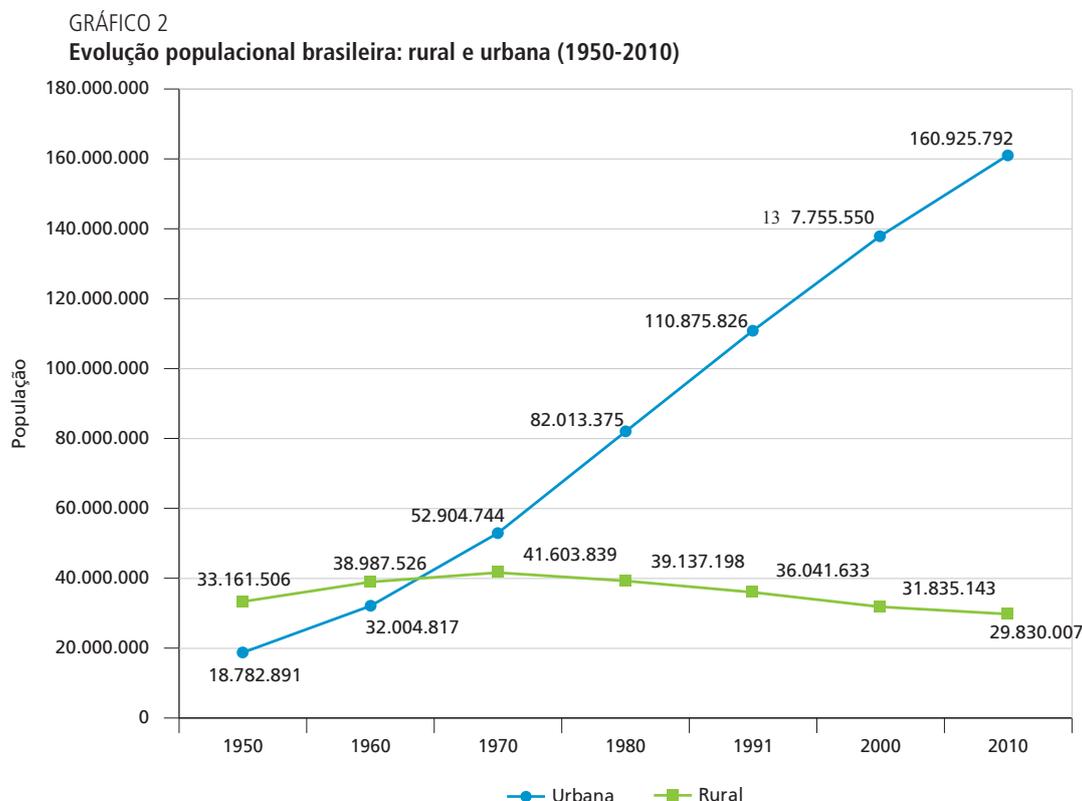
GRÁFICO 1
Número de estabelecimentos agropecuários – série histórica – Brasil (1950-2006)



Fonte: IBGE (2009).

É importante perceber que o processo de urbanização deflagrado a partir das décadas passadas no Brasil altera significativamente a estrutura social, econômica, política e cultural do país, quando o êxodo do meio rural para o urbano inverte significativamente o local de trabalho e morada da população brasileira. Altera seus usos e costumes, suas bases econômicas, sociais, seus sonhos e remodela, a partir da década de 1960, um *status* mais urbano de um país ainda rural. Dali adiante, torna-se discrepante o afastar das linhas populacionais

urbanas e rurais (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior, 2002). Toda esta discrepância vem refletir nas atividades agropecuárias desenvolvidas no espaço rural, tanto fumo, como pecuária, e demais atividades.



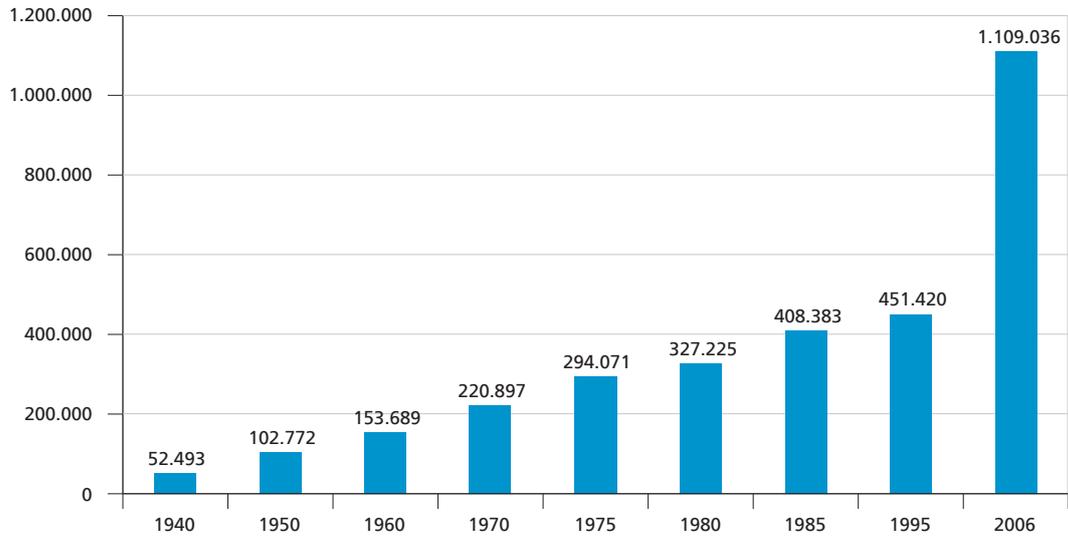
Fonte: IBGE (2009).

A redução populacional nos espaços rurais diminuiu sensivelmente a oferta de mão de obra apta a se ocupar com o trabalho rural, principalmente nos cultivos que não foram atendidos ou não são adequadas ao processo de mecanização, restando ao trabalho humano e manual o principal meio a manter a produção e a sobrevivência do produtor nestes espaços. Juntam-se, assim, técnicas, saberes e o trabalho restrito cada vez mais familiar, onde os integrantes deste grupo deveriam estar ativos no desenvolvimento da produção, como é o caso do fumo.

O gráfico 3 apresenta uma série histórica da quantidade produzida de fumo em folha no país, a partir de 1940 até 2006, demonstrando-se ascendente em todo o período temporal. Mas o ano de 2006 mostra-se amplamente expressivo, saindo de 451 t para 1.109 t. Tem-se, assim, em dez anos, a duplicação da quantidade produzida de fumo em folha no Brasil.

Tem-se também, nesse ínterim – e adiantando-se as informações que virão a seguir –, um direcionamento da produção de fumo da região Nordeste para a região Sul, e a prevalência da produção de fumos claros, em vez do fumo escuro, sendo este o principal produto cultivado nos estados da região Nordeste.

GRÁFICO 3
Quantidade produzida nas lavouras temporárias de fumo em folha – Brasil (1940-2006)
(Em t)

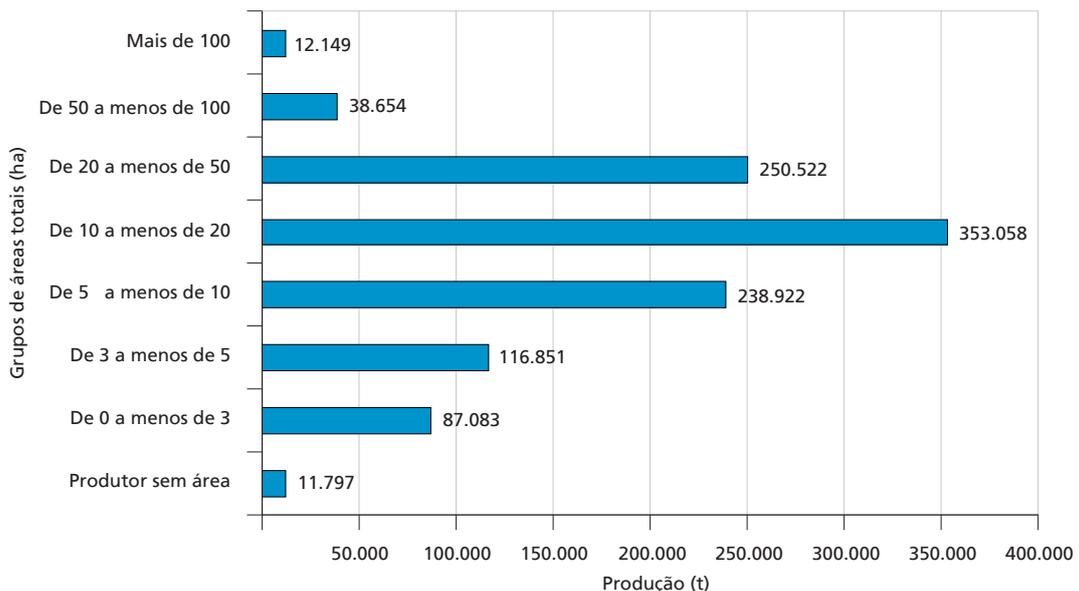


Fonte: IBGE (1940; 1950; 1960; 1970; 1975; 1980; 1985; 1995; 2009).

Essa vertiginosa ascensão da quantidade produzida pode ser objetivamente atribuída tanto a fatores internos como externos da produção, além do consumo da produção. Internamente, e sob os dados apresentados pelo gráfico 4, onde os grupos de áreas são as variáveis determinantes, a produção fica amplamente atrelada aos imóveis rurais que possuem mais de 10 e menos de 20 ha de terra, seguidos por outros dois significativos grupos de áreas totais, que são: de 5 a 10 ha, mantendo-se produtivos no patamar de aproximadamente 240 t, e outras 250 t advindas da produção de 20 a 50 ha.

A expressiva produção de fumo no país fica atrelada a estabelecimentos com baixa quantidade de terras, como apresentado no gráfico, onde poucos alqueires somados ao trabalho familiar ou não familiar são capazes de gerar renda e sustento para os produtores. Estes abastecem o mercado nacional e o internacional.

GRÁFICO 4
Quantidades produzidas segundo grupos de áreas totais (ha) – Brasil (2006)

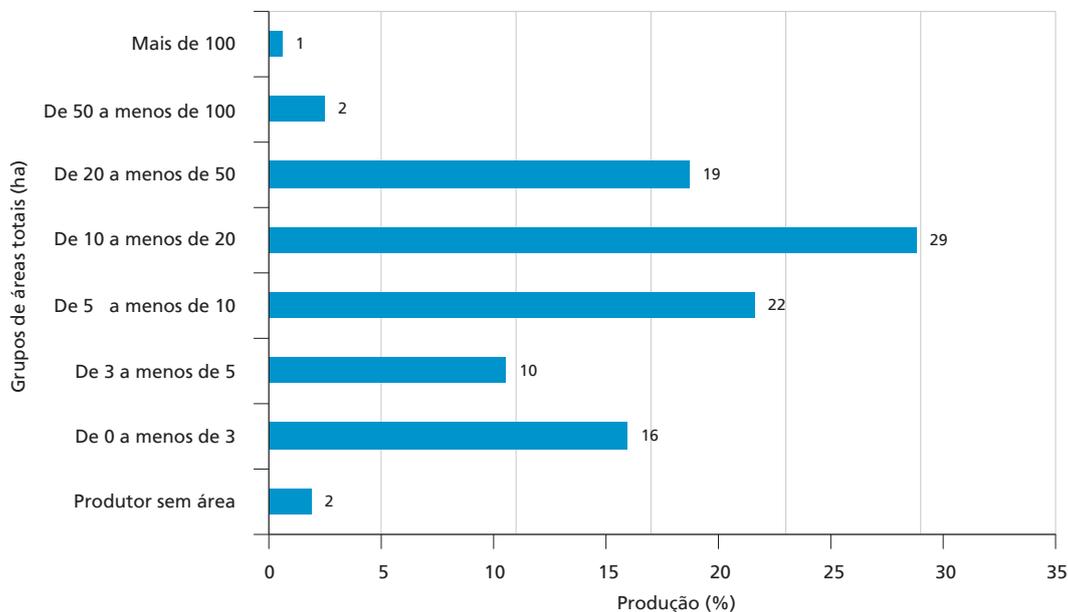


Fonte: IBGE (2009).

Tanto a quantidade produzida apresentada pelo gráfico 4 como o valor percentual produzido por estes oito grupos de áreas acabam aproximando-se. Os valores mais altos atrelados às áreas entre 10 ha e 20 ha, seguidos do grupo de áreas entre 5 ha e 10 ha, apresentando um percentual superior, mesmo tendo produzido uma quantidade de fumo a menor.

GRÁFICO 5

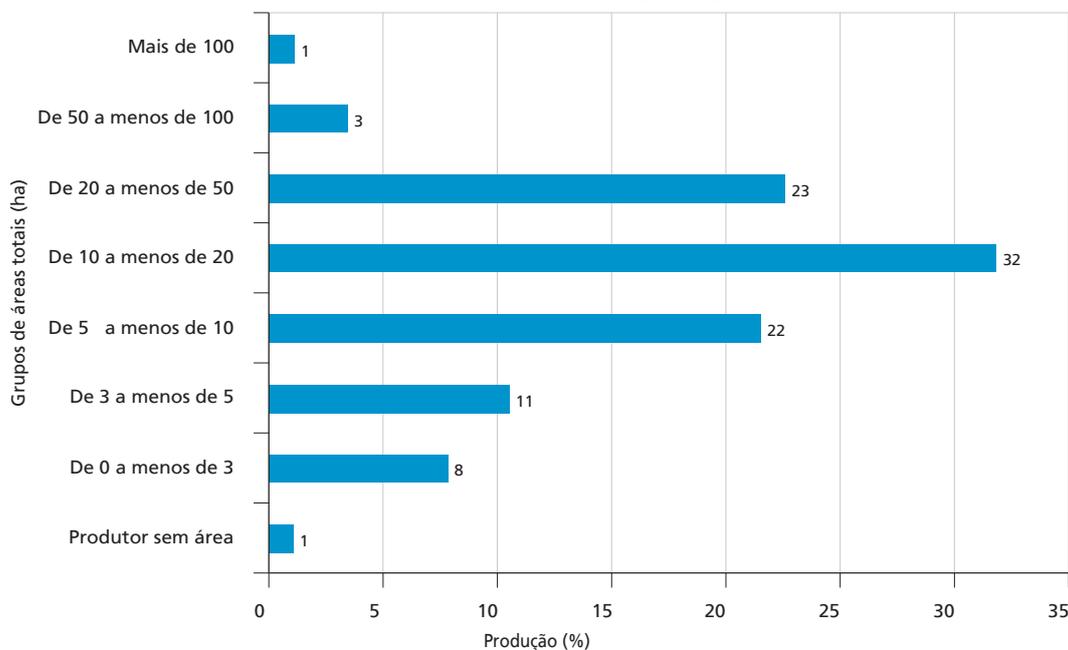
Distribuição percentual do valor produzido segundo grupos de áreas totais – Brasil (2006)



Fonte: IBGE (2009).

GRÁFICO 6

Porcentagem representativa da quantidade produzida segundo grupos de áreas totais – Brasil



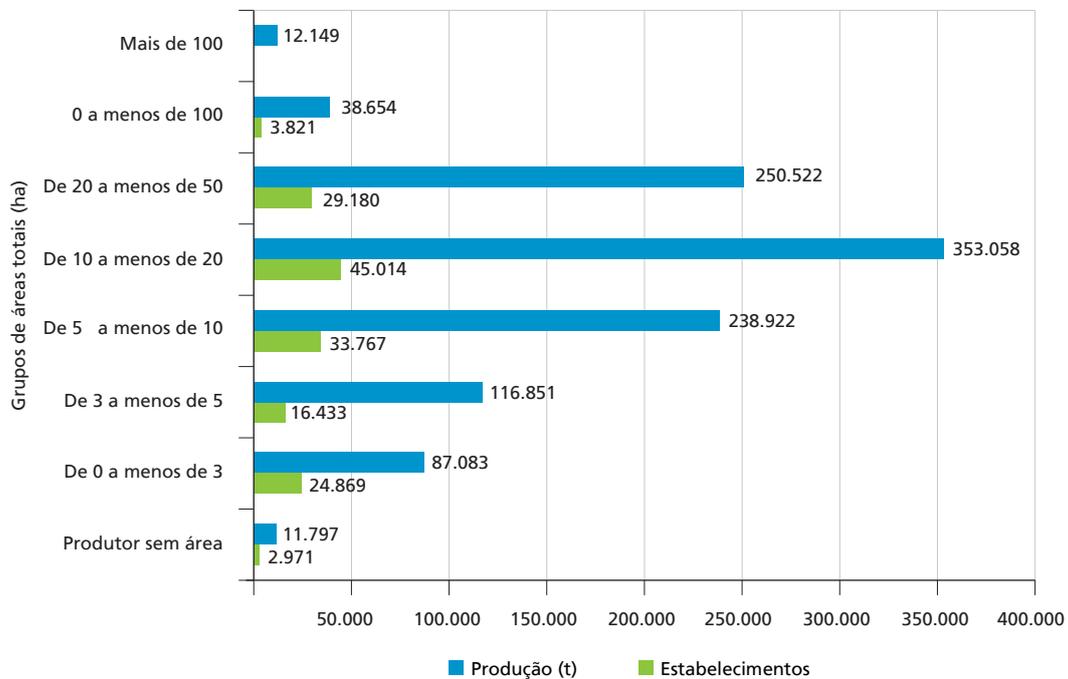
Fonte: IBGE (2009).

O gráfico 6 reapresenta as informações do gráfico 4, em que se acentua a quantidade produzida de fumo em folha no Brasil atribuída aos estabelecimentos agropecuários entre 5 ha e 10 ha, 10 ha e 20 ha, 20 ha e 50 ha. Mas, dentro destes destaques, o grupo de área

maior de 10 ha e menor de 20 ha é responsável por aproximadamente 32% da quantidade produzida de fumo em folha no país. Junto aos demais grupos de áreas, somam-se 77% de todo o fumo produzido no Brasil. Perfazem, assim, pequenos e médios produtores, muito embora se levando em consideração a heterogeneidade do espaço rural existente no país, o que ainda se torna mais expressivo ao se verificar que 96% da produção de fumo estão sob o comando dos produtores que estão em uma quantidade de área inferior a 50 ha.

São inúmeros os fatores que determinam essa atração pela produção de fumo do pequeno e médio produtor: plantio e colheitas manuais; atuação direta das pessoas da família, salvo alguns empregados temporários e ou permanentes; e baixa necessidade de mecanização, pois as técnicas e cuidados despendidos pela produção do fumo em folha são mais apuradas, comparadas aos produtos como soja, milho e demais *commodities* objeto de cultivo sob a forma de lavoura temporária (Silva, 2008).

GRÁFICO 7
Relação da quantidade produzida e número de estabelecimentos segundo grupos de áreas totais – Brasil (2006)



Fonte: IBGE (2009).

Mantendo-se o destaque para a relação entre os grupos de áreas, o número de estabelecimentos e a quantidade produzida, percebe-se também quanto aproxima-se o número de estabelecimentos rurais dedicados à produção de fumo em folha, que, quando observados em nível de Brasil, não representam diretamente maiores quantidades de t produzidas de fumo. A descrição fica mais clara quando se compara o grupo de área de zero até 3 ha – com aproximadamente 24.869 estabelecimentos produtores, que geram 87.083 t de fumo em folha –, com o grupo de área de 3 até 5 ha – com cerca 16.433 estabelecimentos produtores –, que geram 116.851 t de fumo em folha. Assim, por mais que haja um diferencial expressivo no número de estabelecimentos, este não está diretamente relacionado com a quantidade produzida, mas é um fator considerável e importante para a quantidade de fumo em folha produzida no país.

No que tange ao pessoal ocupado, demonstrado na tabela 1, destaca-se a participação do homem, com laço de parentesco com o produtor, como sendo aquele que atua na produção das lavouras de fumo.

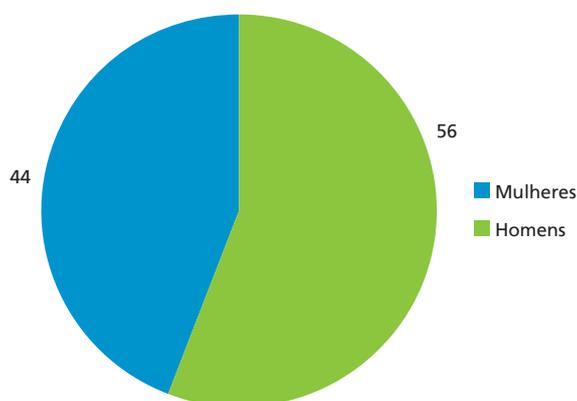
TABELA 1
Pessoal ocupado com laço de parentesco em estabelecimentos agropecuários que produzem fumos claros, por sexo – Brasil (2006)

Sexo	Pessoal ocupado com laço de parentesco
Homens	216.519
Mulheres	167.572
Total	384.091

Fonte: IBGE (2009).

O que não retira o prestígio e a importância da atuação feminina em outras frentes de trabalho, senão, mais frentes de trabalho do que o homem. Ao se visualizar o gráfico 8, tem-se que a diferença percentual entre homens e mulheres no trabalho com o fumo é pequena, não passando de 12%, o que denota que o trabalho com o fumo, por mais técnico e manual que seja, é passível de participação ativa da mulher no desenvolvimento desta atividade agropecuária quando se está sob o universo do pessoal com laço de parentesco.

GRÁFICO 8
Pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor de fumo, por sexo – Brasil (2006)
(Em %)



Fonte: IBGE (2009).

No momento em que se passa a analisar a ausência do laço de parentesco do pessoal ocupado com a produção de fumo no país, existe a seguinte realidade: total de 50.179 mil pessoas, número este diverso dos 384.091 mil pessoas que estão ocupadas, mas que possuem laço de parentesco. O que denota o trabalho amplamente familiar no trato com a produção de fumo.

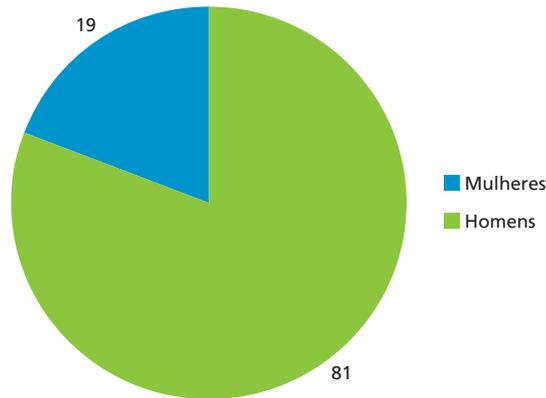
TABELA 2
Pessoal ocupado sem laço de parentesco em estabelecimentos agropecuários que produzem fumos claros, por sexo – Brasil 2006

Sexo	Pessoal ocupado sem laço de parentesco
Homens	40.468
Mulheres	9.711
Total	50.179

Fonte: IBGE (2009).

Analisando o gráfico 9, tem-se que da relação entre homens e mulheres que atuam na produção sem laço de parentesco passam a apresentar uma discrepância significativa, onde 19% das mulheres, em oposição aos 81% dos homens é que estariam atuando diretamente na produção do fumo no país. Percentuais bem díspares dos apresentados pelo pessoal ocupado com laço de parentesco.

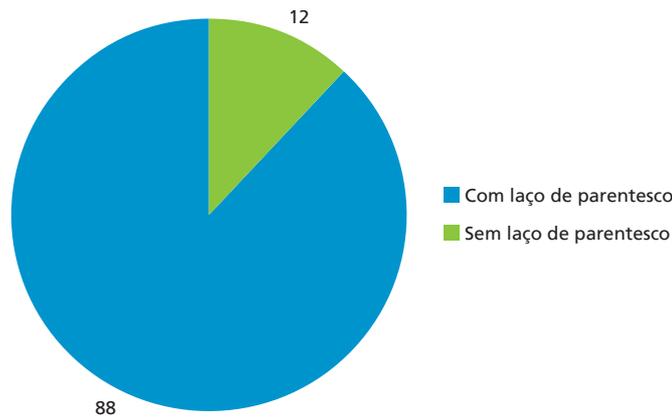
GRÁFICO 9
Pessoal ocupado sem laço de parentesco com o produtor de fumo, por sexo – Brasil (2006)
 (Em %)



Fonte: IBGE (2009).

Na aproximação entre pessoal ocupado sem e com laço de parentesco com o produtor de fumo no Brasil, tem-se que 12% do pessoal atuante na produção é um resultado pequeno, em relação aos 88% das pessoas que ocupadas nesta atividade possuem laço com o produtor. Este dado ratifica a atuação familiar nas lavouras do fumo.

GRÁFICO 10
Relação entre o total de pessoal ocupado com e sem laço de parentesco no cultivo do fumo – Brasil (2006)
 (Em %)



Fonte: IBGE (2009).

Os dados observados, a partir de censos agropecuários e do Sidra, caracterizam um crescimento no número de estabelecimentos agropecuários produtores de fumo em folha, assim como elevação do volume produzido. As propriedades de até 50 ha são responsáveis por quase todo o produto gerado no país, e os proprietários e familiares são os produtores do fumo em folha nos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Mais discussões desta natureza são expostas na segunda seção deste relatório. Na próxima seção, a atenção é dada aos dados relativos aos cinco estados brasileiros produtores de tabaco.

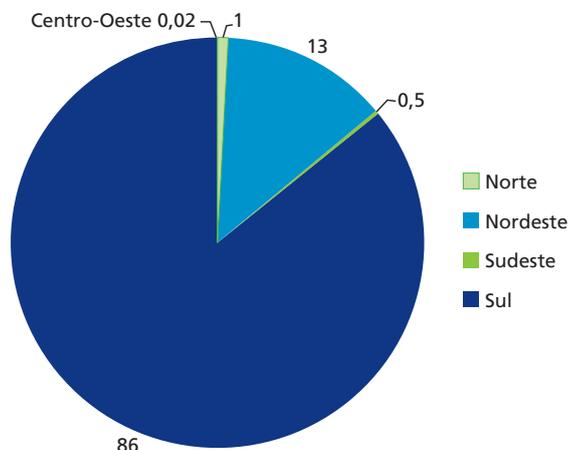
1.4 Regiões e estados

1.4.1 Localização dos estabelecimentos e da produção de fumo em folha

Em complemento aos dados anteriormente descritos, que mostravam a realidade nacional, tem-se como aprofundar e localizar os dados nas regiões e nos estados. Assim, destaca-se, no gráfico 11 que, entre as cinco regiões brasileiras, apenas duas destacam-se na produção de fumo em folha que

são: Nordeste com 13% e Sul com 86%, e que o somar destas duas regiões faz com que 99% dos estabelecimentos que produzem fumo no Brasil fiquem adstritas a estes dois recortes geográficos.

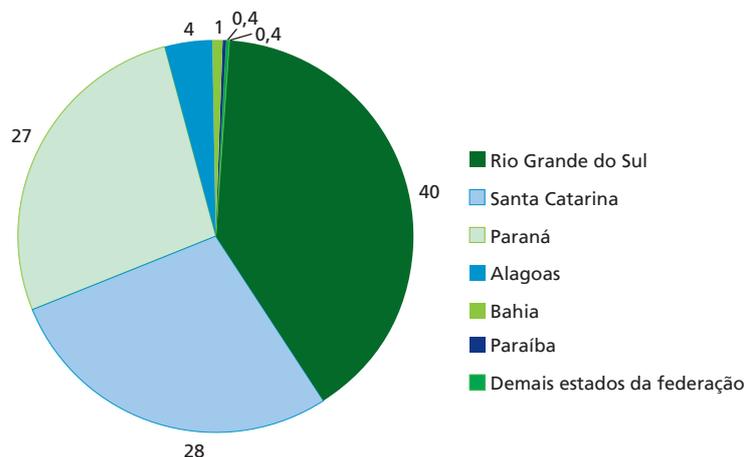
GRÁFICO 11
Grandes Regiões
(Em %)



Fonte: IBGE (2009).

Nessas duas maiores regiões destacadas no gráfico 11, ainda é possível constatar sobre a importância de cada estado na quantidade produzida de fumo em folha. Enquanto Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina reunidos encerram mais de 95% da produção de fumo no país, os demais estados, somados, chegam a cerca de 5%, o que denota que a produção de fumo vem sendo amplamente direcionada e mantida na região Sul do país.

GRÁFICO 12
Principais Unidades da Federação dedicadas à produção de fumo - Variável de referência: quantidade produzida (2006)
(Em % de t)



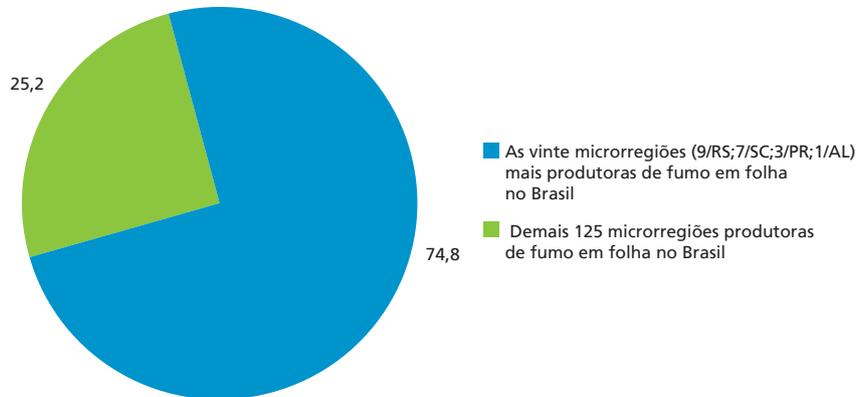
Fonte: IBGE, (2007).

Obs.: as demais Unidades da Federação não totalizam nem 1% e foram desprezadas na elaboração do gráfico.

O gráfico 12 detalha o quanto do total de fumo em folha seca cada estado produz, conforme o Censo Agropecuário 2006 (em termos de participação percentual). Os dados do Rio Grande do Sul (40%), seguidos de Santa Catarina (28%) e do Paraná (27%) reforçam a explicação do gráfico 11. Alagoas e Bahia são estados com alguma produção de fumo no Nordeste brasileiro. A observação dos dados para microrregiões revela que aproximadamente

75% da produção se encontram em microrregiões do país: nove microrregiões do Rio Grande do Sul, sete de Santa Catarina, três do Paraná, e uma de Alagoas.

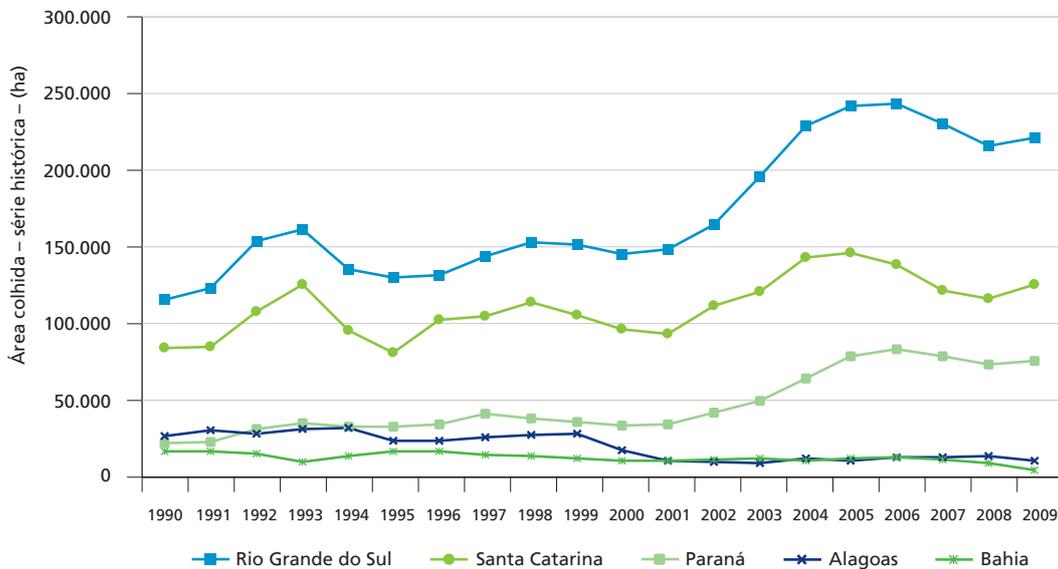
GRÁFICO 13
Microrregiões produtoras de fumo em folha (2006)
 (Em %)



Fonte: IBGE (2011).

A série histórica apresentada no gráfico 14 complementa o que até o presente momento vem sendo descrito. Buscando as informações a partir de 1990 até 2009, tem-se que os três estados da região Sul possuem tendência de crescimento da área colhida e, em contrapartida, os dois estados da região Nordeste apresentam certa descendência. Assim, enquanto as terras do Sul estão recebendo cada vez mais o desenvolvimento deste cultivar, as terras nordestinas gradativamente vêm abandonando tal atividade agrícola.

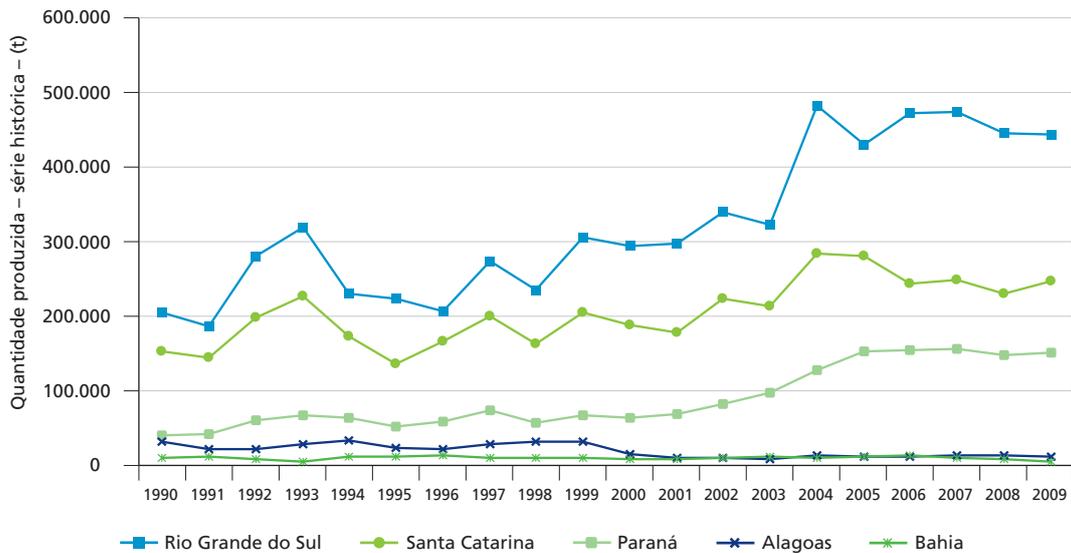
GRÁFICO 14
Área colhida dos cinco principais estados produtores de fumo em folha do Brasil (1990-2009)



Fonte: IBGE (2011).

Com o conseqüente aumento da área plantada e colhida, ter-se-á provável aumento na quantidade produzida. Deste modo, a série histórica apresentada pelo gráfico 15 reflete o que seriam as linhas de quantidade produzida sob o mesmo recorte temporal, destacando os estados sulistas em relação aos estados nordestinos.

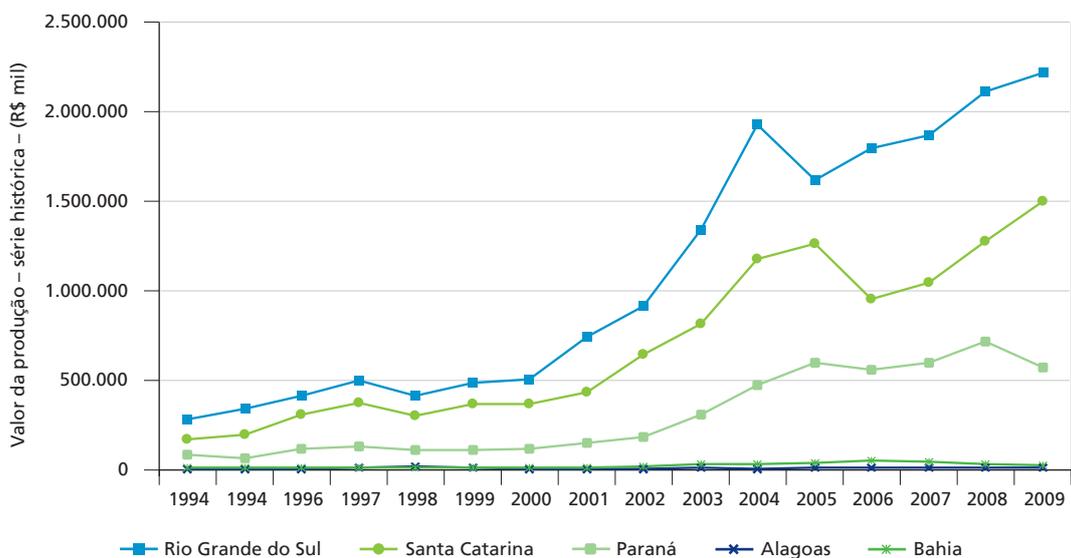
GRÁFICO 15
Quantidade produzida nos cinco principais estados produtores de fumo em folha do Brasil (1990-2009)
(Em t)



Fonte: IBGE (2011).

Quando se analisa o valor da produção, observa-se também o crescimento da região Sul e o seu distanciamento da região Nordeste, nos mesmos termos dos gráficos anteriores. Tem-se um diferencial maior, quando o valor da produção nos estados sulistas nos anos de 2004 e 2005 apresenta uma elevação significativa, reduzindo-se no ano seguinte para retomar em seguida. Isto se deve tanto a fatores internos de produção como também a fatores do mercado internacional, tanto mais influente nos preços do fumo, senão determinante.

GRÁFICO 16
Valor da produção de fumo em folha nos cinco principais estados produtores do Brasil (1994-2009)
(Em R\$ mil)

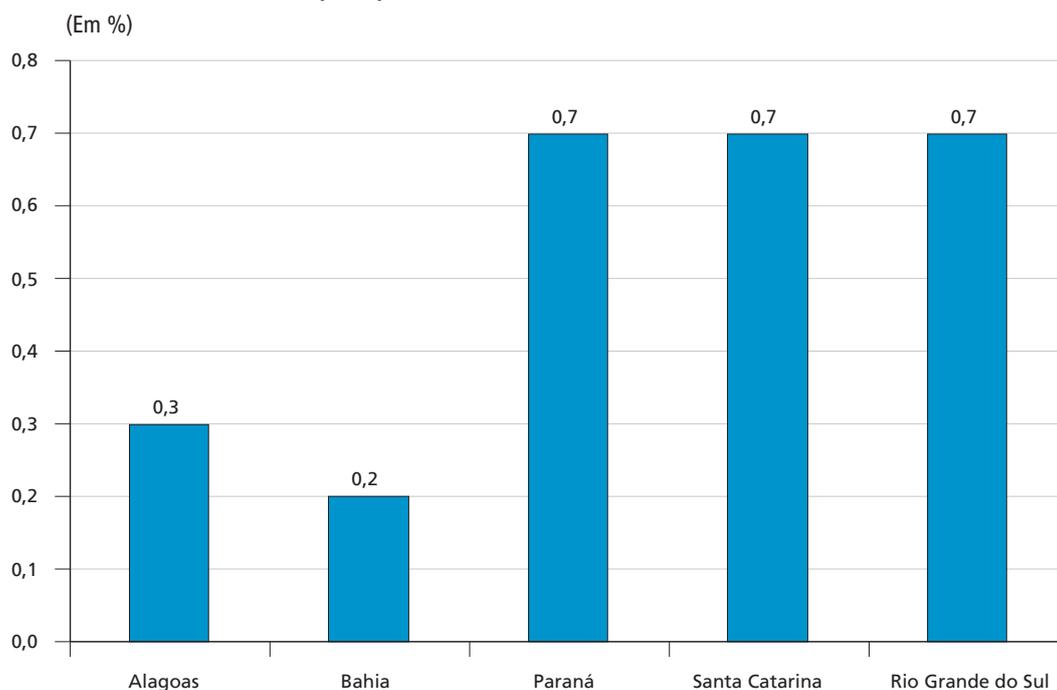


Fonte: IBGE (2011).

1.4.2 Informações sobre pessoal relacionado aos estabelecimentos produtores de fumos em folha

Passando à análise do gráfico 17, com referência ao gráfico 8 e à tabela 1, anteriormente descritos, e conforme o Censo Agropecuário 2006, tem-se que é inexpressivo o número de pessoas da família que recebem salário quando a atuação laboral se dá junto à produção de fumo, como expõe o gráfico.

GRÁFICO 17
Porcentagem de pessoas que receberam salário na família nos estabelecimentos produtores de fumo em folha nos cinco principais estados do Brasil (2006)



Fonte: IBGE (2007).

Sob a variável pessoal ocupado, com ou sem laço de parentesco, há o pessoal ocupado com laço de parentesco que receberia salário pelo trabalho realizado junto ao estabelecimento agropecuário diretamente na produção de fumo em folha. Nos cinco recortes territoriais pretendidos pela pesquisa, os dados apresentados pelo gráfico 17 são preocupantes, pois as porcentagens de 0,3%, 0,2% e 0,7% estão diretamente relacionadas à quantidade de pessoas da família que receberia na realidade salário pago, em função das atividades relacionadas à produção de fumo. Em torno de 94% das pessoas que trabalham na produção e possuem laço de parentesco com o produtor não recebem salário pelo desenvolvimento destas atividades produtivas.

É notório que o produtor, ou a família, não paga, ou nem calcula o seu salário mensal pelo trabalho que desenvolveu em seu próprio estabelecimento, quando ao final de cada safra. O valor muitas vezes vai para a conta do chefe de família, e tais valores irão sendo distribuídos em partes muitas vezes desiguais e aleatórias, sem uma periodicidade fixa e/ou certa. Os dados observados são preocupantes, mas acredita-se nos potenciais de emprego e renda que são o resultado do labor desenvolvido junto à produção de fumo em folha praticada pelos pequenos e médios produtores do país e sua adequada rentabilidade financeira.

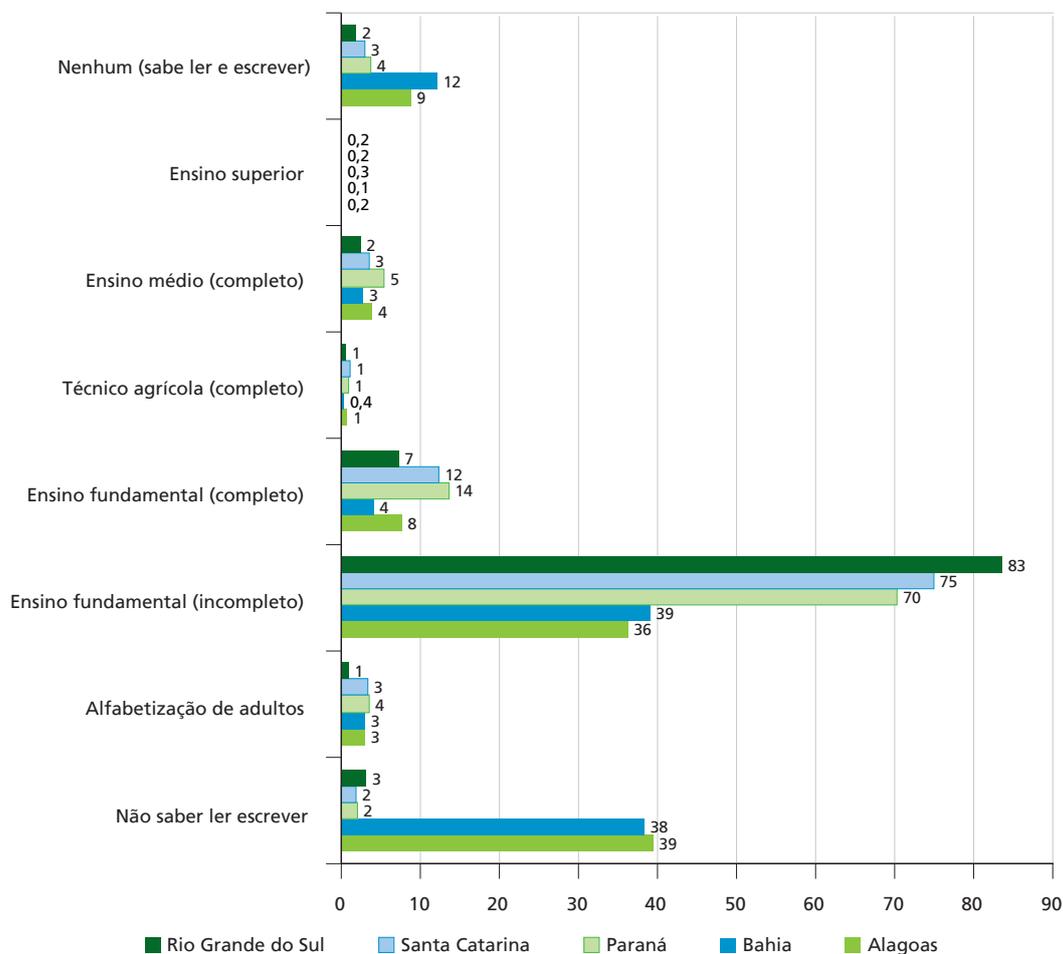
O povo brasileiro, antes mesmo de aprender a ler e a escrever, aprendeu a trabalhar. Assim, para a lógica da produção e das trocas observadas em um país como o nosso, isto é

certamente maravilhoso. Mas, para outros setores mais humanos da sociedade, isto representa um atraso, uma desigualdade, um retrocesso que não poderia mais ser observado no século XXI. Mesmo aquele que estuda, terá de aprender a trabalhar, assim, o imprescindível seria o trabalho e não o estudo, e isto é exatamente o que o gráfico 18 apresenta.

GRÁFICO 18

Nível de instrução dos dirigentes do estabelecimento nos cinco principais estados produtores de fumo em folha do Brasil (2006)

(Em %)



Fonte: IBGE (2007).

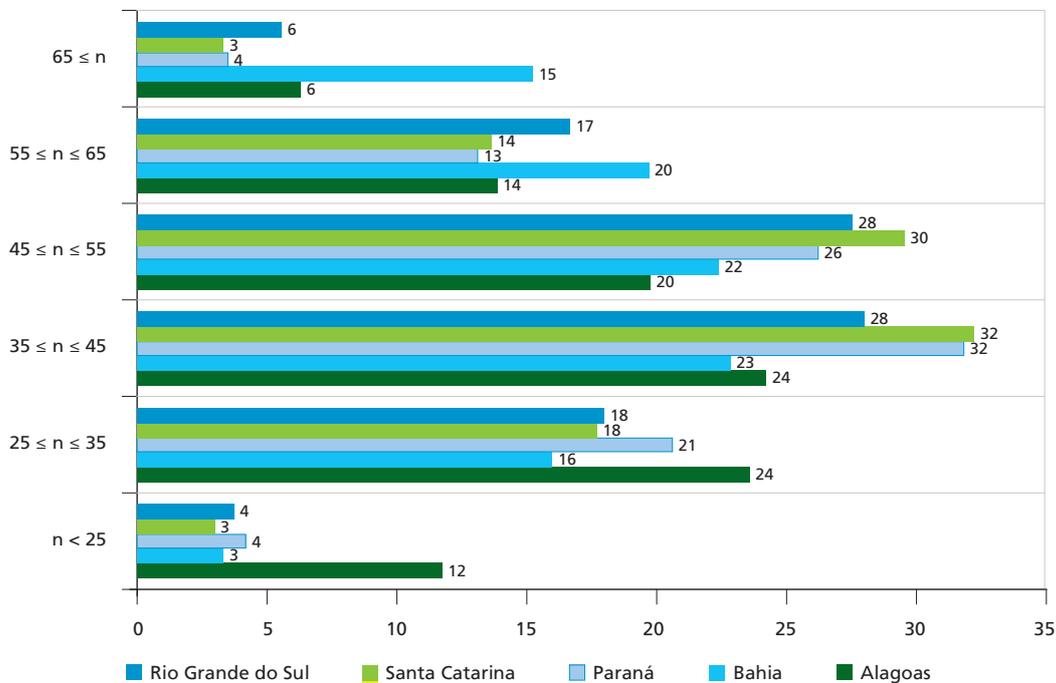
Observa-se que, na época em que estavam em idade de frequentar a escola, para os produtores, o ensino fundamental era o suficiente em termos educacionais para torná-los aptos a uma vida em sociedade, assim como para executar as tarefas agropecuárias. Esta inferência se relaciona a questões de meio de vida dos agricultores e seus acessos; e supõe que tal nível de instrução seria o bastante – pela própria ótica dos moradores destes estabelecimentos –, para observar o que se elege como prioridade, em termos de bem viver.

Assim, os números, ao mesmo tempo em que revelam, também escondem uma realidade histórica qualitativa, uma realidade social que merece atenção. Mas, neste momento é o quantitativo que importa e, deste modo, passa-se à análise dos estados da Bahia e Alagoas, por apresentarem um patamar elevado de produtores que não sabem ler e nem escrever, em comparação aos estados da região Sul, em que tal percentual é inexpressivo. Chama atenção também que tais porcentagens estão em relevo para aqueles que não sabem ler ou escrever, nas quais igualmente os dois estados do Nordeste têm um destaque preocupante.

Focando ainda os estados da Bahia e Alagoas, em uma relação entre os que possuem ensino fundamental incompleto e os que não sabem ler escrever, ambos estão em pé de igualdade, perfazendo percentuais próximos a 40% – prevalecendo o não saber ler e escrever sob os que possuem o ensino fundamental incompleto entre os produtores de fumo em folha nestes dois estados. O que não se observa nos estados da região Sul, onde os percentuais dos que não sabem ler e escrever são baixíssimos e, em contrapartida, o do pessoal que possui o ensino fundamental incompleto é alto, variando de 70% a 83%, com destaque para o Rio Grande do Sul. Tem-se que, em termos educacionais, a região Sul apresenta-se díspar dos estados da Bahia e Alagoas.

O gráfico 19 mostra classes de idade dos trabalhadores nos estabelecimentos produtores de fumo em folha:

GRÁFICO 19
Classe de idade nos estabelecimentos produtores de fumo em folha nos cinco principais estados do Brasil (2006)
 (Em %)



Fonte: IBGE (2009).

Quanto à idade desses produtores, existem alguns destaques importantes que merecem acurada descrição. Vê-se que 12% das pessoas que estão se dedicando à produção de fumo em folha têm menos de 25 anos em Alagoas, destaque este que não se percebe nos demais estados em análise. Outro destaque para Alagoas é do pessoal com mais de 25 e menos de 35 anos, que perfaz 24% do total de pessoas atreladas à produção do fumo, sendo acompanhado, no entorno, pelos demais estados.

Dos 35 aos 45 anos e dos 45 aos 55 anos, há uma variação maior no que tange ao pessoal da região Sul, representando algo em torno de 30% dos que se dedicam à produção de fumo. Outra informação expressiva corresponde aos 20% e 15% na Bahia, respectivamente para idades de 55 aos 65 anos e mais de 65 anos, ao passo que este pessoal de mais idade – ainda em desenvolvimento das atividades agrícolas –, aproxima-se ao pessoal mais novo, que estaria ingressando ou dando continuidade à produção de fumo em folha. A produção é mantida pelos mais velhos e abandonada pelos mais novos. É o inverso do que acontece

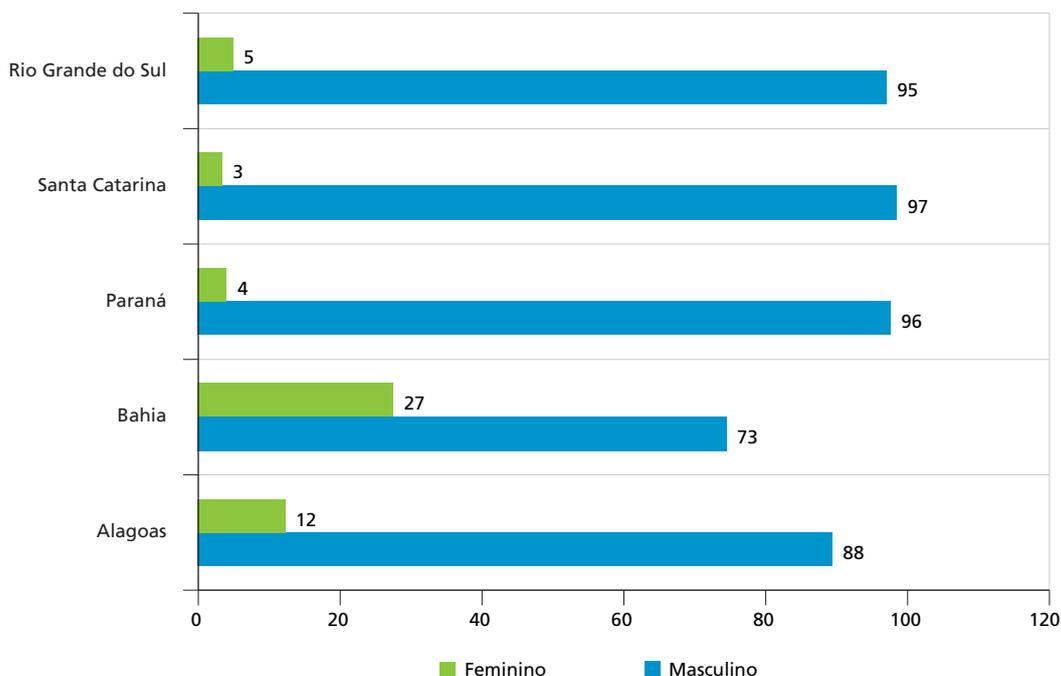
em Alagoas, onde o pessoal mais novo estaria atrelado à produção e o pessoal com mais idade estaria distanciando-se do fumo.

O gráfico 20 mostra o sexo dos dirigentes dos estabelecimentos produtores de fumo no estados destacados.

GRÁFICO 20

Sexo da pessoa que dirige o estabelecimento agropecuário nos estabelecimentos produtores de fumo em folha nos cinco principais estados do Brasil (2006)

(Em %)



Fonte: IBGE (2009).

O homem no espaço rural vem ganhando destaque em muitos estudos e pesquisas realizados pela sociologia, antropologia e demais áreas da ciência que têm o espaço rural como tema preponderante de pesquisa. A masculinização do campo não é algo novo, tendo sido abordada para o caso brasileiro por, por exemplo, Camarano e Abramovay (1999) e por Anjos e Caldas (2005). Ela vem se mantendo, e com tendência a aumentar ainda mais, sem muitas alternativas de que a mulher permaneça e ou retorne para os espaços rurais. Esta masculinização não está sendo sentida apenas nos espaços rurais, mas também nos municípios que possuem a sua base econômica e social centradas na produção agrícola, refletida tanto no rural como no urbano.

São muitos os fatores que atrelam o rural ao homem, perpassando o tipo de trabalho, a questão cultural, questões de ordem social, financeira, entre outras, muito debatidas e pesquisadas pelos grupos de pesquisa espalhados pelo Brasil. De qualquer forma, a produção de fumo em folha, seja na região Sul ou nos estados da Bahia e Alagoas, demonstra uma preponderância do homem como sendo a pessoa que dirige o estabelecimento agrícola. A Bahia, contudo, possui dados relativamente peculiares, pois não acompanha os outros estados: 27% destes postos são ocupados por mulheres. Para Alagoas, diferentemente, este número cai para 12%. No que tange à região Sul, 96% dos gestores da produção de fumo são do sexo masculino. Algo similar nos três estados. As seções a seguir dedicam atenção específica aos resultados observados para os estabelecimentos produtores de fumo

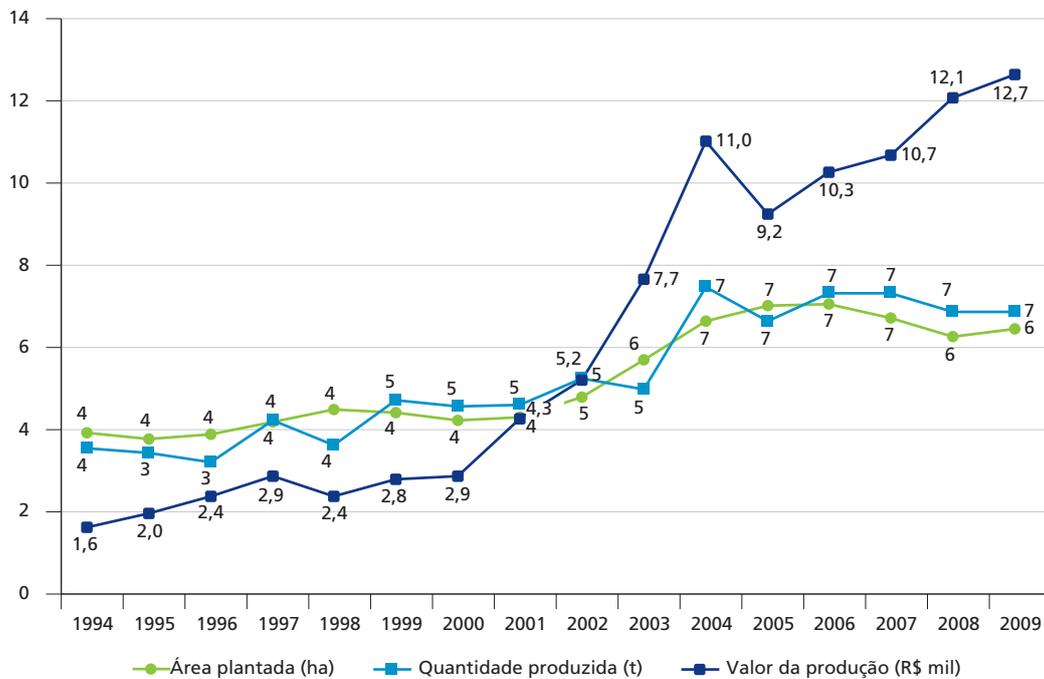
em folha no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná (região Sul), e Bahia e Alagoas (região nordestina).

1.5 Estados

1.5.1 Rio Grande do Sul (RS)

O estado do Rio Grande do Sul é a mostra vigorante do crescimento da lavoura de fumo em folha no Brasil, representando a parte mais significativa do total da produção, passando a congregiar tanto fatores de produtividade, clima, logística, mão de obra e financiamentos (entre outros fatores que influenciam positivamente na lavoura do fumo). Reflete-se em uma trajetória frutífera do fumo, tanto pela ampliação da área plantada em municípios tradicionalmente produtores, como o aumento em novos municípios, que passam a ter no fumo em folha parte integrante e significativa da produção e receita desenvolvidas nas lavouras temporárias do estado.

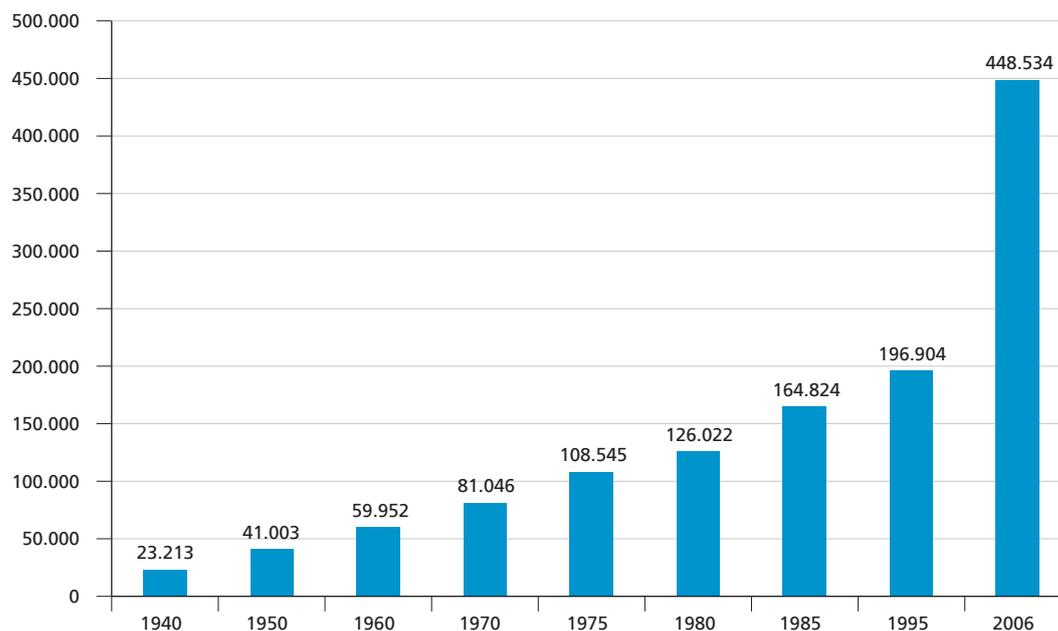
GRÁFICO 21
Varição anual da produção de fumo em folha – RS (1994-2009)
 (Em %)



Fonte: IBGE (2011).

Este desempenho, conseqüentemente, vem destacar e corroborar a quantidade produzida em 2006 de aproximadamente 448.534 t de fumo em folha. O estado é reconhecido como o maior produtor deste cultivo no Brasil. Perfaz uma ampliação expressiva para o aporte da produção apresentada em 1995, que era de aproximadamente 196.906, o que é apresentado pelo gráfico 22.

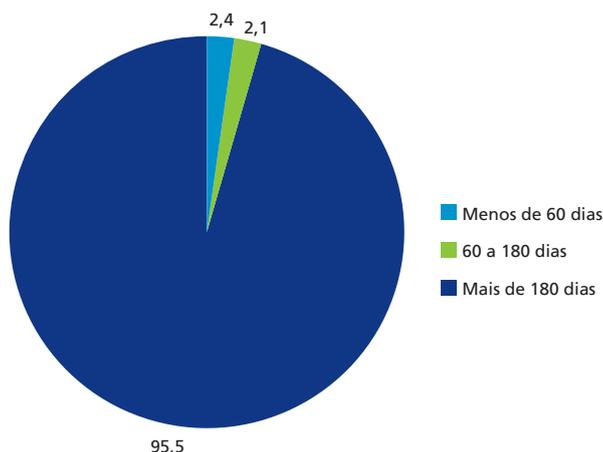
GRÁFICO 22
Quantidade produzida nas lavouras temporárias de fumo em folha – RS (1940-2006)
(Em t)



Fonte: IBGE (2009).

Na análise do fator humano envolvido diretamente na produção de fumo em folha no Rio Grande do Sul, ratificou-se o que fora descrito para o Brasil, visto que parte significativa das pessoas ocupadas na produção possui laço de parentesco com o produtor. Conforme o Censo Agropecuário 2006, 95,5% das pessoas se ocuparam de 180 dias a mais no labor com a produção de fumo desenvolvida no estado do Rio Grande do Sul.

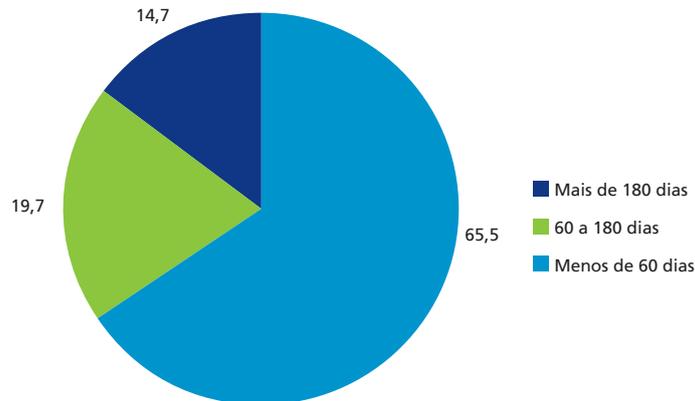
GRÁFICO 23
Trabalho e laços de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha – RS (2006)
(Em %)



Fonte: IBGE (2009).

Quando comparados com os dados sobre ter havido ou não ocorrência de pessoal ocupado sem laço de parentesco, estes percentuais mais uma vez caem para não mais de 66%, e ainda atuando em menos de 60 dias no ano de 2006. Ou seja, parte do pessoal sem laço de parentesco que atua diretamente na produção é contratada por curtos e transitórios espaços de tempo, como fases da colheita e da armazenagem, que ocorrem em meses como os de setembro e de janeiro, respectivamente (IBGE, 2009). O que é confirmado com os 14,7% deste pessoal atuando em mais de 180 dias no ano de 2006.

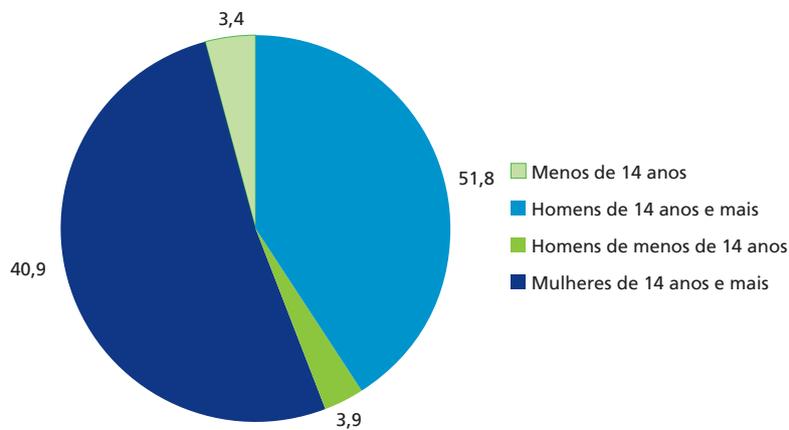
GRÁFICO 24
Utilização de empregados sem laços de parentesco com o produtor nos estabelecimentos produtores de fumo em folha (2006)
 (Em %)



Fonte: IBGE (2009).

O gráfico 25, por sua vez, mostra como se dá a divisão do pessoal ocupado entre homens e mulheres, e entre estes, a proporção dos menores de 14 anos de idade. Assim, para homens e mulheres com menos de 14 anos que atuam na produção, estes percentuais são 3,9% e 3,4% respectivamente.

GRÁFICO 25
Distribuição do trabalhador com laço de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha, por sexo e com mais ou menos de 14 anos de idade – RS (2006)
 (Em %)



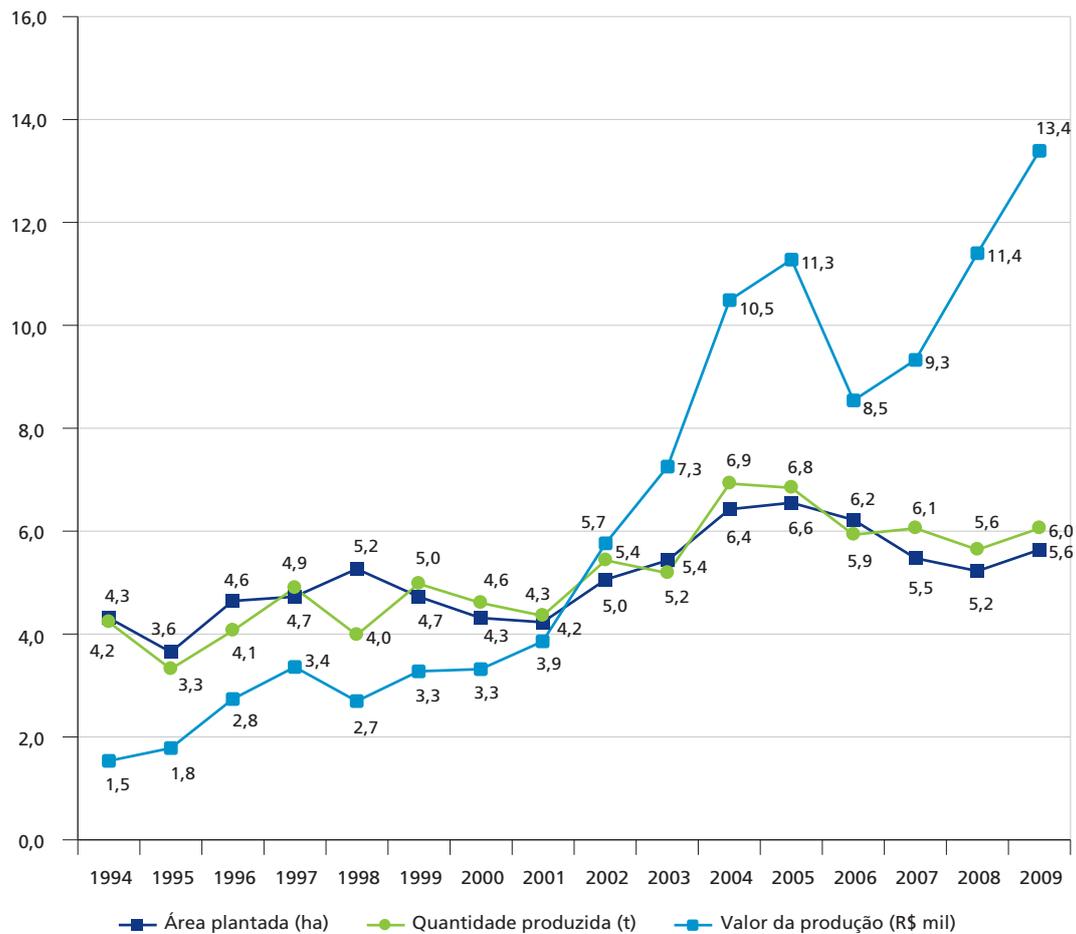
Fonte: IBGE (2009).

A atuação feminina e infantil na produção do fumo destaca a atuação familiar na atividade. Mesmo que a maioria seja de homens, tanto estes como as mulheres e os residentes menores de 14 anos possuem predominantemente laços de parentesco.

1.5.2 Santa Catarina (SC)

O estado de Santa Catarina é também mostra vigorante do crescimento da lavoura de fumo em folha no Brasil, representando parte significativa do total da produção. A trajetória frutífera do fumo pode ser verificada tanto pela ampliação da área plantada em municípios tradicionalmente produtores, como pelo aumento em novos municípios, que passam a ter o fumo em folha como parte integrante e significativa da produção, do pessoal ocupado e de receitas desenvolvidas nas lavouras temporárias.

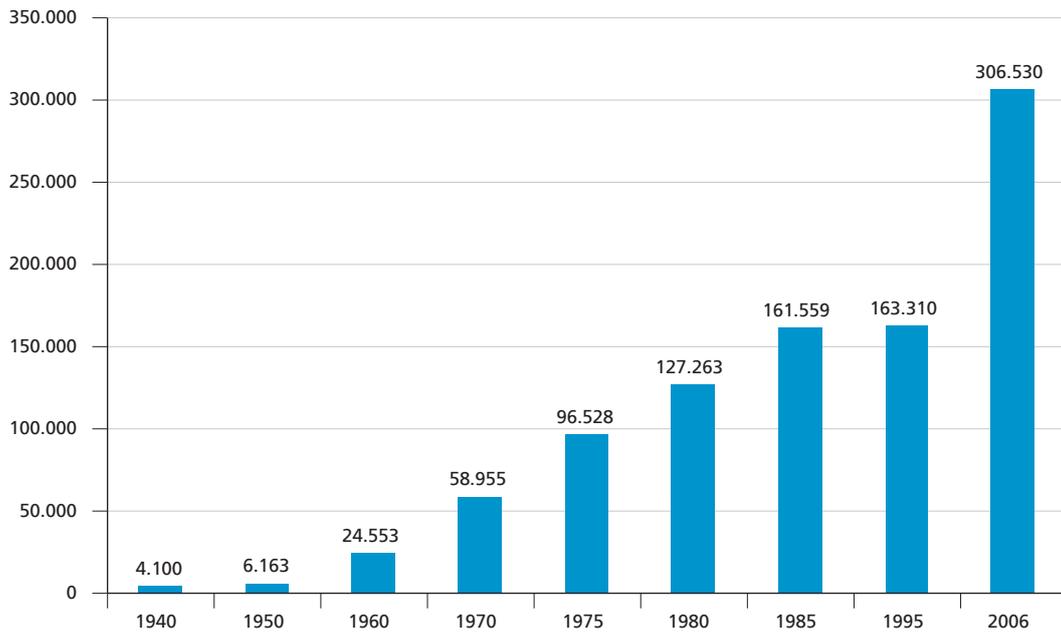
GRÁFICO 26
Variação anual da produção de fumo em folha – SC (1994-2009)
(Em %)



Fonte: IBGE (2011).

Nesse quadro, destaca-se a quantidade produzida, em 2006, de aproximadamente 306.530 t de fumo em folha. O estado é reconhecido como um dos maiores produtores deste cultivar no Brasil. No citado ano, houve uma ampliação expressiva de 90% para o aporte da produção apresentada em 1995, que era de aproximadamente 163.310t, tal como apresentado pelo gráfico 27.

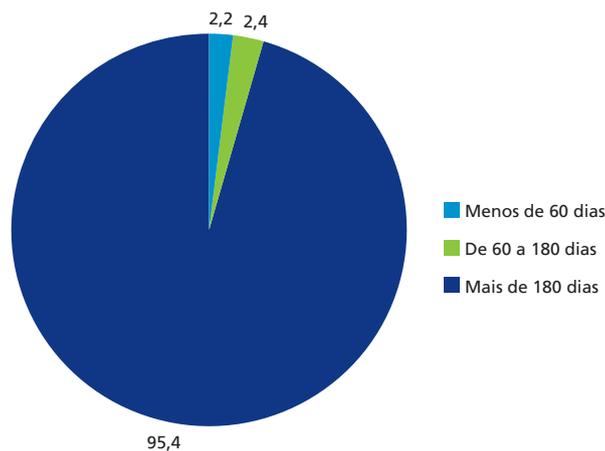
GRÁFICO 27
Quantidade produzida nas lavouras temporárias de fumo em folha – SC (1940-2006)
(Em t)



Fonte: IBGE (2009).

A análise do pessoal envolvido na produção de fumo em folha em Santa Catarina, ratifica o que foi descrito para o Brasil e para o Rio Grande do Sul. Parte significativa das pessoas ocupadas na produção possui laço de parentesco com o produtor. Perfazendo cerca de 95,4% das pessoas, estas se ocuparam de 180 dias a mais no labor agropecuário, incluindo-se aí a produção de fumo desenvolvida no estado.

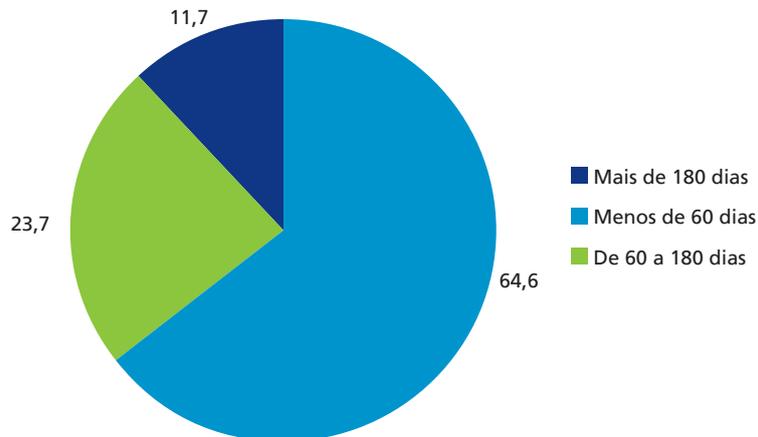
GRÁFICO 28
Trabalho e laços de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha – SC (2006)
(Em %)



Fonte: IBGE (2009).

Comparando-se com os dados que mostram se houve pessoal ocupado sem laço de parentesco, esses percentuais mais uma vez caem para não mais de 64%, e, ainda, atuando em menos de 60 dias no ano de 2006. Ou seja, parte deste pessoal sem laço de parentesco que atua diretamente na produção é contratado por curtos e transitórios espaços de tempo. O que se confirma com os 11,7% deste pessoal que atuou em mais de 180 dias no ano de 2006, pois este maior tempo de serviço é ocupado pelo pessoal com laço de parentesco (trabalho familiar).

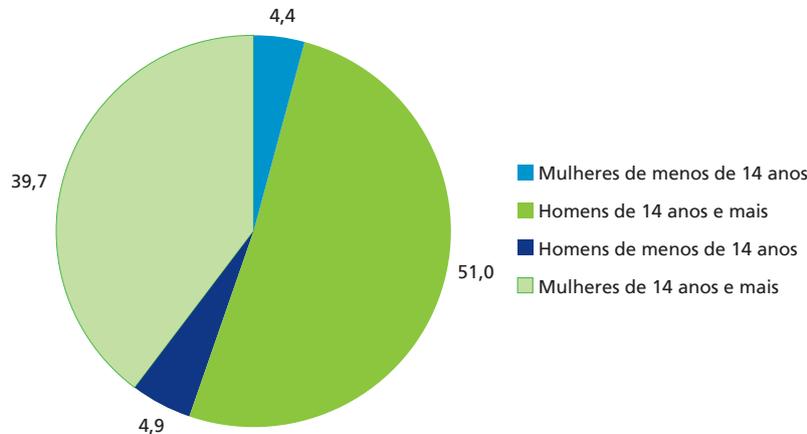
GRÁFICO 29
Utilização de empregados sem laços de parentesco com o produtor nos estabelecimentos produtores de fumo em folha – SC (2006)
(Em %)



Fonte: IBGE (2009).

O gráfico 30 mostra a divisão do pessoal ocupado que possui laço de parentesco com homens e mulheres, e entre eles, os menores de 14 anos de idade. Assim, para homens e mulheres com menos de 14 anos que atuam na produção, estes percentuais são 4,4% e 4,9% respectivamente, valores estes mais elevados que os apresentados por Rio Grande do Sul.

GRÁFICO 30
Distribuição do trabalhador com laço de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha, por sexo e com mais ou menos de 14 anos de idade – SC (2006)
(Em %)



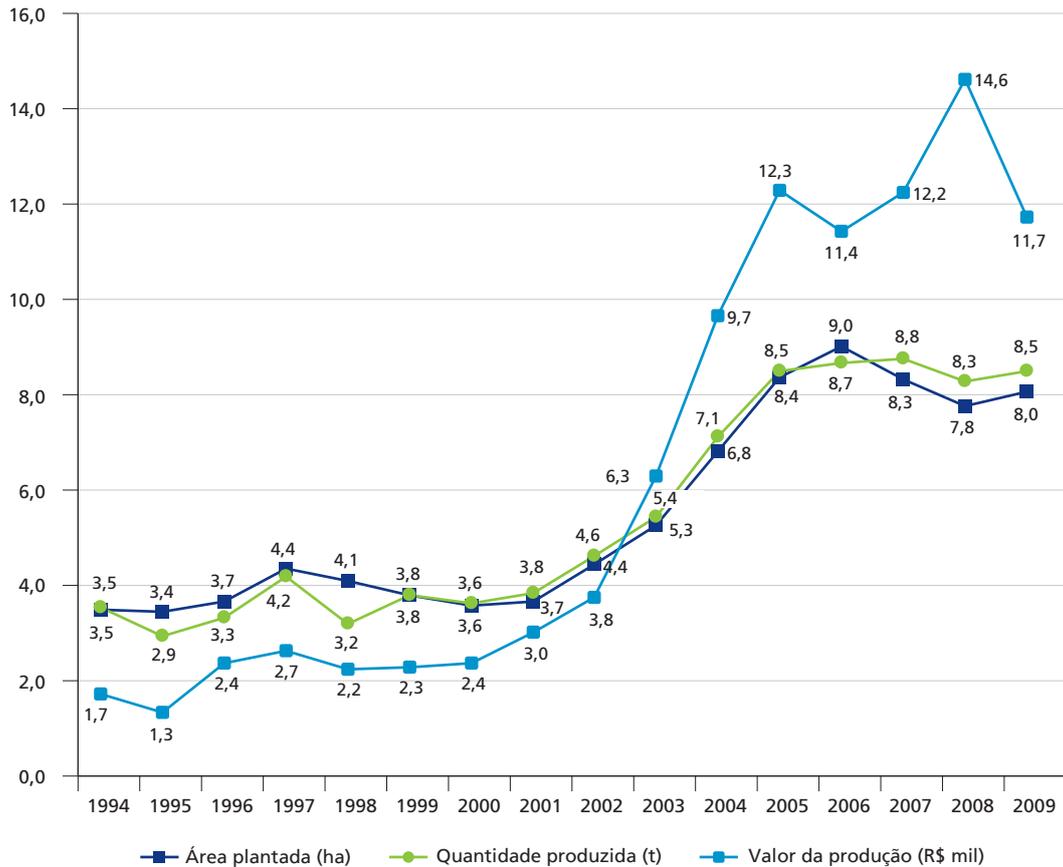
Fonte: IBGE (2009).

Os estabelecimentos responsáveis pela produção de fumos claros em Santa Catarina têm na família sua principal fonte de fator trabalho. Houve, em contrapartida, segundo o recenseamento de 2006, pequena parcela de pessoal sem laço de parentesco atuante neste processo produtivo e os dados deste estado estão muito próximos aos patamares descritos para o Rio Grande do Sul.

1.5.3 Paraná (PR)

Os dados para o Paraná assemelham-se aos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sua participação é mostra vigorante do crescimento da lavoura de fumo em folha no Brasil, representando também parte significativa do total da produção. Este cultivar apresenta uma trajetória expressiva, tanto pela ampliação da área plantada em municípios tradicionalmente produtores, como pelo aumento de municípios, que passam a ter no fumo em folha parte integrante e significativa da produção e receita desenvolvidas nas lavouras temporárias.

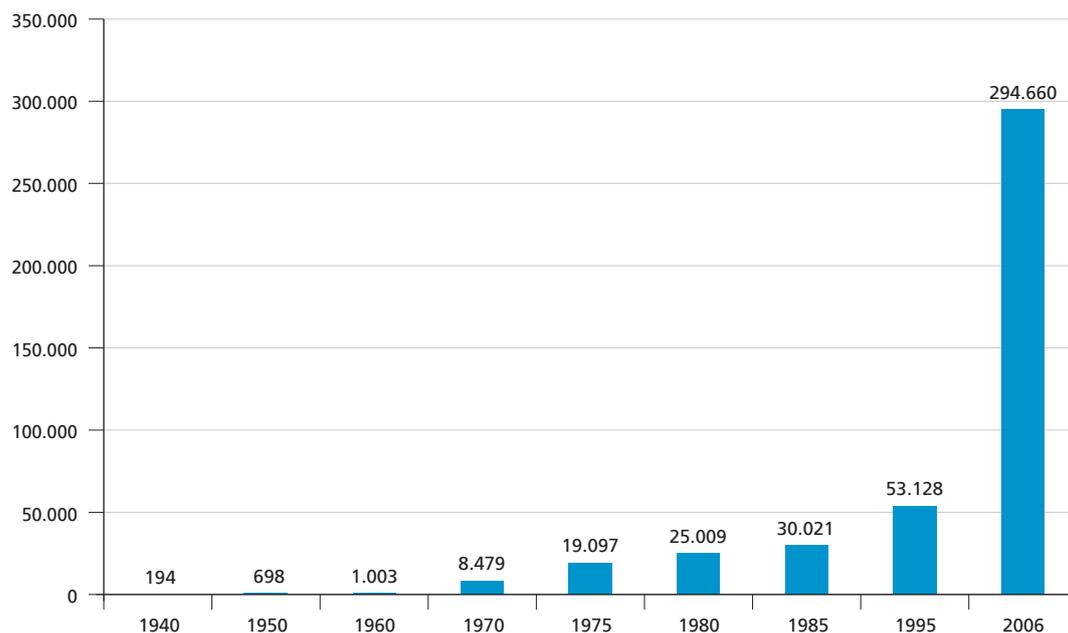
GRÁFICO 31
Varição anual da produção de fumo em folha – PR (1994-2009)
 (Em %)



Fonte: IBGE (2011).

A quantidade produzida em 2006 foi de aproximadamente 294.660 t de fumo em folha. O estado é reconhecido como um dos maiores produtores deste cultivo no Brasil, próximo a Santa Catarina, perfazendo uma ampliação de aproximadamente 450% para o aporte da produção apresentada em 1995, que era de aproximadamente 53.128, o que é apresentado pelo gráfico 32. Tem-se verificado uma ampliação produtiva um pouco mais expressiva que os dois estados anteriormente descritos.

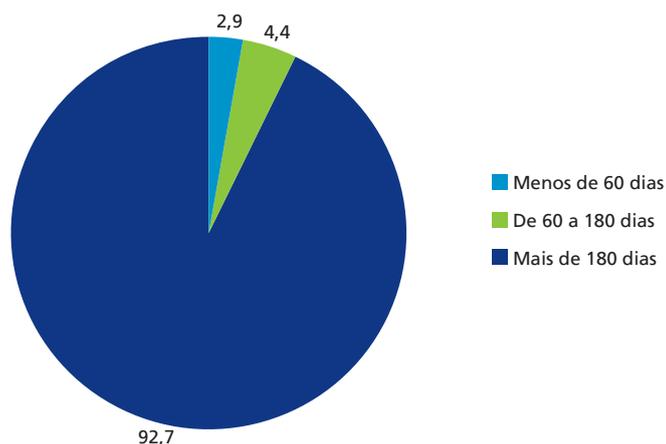
GRÁFICO 32
Quantidade produzida nas lavouras temporárias de fumo em folha – PR (1940-2006)
(Em t)



Fonte: IBGE (2009).

A análise do pessoal envolvido na produção de fumo em folha no estado do Paraná corrobora o que foi descrito para o Brasil, para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Parte significativa das pessoas ocupadas na produção possui laço de parentesco com o produtor. Os estabelecimentos produtores de fumo exigiram do pessoal com laços de parentesco, em 92,7% dos casos, trabalho por 180 dias ou mais, como mostra o gráfico 33.

GRÁFICO 33
Trabalho e laços de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha – PR (2006)
(Em %)

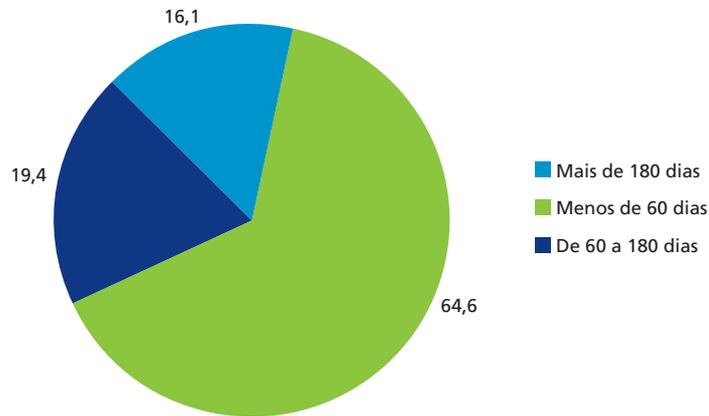


Fonte: IBGE (2009).

Diferentemente do que se constata para os trabalhadores com laço de parentesco, a participação daqueles sem laço foi percentualmente mais modesta (gráfico 10, sobre Brasil) e, ainda, trabalharam menos tempo nos estabelecimentos, em 2006. Comparando-se com o pessoal ocupado sem laço de parentesco, 64,6% atuaram menos de 60 dias no ano de 2006. Então, parte deste pessoal sem laço de parentesco que atua diretamente na produção

é contratada por curtos e transitórios espaços de tempo. Isto reafirma o fato de os 16,1% deste pessoal atuar mais de 180 dias no ano de 2006, pois este maior tempo de serviço é ocupado pelo pessoal com laço de parentesco (trabalho familiar).

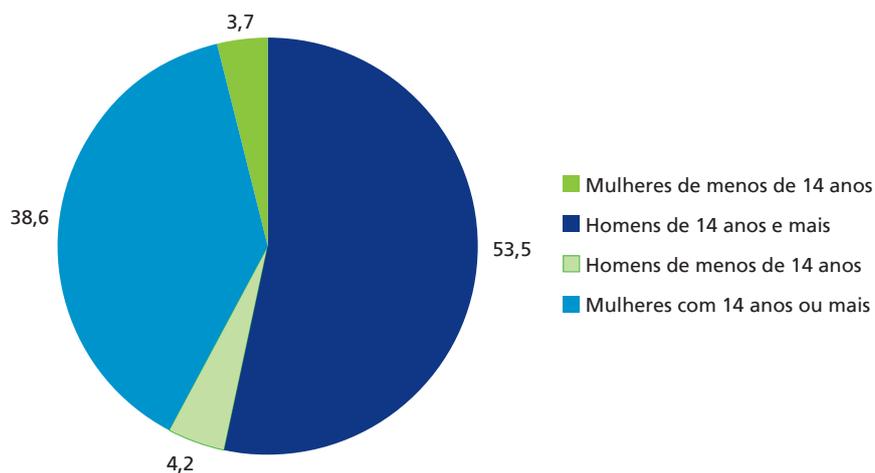
GRÁFICO 34
Utilização de empregados sem laços de parentesco com o produtor nos estabelecimentos produtores de fumo em folha – PR (2006)
 (Em %)



Fonte: IBGE (2009).

A proximidade quantitativa dos dados entre os estados que compõem a região Sul do país é significativa. O gráfico 35 mostra o pessoal ocupado que possui laço de parentesco em homens e mulheres, e destes, os menores de 14 anos de idade. Para homens e mulheres com menos de 14 anos que atuam na produção, estes percentuais são 3,7% e 4,2% respectivamente.

GRÁFICO 35
Distribuição do trabalhador com laço de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha com mais ou menos de 14 anos de idade, por sexo – PR (2006)
 (Em %)



Fonte: IBGE (2009).

É marcante e expressiva a similaridade entre os três estados da região Sul, especialmente quanto às áreas plantadas, colhidas e quantidade produzida, pois o crescimento da produção tem se acentuado nos últimos anos.

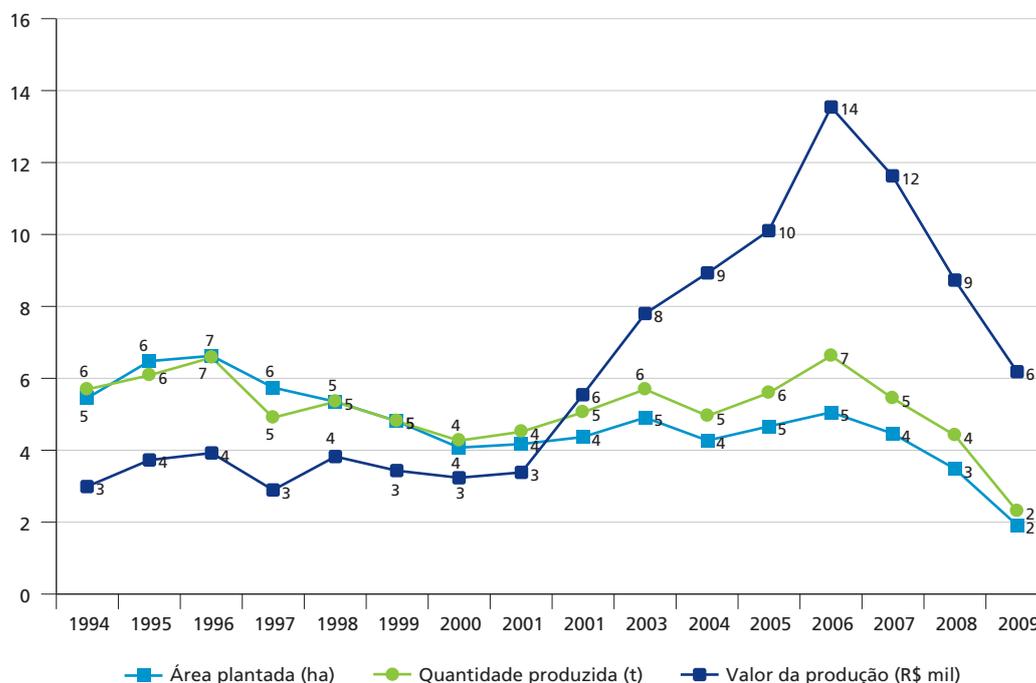
1.5.4 Bahia (BA)

Tanto o Paraná como Santa Catarina e Rio Grande do Sul demonstram crescente produção e produtividade nos últimos anos, com destaque para o ano de 2006. O mesmo não se percebe quando da descrição do gráfico 36, que apresenta os dados para o estado da Bahia. Apenas o preço ganhou destaque de elevação de 2001 até 2006 e depois segue em queda até 2009.

A partir de 1960, a Bahia deixou de ser um destaque na produção de fumo em folha do país, apresentado trajetória inexpressiva deste cultivo, tanto pela redução da área plantada em municípios tradicionalmente produtores, como pelo não surgimento de novos. O fumo em folha deixa de ser parte integrante e significativa da produção e receita desenvolvidas nas lavouras temporárias do estado baiano.

GRÁFICO 36

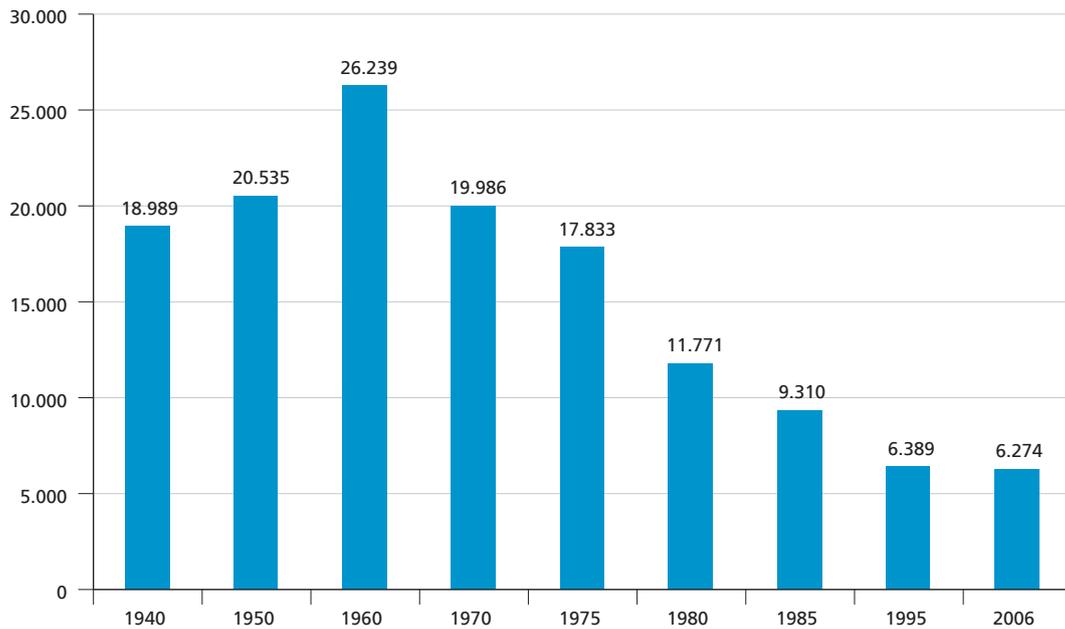
Varição anual da produção de fumo em folha – BA (1994-2009)
(Em %)



Fonte: IBGE (2011).

Para esse quadro, colabora a quantidade produzida em 1960, de aproximadamente 26.239t (o que para a década era expressivo) de fumo em folha, com uma redução expressiva para o aporte da produção apresentada em 2006, que foi de 6.254t, apresentado pelo gráfico 37. Isto pode representar a produção de um ou alguns municípios apenas da região Sul do país.

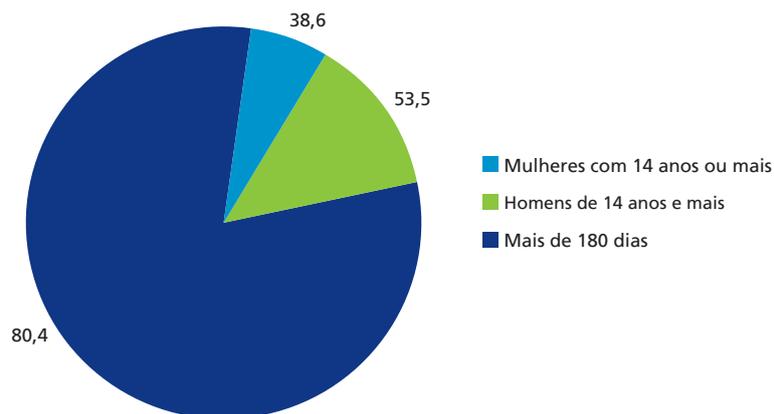
GRÁFICO 37
Quantidade produzida nas lavouras temporárias de fumo em folha – BA (1940-2006)
 (Em t)



Fonte: IBGE (2009).

Quanto ao pessoal envolvido na produção de fumo em folha no estado da Bahia, os números aproximam-se aos dos estados da região Sul, corroborando também o que foi descrito para o Brasil. Parte significativa das pessoas ocupadas na produção possui laço de parentesco com o produtor, e cerca de 80,4% delas ocuparam-se por 180 dias ou mais no labor nos estabelecimentos produtores que se dedicaram à produção de fumo desenvolvida no estado.

GRÁFICO 38
Trabalho e laços de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha – BA (2006)
 (Em %)



Fonte: IBGE, (2009).

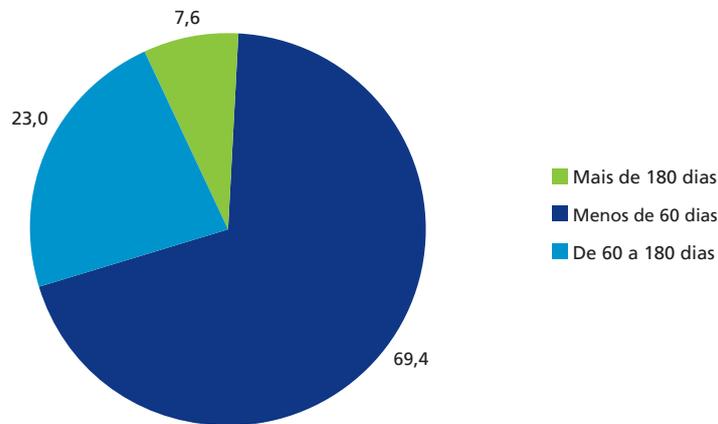
Quando comparado ao pessoal ocupado sem laço de parentesco, esses percentuais mais uma vez são pouco expressivos. Destes trabalhadores sem laço de parentesco, 69,4% atuaram em menos de 60 dias no ano de 2006. Ou seja, parte deste pessoal sem laço de parentesco que atua diretamente na produção é contratado por curtos e transitórios espaços de tempo. Isto reafirma os 7,6% deste pessoal atuar por mais de 180 dias no ano de 2006,

pois este maior tempo de serviço é ocupado pelo pessoal com laço de parentesco (trabalho familiar), nos mesmos moldes da atuação do pessoal ocupado nos estados do Sul.

GRÁFICO 39

Utilização de empregados sem laços de parentesco com o produtor nos estabelecimentos produtores de fumo em folha – BA (2006)

(Em %)



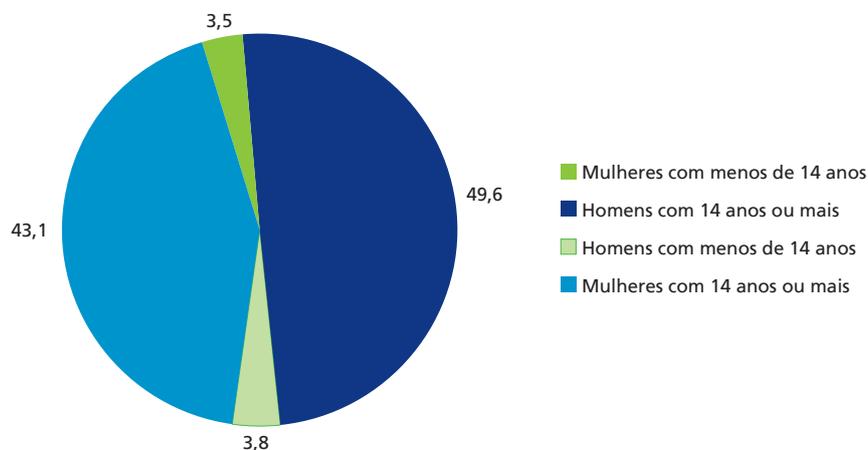
Fonte: IBGE (2009).

A proximidade quantitativa com os estados que compõem a região Sul do país é significativa no que tange ao pessoal ocupado. O gráfico 40 mostra o pessoal ocupado que possui laço de parentesco, dividido por sexo, mais aqueles que tinham 14 anos ou mais, ou menos de 14 anos, em 2006. Para homens e mulheres com menos de 14 anos que atuam na produção, estes percentuais são 3,5% e 3,8% respectivamente. Mas tem-se um diferencial quando são destacados dados sobre aqueles que tinham idade superior a 14 anos no ano do recenseamento. A participação da mulher, ainda que não supere a do homem, expressa que as mulheres residentes em estabelecimentos produtores de fumo na Bahia estão mais envolvidas no trabalho agropecuário em comparação aos estados sulinos e a Alagoas, estado descrito na sequência.

GRÁFICO 40

Distribuição do trabalhador com laço de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha, por sexo e com mais ou menos de 14 anos de idade – BA (2006)

(Em %)

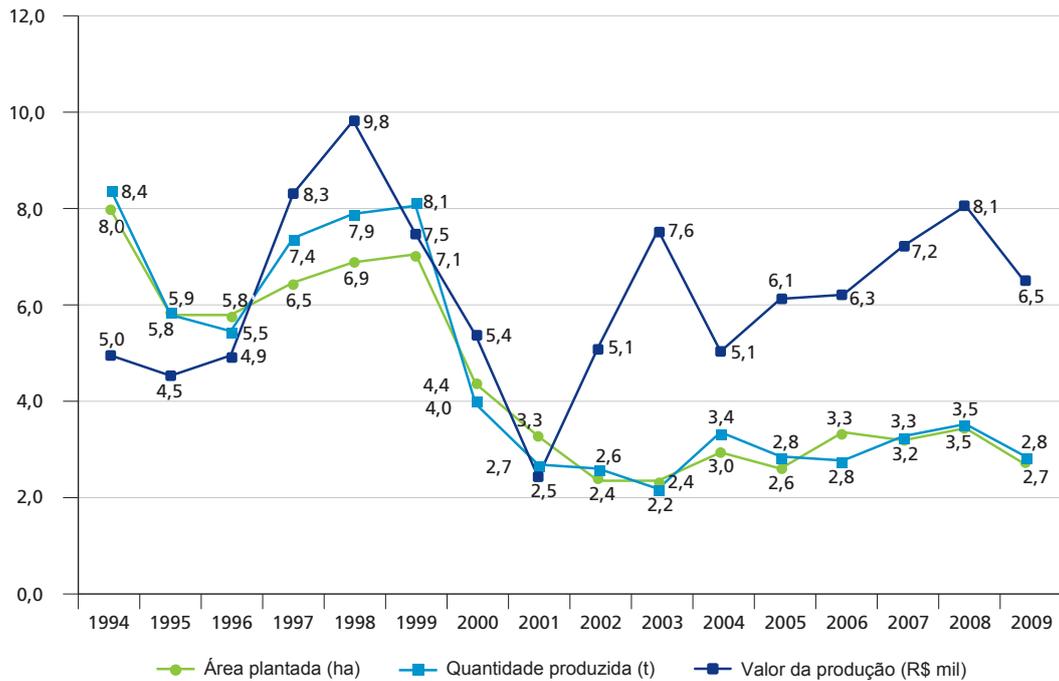


Fonte: IBGE (2009).

1.5.5 Alagoas (AL)

Tanto Paraná quanto Santa Catarina e Rio Grande do Sul demonstram crescente produção nos últimos anos, com destaque para ano de 2006, o que também se percebe na descrição do estado de Alagoas. O gráfico 41 expressa que, nesse estado, o valor da produção ganhou destaque de elevação e queda nos transcorrer do recorte temporal, mas tanto quantidade produzida como área plantada vêm decrescendo a partir de 1999.

GRÁFICO 41
Varição anual da produção de fumo em folha – AL (1994-2009)
 (Em %)

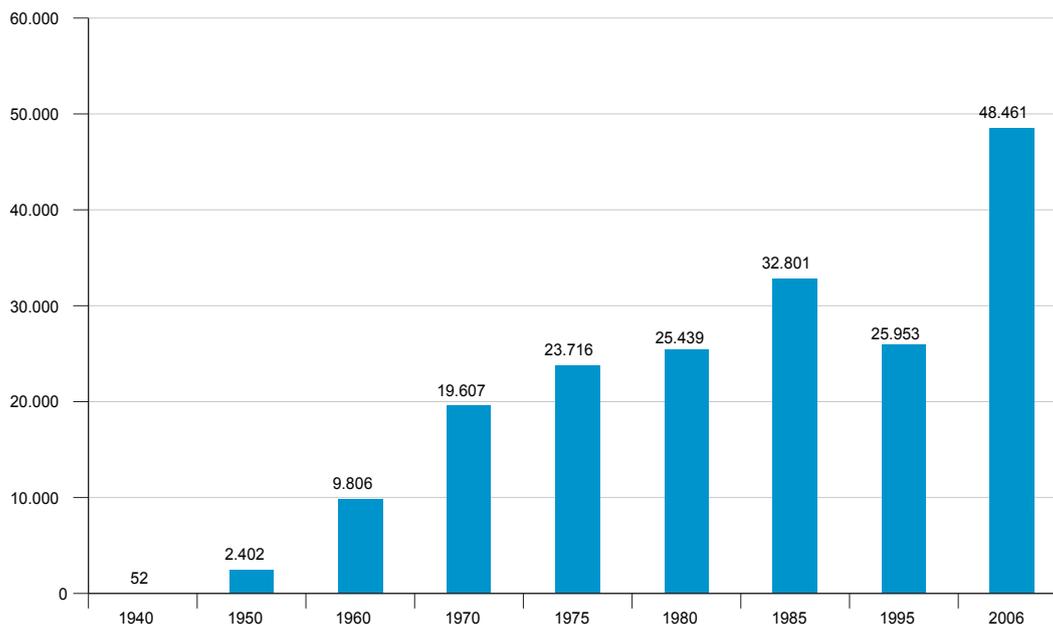


Fonte: IBGE, (2011).

Alagoas segue a trajetória de suave crescimento na produção de fumo em folha, em moldes díspares do apresentado pelo estado baiano. A trajetória deste cultivo é significativa, tanto pela redução da área plantada em municípios tradicionalmente produtores quanto pelo aumento da quantidade produzida, como demonstra o gráfico 42. O fumo em folha se mantém como parte integrante da produção desenvolvida nas lavouras temporárias do estado alagoano, sendo uma de suas microrregiões parte integrante do *ranking* das 20 produtoras do país.

De 1940 até 2006, tem-se uma ascendência na quantidade produzida de fumo em folha em Alagoas, que parte de 52 t para 48.461t, como apresentado pelo gráfico 42.

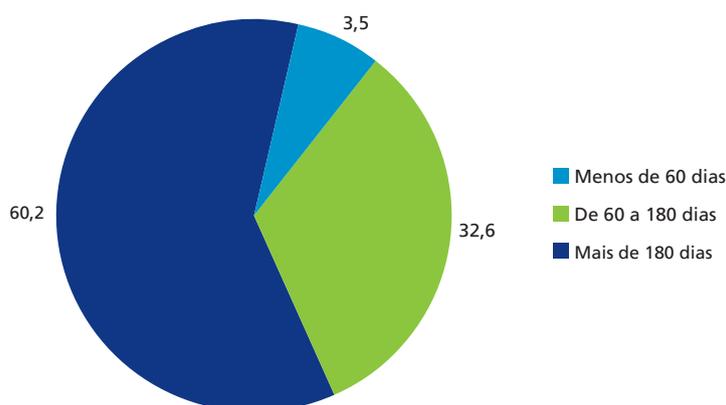
GRÁFICO 42
Quantidade produzida nas lavouras temporárias de fumo em folha – AL (1940-2006)
(Em t)



Fonte: IBGE (1940; 1950; 1960; 1970; 1975; 1980; 1985; 1995; 2009).

Quanto ao pessoal envolvido na produção de fumo em folha no estado de Alagoas, tem-se um diferencial para com os números dos estados da região Sul e propriamente da Bahia, destoando também do que foi descrito para o Brasil. Parte ainda significativa das pessoas ocupadas na produção possui laço de parentesco com o produtor, sendo que cerca de 60,2% destas pessoas se ocuparam por 180 dias ou mais no labor dos estabelecimentos com a produção de fumo desenvolvida no estado. Nos demais estados anteriormente descritos, este percentual apresentava-se em torno de 80%.

GRÁFICO 43
Trabalho e laços de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha – AL (2006)
(Em %)

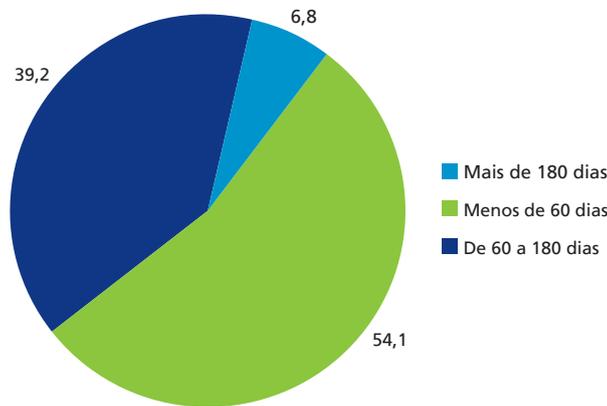


Fonte: IBGE (2009).

Daqueles empregados nos estabelecimentos produtores de fumo, ou seja, do pessoal ocupado sem laços de parentesco, 54,1% estiveram por menos de 60 dias ocupados naqueles locais, em 2006. Ou seja, parte deste pessoal sem laço de parentesco que atua diretamente na produção é contratada por curtos e transitórios espaços de tempo, mantendo-se os valores dos demais estados da Federação. O que reafirma os 6,8% deste pessoal atuarem

por mais de 180 dias no ano de 2006, pois este maior tempo de serviço é ocupado pelo pessoal com laço de parentesco, trabalho familiar, nos mesmos moldes da atuação do pessoal ocupado nos estados do Sul e no estado baiano.

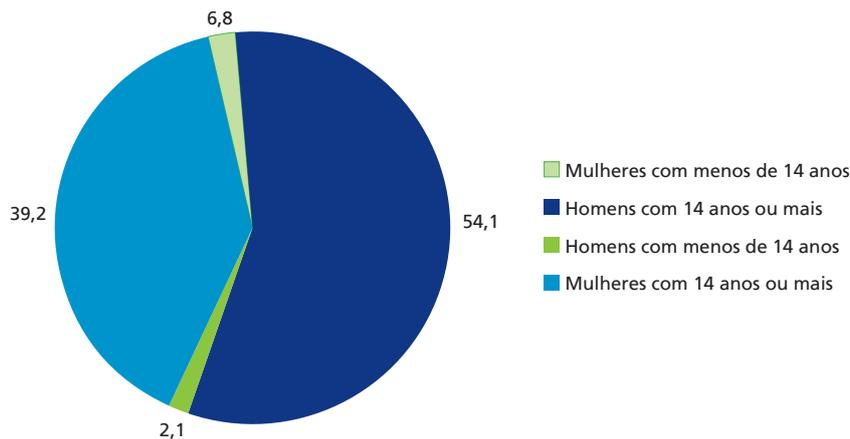
GRÁFICO 44
Utilização de empregados sem laços de parentesco com o produtor nos estabelecimentos produtores de fumo em folha – AL (2006)
 (Em %)



Fonte: IBGE (2009).

O gráfico 45 mostra o pessoal ocupado que possui laço de parentesco dividido por sexo e, destes, os menores de 14 anos de idade e os que tinham 14 anos ou mais em 2006. Assim, para homens e mulheres com menos de 14 anos que atuam na produção, estes percentuais são 1,5% e 2,1% respectivamente, o que destoa dos demais números apresentados anteriormente. Aqui, a participação da criança diminui. Em contrapartida, a participação dos homens é relativamente maior que aquela verificada nos outros estados estudados.

GRÁFICO 45
Distribuição do trabalhador com laço de parentesco nos estabelecimentos produtores de fumo em folha, por sexo e com mais ou menos de 14 anos de idade (2006)
 (Em %)



Fonte: IBGE (2009).

1.6 Considerações finais

Ainda que haja uma série de dados considerados importantes para se compreender a lógica dos estabelecimentos agropecuários produtores de fumo em folha no Brasil, e nos seus cinco principais estados produtores, opta-se nestas considerações finais por destacar questões

referentes ao pessoal envolvido na atividade. Entre estas, cabe observar que o percentual de pessoas que recebeu salários nas famílias foi de 0,7% nos três estados do Sul, sendo ainda mais baixo tal índice em Alagoas (0,3%) e Bahia (0,2%). Isto poderia denotar a subestimação de uma atividade que é essencialmente comercial e que é fortemente dependente de trabalhadores com laços de parentesco.

Outra informação que se pode aliar à primeira diz respeito ao nível de instrução do dirigente do estabelecimento fumícola. No Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná a frequência maior de observações está em dirigentes com ensino fundamental incompleto (23%, 75% e 70%, respectivamente), ao passo que, na Bahia 38% não sabem ler e escrever, e 39% possuem ensino fundamental incompleto; em Alagoas, 39% não sabem ler e escrever, e 36% possuem ensino fundamental incompleto. Mesmo que a situação geral não seja satisfatória, e, em certa medida, previsível para os padrões de quem vive no meio rural do país, os casos dos estados nordestinos são mais desalentadores. Tais dados se juntam aos de classe de idade dos dirigentes dos estabelecimentos. Para o Rio Grande do Sul, 18% têm idade entre 25 e 35 anos; 28%, entre 35 e 45 anos; e 28% têm idade entre 45 e 55 anos. Em Santa Catarina, 18% têm idade entre 25 e 35 anos; 32%, entre 35 e 45 anos; e 30% têm idade entre 45 e 55 anos. No Paraná, 21% têm idade entre 25 e 35 anos; 32%, entre 35 e 45 anos; e 26% têm idade entre 45 e 55 anos. Na Bahia, por sua vez, 16% têm idade entre 25 e 35 anos; 23%, entre 35 e 45 anos; e 22% têm idade entre 45 e 55 anos. Alagoas, se os dados de remuneração e de nível do dirigente forem agregados aos dados de classe de idade, tem o caso mais notório. Neste estado, 24% têm idade entre 25 e 35 anos; 24%, entre 35 e 45 anos; e 20% têm idade entre 45 e 55 anos. Ou seja, em Alagoas, a porcentagem de familiares assalariados é proporcionalmente mais baixa entre os estados estudados, e ali o dirigente é o mais jovem e com nível de instrução mais baixo. Além disso, mesmo com valores percentuais baixos, é um estado cujo dirigente do estabelecimento é frequentemente identificado como do sexo feminino (12%), somente superado pelo estado da Bahia, onde 27% dos dirigentes observados no censo são do sexo feminino.

Essa caracterização permite afirmar que o estabelecimento produtor de fumo em folha, no Brasil e nos estados selecionados, normalmente possui área inferior a 20 ha, com pessoal familiar ocupado não remunerado, baixo nível de instrução, idade entre 35 e 55 anos, sendo o dirigente do sexo masculino. Tais dados, por si só, já permitem retratar quem está envolvido na atividade agrícola do tabaco. Adicionais informações constantes neste texto permitem outras constatações, bem como um detalhamento da realidade dos produtores de fumo em folha no Brasil, com diferenciação para os estados nordestinos, em comparação com os sulinos. Outras interpretações para o país e para os estados estudados podem ser observadas nas seções seguintes. Ou seja, são várias as questões sobre o que envolve a produção de fumo em folha que merecem ser explorados, tanto para seu conhecimento, quanto para a proposição de planos de melhoria das condições de vida de quem está conectado à sua produção.

2 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS PRODUTORES DE TABACO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE ACORDO COM OS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2006

2.1 Introdução

Esta seção discute o cultivo, o mercado, e outras nuances da fumicultura brasileira, sejam elas na esfera produtiva, social ou econômica. Este tema possui relevância na agenda de

pesquisa das ciências sociais, tamanha é sua importância nas discussões mundiais sobre agricultura, desenvolvimento econômico sustentável e saúde pública.

Tendo o Brasil uma posição de destaque no que concerne à produção e comercialização de tabaco no mundo, torna-se necessário saber quem são os atores envolvidos e que papéis desempenham neste nicho de mercado. Especificamente nesta seção, a pretensão é fazer uma descrição abrangente e holística dos estabelecimentos rurais produtores de tabaco em território brasileiro. Para tal, salientam-se as principais características socioeconômicas e produtivas, como mão de obra empregada e renda, analisando, através de indicadores sociais, a condição de reprodução social nestes estabelecimentos rurais.

Atualmente, o Brasil é o maior exportador de tabaco do mundo e o segundo em produção, ficando atrás apenas da China (Anuário, 2010). Para o entendimento das causas que levaram o Brasil a chegar nesta colocação de destaque, é necessário fazer uma pesquisa sobre os condicionantes históricos e a situação atual que propiciaram tal posição.

Desse modo, a metodologia do trabalho proposto baseia-se em consultas bibliográficas a autores especializados no assunto e em informações dos bancos de dados do Censo Agropecuário de 2006 – realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, *sites* da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) e do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco), além de outros meios de divulgação de pesquisas na área concernente ao tabaco.

Para o caso dos dados do censo supracitado, as variáveis disponíveis, expostas e interpretadas neste trabalho, referem-se a estabelecimentos agropecuários e são as que seguem: produção brasileira de fumo em folha (t); produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca, segundo grupos de área (ha); condição legal do produtor em relação às terras; pessoal ocupado com ou sem laços de parentesco, em categorias de menos ou mais de 14 anos de idade e divisão por sexo; produção, valor da produção e área colhida por tipo de cultura; área colhida e uso de agrotóxicos na lavoura de fumo; produção, valor da produção e área colhida para as regiões Nordeste e Sul do Brasil, e para estados selecionados; e produção, valor da produção e área colhida, segundo destino da produção. Duas observações são adequadas neste momento. A primeira é a de que as variáveis mencionadas são detalhadas ao longo do texto, incluindo-se critérios específicos a elas; e a de que os dados são referentes ao Brasil. Quando há uma desagregação por regiões e estados (tabelas 2, 8 e 9), esta é justificada especialmente pela importância relativa que os estados citados têm no que diz respeito a valor e volume de produção, número de estabelecimentos produtores e pessoal ocupado, entre as variáveis mais representativas do recenseamento do IBGE.

Para que o objetivo seja contemplado, a sessão está dividida em quatro subseções. Esta primeira apenas faz uma breve apresentação do tema. Na segunda, é feita uma reconstrução histórica sobre a produção fumicultora do Brasil, salientando processos socioeconômicos que possibilitaram o crescimento de tal atividade em território brasileiro. O escopo é apresentar de maneira cronológica e factual os contextos da produção fumageira até se tornar uma atividade altamente significativa para a agricultura do país.

A terceira subseção concentra a análise nos estabelecimentos produtores de tabaco. De um modo geral, apresenta as características dos estabelecimentos produtores desta cultura agrícola, respeitando a diversidade do meio rural brasileiro. O perfil analisado terá um enfoque na área colhida e no tamanho da área destes estabelecimentos, no seu valor da produção, na característica da mão de obra e na técnica de produção utilizada e, enfim, em algumas características socioeconômicas marcantes que diferenciam os produtores de fumo.

A terceira subseção investiga ainda a produção e quais os caminhos para seu escoamento e comercialização. Para tanto, volta-se a atenção para algumas características que compõem o chamado Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), que data do início do século XX. Como o SIPT ganhou força com o decorrer dos anos na região Sul do Brasil, a verificação ainda aborda seu funcionamento e sua importância para a cadeia fumicultora da região.

Por fim, a quarta subseção registra as principais conclusões e lança algumas questões acerca do que foi exposto, de maneira a enriquecer o debate sobre o tema. Com isso, espera-se que haja contribuição para um maior conhecimento da real situação dos estabelecimentos rurais brasileiros envolvidos na produção de tabaco.

2.2 Breve histórico da produção brasileira de tabaco

O Brasil ocupa uma posição de destaque no mercado internacional de tabaco. Este quadro se firmou a partir dos anos 1990, quando a produção brasileira alcançou os melhores índices de participação e de qualidade no cenário internacional. Ao analisar as origens da produção de tabaco no Brasil, apreende-se que esta data do início da Colonização Portuguesa. Segundo o historiador Jean Batiste Nardi, os colonizadores encontraram lavouras de fumo cultivadas pelos índios em toda a faixa litorânea, e este era adquirido sob a forma de escambo (Nardi, 1985). Assim sendo, os indígenas introduziram o hábito de consumir tabaco nos portugueses, o que exigiu o aumento da produção, devido à expansão no consumo do produto (Boeira, 2002).

Com o passar dos anos, a população aumentava e o mercado interno também crescia e este fato exigiu uma expansão na produção de tabaco. Com a vinda definitiva dos portugueses para o Brasil, criaram-se as primeiras legislações a fim de regular a atividade fumicultora. Surgia a Junta de Administração do Tabaco, em 1674, que institucionalizou o monopólio português sobre o produto. Sua função era orientar o comércio da supracitada especiaria em Portugal e suas colônias. O destino da produção brasileira tinha três caminhos: o fumo de maior qualidade era exportado para Portugal, que reexportava a maior parte dele (cerca de 60%) para outros países europeus; o fumo de menor qualidade servia como moeda no mercado de escravos, e abastecia o mercado interno (Silva, 2002). Acrescenta-se que, até a assinatura da lei Euzébio de Queiroz, que pôs fim ao tráfico negreiro no Brasil em 1850, cerca de 30% das exportações de fumo objetivavam a compra de escravos.

Em meados do século XIX, na faixa litorânea da Bahia – especialmente no Recôncavo Baiano –, encontrou-se condições ideais para a expansão da produção, dado o aumento na demanda proporcionado pelo abastecimento do mercado europeu. Assim, fatores positivos, como mão de obra familiar e desejo de desenvolver a região, foram decisivos para aumentar a produção de tabaco. Ao contrário da cana-de-açúcar, que era plantada em grandes fazendas, o cultivo do fumo contemplava principalmente propriedades de pequenos produtores, que conseguiam obter fumo de boa qualidade em suas lavouras e sobreviver na agricultura (Buainain e Souza Filho, 2009).

As primeiras décadas do século XX assistiram a uma expansão territorial das áreas de produção de tabaco. Até meados de 1950, a faixa litorânea da Bahia foi a principal produtora de tabaco no Brasil, obtendo uma grande notoriedade, devido à qualidade de seus produtos, como o charuto baiano, que ainda hoje é reconhecido internacionalmente (Buainain e Souza Filho, 2009). Segundo Mesquita e Oliveira (2003, p. 1),

a lavoura fumageira construiu uma economia em torno de si, responsável pela geração de renda e de milhares de empregos, servindo de sustentáculo para municípios como Cachoeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Maragogipe, Muritiba, São Gonçalo dos Campos, São Félix, Sapeaçu, dentre outros do Recôncavo, especialmente da “Mata Fina” – expressão cunhada pela indústria baiana do fumo para designar a zona fisiográfica localizada na Região Econômica Recôncavo Sul, onde, em face às especificidades edafo-climáticas, se produz o melhor fumo para charutos do Brasil, de qualidade reconhecida internacionalmente. Criou-se, pois, uma verdadeira cultura do fumo, cujos reflexos se estendem até os dias atuais, moldando costumes, comportamentos, relações econômicas, sociais e políticas.

A fumicultura também teve papel central no desenvolvimento de Arapiraca, cidade de maior expressão neste nicho produtivo do estado de Alagoas e centro da Região Fumageira de Arapiraca (RFA). Conforme aponta o historiador Jean Baptiste Nardi (1985), no século XIX, as famílias com menor renda se encaminhavam para o interior do estado alagoano, onde as terras eram livres, mas não tão férteis quanto as próximas ao litoral e aos grandes rios São Miguel e São Francisco, regiões estas que foram ocupadas por engenhos de açúcar e canaviais, respectivamente. Deste modo, estas famílias de baixa renda dedicavam-se ao cultivo da mandioca e do fumo.

O desenvolvimento do fumo na região de Arapiraca está relacionado com a produção do estado da Bahia. Após o surto no consumo de cigarros, durante a Segunda Guerra Mundial, a demanda por fumos do tipo escuro, produzido no Nordeste, cresceu vertiginosamente. Apesar da qualidade inferior, os empresários baianos vieram socorrer-se na produção alagoana, que, por sua vez, aumentou suas áreas de plantio para os arredores de Arapiraca (Nardi, 2009).

No final do século XIX, o governo brasileiro adotou um plano visando à expansão das fronteiras agrícolas. Este plano implantou uma série de políticas neste viés, expandindo a fumicultura pelo Brasil e fazendo-a chegar a estados até então caracterizados por outros produtos, como São Paulo e Minas Gerais (Mesquita e Oliveira, 2003).

O maior destaque desse plano do governo foi a região Sul, sobretudo o estado do Rio Grande do Sul. Antes conhecido pela produção de charque – que abastecia de carne as Minas Gerais na época do Ciclo do Ouro –, o estado mais meridional do país viu a produção de fumo claro – usado para a fabricação de cigarros, diferentemente do nordestino, que era próprio para charutos – crescer vertiginosamente. Com o passar dos anos, a cultura se fortalecia e conquistava gradativamente espaço e importância no cenário da fumicultura nacional.

No século XX, a produção de tabaco começa a fazer parte da agricultura do Rio Grande do Sul, dada a impulsão ocasionada pelas políticas de ocupação de novas terras com a chegada dos imigrantes europeus, principalmente os alemães. O mercado do tabaco se expande com o crescimento da demanda urbana por cigarros. E aos poucos se forma uma complexa rede de serviços no Rio Grande do Sul, que era formada por mão de obra especializada, prestadoras de serviços e infraestrutura. Estes fatores fortaleceram a criação de um sistema de integração e o desenvolvimento de uma “cultura do tabaco”, pois envolvia costumes e relações socioeconômicas.

A instalação da empresa Souza Cruz no Vale do Rio Pardo, região central do estado do Rio Grande do Sul, no início do século XX, contribuiu para fortalecer a cultura do fumo na região. As condições encontradas, segundo Vogt (1997, p. 42) foram

i) adequação das terras da região ao cultivo do tabaco de estufa, com clima moderado e chuvas bem distribuídas durante as fases do ano; *ii)* tradição de produção familiar em pequenas propriedades;

iii) perfil cultural dos colonos; iv) consolidação do cultivo e do comércio do produto na região; e v) existência de estrada de ferro como meio de transporte.

No início do século XX, a produção de tabaco era quase toda consumida pelo mercado interno, fato este que começa a mudar no final da década de 1960, quando o mercado internacional sofre uma crise de oferta.² O Brasil já estava em condições de suprir este mercado e, em pouco mais de uma década, apresentava uma participação relevante no cenário internacional.

Com o advento da modernização da agricultura na década de 1970, o pacote tecnológico orientado para o aumento da produtividade agrícola nacional – sob a égide de insumos, maquinaria e sementes modificadas – proporcionou um crescimento da indústria da fumicultura, abrangendo mais áreas e desenvolvendo seus setores de produção. Além disso, a modernização e a grande oportunidade de mercado apresentada pelo cenário econômico do fumo atraíram novas empresas para o ramo, institucionalizando o Sistema Integrado de Produção de Tabaco, introduzido de maneira informal pela Souza Cruz, ainda em 1918 (Spies, 2000). Este sistema permitiu que a qualidade do fumo brasileiro melhorasse, por ser um programa em que a indústria e produtores estabelecem um contrato que prevê diversas questões, como de assistência técnica, aquisição e uso de insumos e compra da produção.

Ratificando o que já foi referenciado neste texto, o Brasil é o maior expoente em qualidade e exportações de tabaco no mundo. Crises em países concorrentes, como o Zimbábue e os Estados Unidos – que adotaram uma política de redução de área cultivada, e também uma rigorosa legislação antitabagista – auxiliaram para que o fumo brasileiro se posicionasse de tal maneira no comércio internacional, criando novos horizontes de mercado. Entretanto, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2011) estima que as safras de tabaco nestes países e nos principais países produtores continuarão crescendo.³ No Brasil, a produção vem desde muito tempo numa escalada de crescimento, como se pode ver na tabela 3.

TABELA 3
Produção brasileira de fumo em folha e rendimento médio (1975-2006)

	1975	1985	1995/96	2006
Produção (t)	292.932	408.394	451.418	1.109.036
Rendimento médio (kg/ha)	1.128,92	1.478,69	1.510	1.953

Fonte: IBGE (1975; 1985; 1995; 1996; 2006).

Nos três estados da região Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), as taxas de produtividade crescem a cada safra. Tal desempenho tem sido fruto das estratégias de produção engendradas pelas empresas e executadas pelos agricultores, que ainda veem na fumicultura a forma economicamente mais vantajosa para se reproduzir no meio rural familiar.

Na tabela 4, observa-se que a produção brasileira na safra 2010/2011 tende a superar a dos anos anteriores, alcançando o patamar de 748 mil t.

2. No final da década de 1960, a Rodésia, hoje Zimbábue, era um importante exportador de tabaco. No entanto, sofreu um boicote econômico dos compradores europeus, o que abriu uma lacuna no mercado internacional, preenchida pelo tabaco brasileiro que, desde então, surgia como uma potência fumicultora.

3. Conforme FAO a (2011), os principais países produtores de tabaco, em volume, no ano de 2009, foram: China, Brasil, Índia, Estados Unidos, Malawi, Indonésia, Argentina, Itália e Zimbábue.

TABELA 4
Produção brasileira e estadual de fumo em folha (2008-2011)
 (Em mil t)

Estados	2008/2009	2009/2010	2010/2011	Variação 2009/2010-2010/2011 (%)
Paraná	129,93	132,13	124,48	-5,79
Rio Grande do Sul	380,57	317,78	357,15	12,39
Santa Catarina	247,75	241,96	232,19	-4,04
Outros	34,54	34,18	34,07	-0,32
Total	792,79	726,05	747,89	3,01

Fonte: Afubra *apud* Deser (2010).
 Elaboração dos autores.

Mesmo com a queda na produção de estados importantes – como Santa Catarina e Paraná –, o Rio Grande do Sul registrou um crescimento superior a 12%, o que garante a superação do índice de produção anterior. Segundo representantes do setor, a queda de produção nos outros estados é ocasionada especialmente pelo fator climático, como a incidência do fenômeno El Niño (Varaschin, 2010).

De acordo com as observações anteriores, embora existam estratégias de controle da produção que estejam sendo instituídas no Brasil,⁴ particularmente a partir de políticas públicas, constata-se que a atividade fumicultora ainda aumenta sua produção, fortalecendo-se mais no seio da agricultura familiar. Outro ponto importante é que a fumicultura brasileira apresenta um quadro de dicotomia estrutural entre as duas principais regiões produtoras. A região Sul se destaca como a principal e progressista no espaço produtivo nacional, representando 95% da produção total de 2005/2006. Quando a análise da produção se volta para os estados, nota-se que Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná respondem por 40%, 28% e 27% do total nacional, respectivamente. Antagonicamente, a região Nordeste – tendo os estados de Alagoas e Bahia como principais produtores – assume uma posição marginal, ao cultivar fumo em escala reduzida, com baixo padrão tecnológico e produção vinculada e dependente à exploração mercantil de um restrito grupo de firmas exportadoras de fumo em folha e/ou fabricantes de charutos e cigarrilhas, que são em quase sua totalidade formadas por subsidiárias de transnacionais⁵ (IBGE, 2006).

2.3 Caracterização dos estabelecimentos fumicultores da agricultura brasileira

Esta parte do texto possui caráter descritivo. Apresentam-se aqui, com abrangência de dados, as características que contemplam os estabelecimentos produtores de fumo no Brasil. Segundo os resultados apresentados pelo IBGE no último censo agropecuário, realizado para o ano de 2006, verificou-se que 3% dos estabelecimentos rurais do país apresentam a fumicultura como uma de suas atividades. Além disso, 72% destes estabelecimentos possuem caráter especializado,⁶ ou seja, a principal atividade agrícola é a fumicultura.

Conforme apresentado anteriormente, verifica-se que, desde seu início, a cultura do tabaco era cultivada em pequenas propriedades rurais, onde o trato com a produção se dava de forma mais artesanal, o que refletia na qualidade do produto. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, grande parte da produção se concentra em pequenas propriedades

4. Políticas promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir da participação brasileira na Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). Sobre isso, por exemplo, ver <<http://www.mda.gov.br/saf>>.

5. Cabe mencionar que, para o caso dos fumos claros produzidos no Sul do Brasil, cultivados para cigarros, as relações mercantis também ocorrem entre produtores familiares e empresas multinacionais, em sua quase plenitude.

6. Para o IBGE, um estabelecimento é considerado especializado se o valor da produção do principal produto agrícola ultrapassar 66% do valor total de produção do estabelecimento. Do contrário, este é considerado diversificado.

de até 20 ha (um total de 120.083 estabelecimentos), que representam 76,5% do total no Brasil. A participação destes pequenos produtores ainda perfaz 71,8% do total da produção nacional. Desta maneira, estes dados possibilitam concluir que estes estabelecimentos possuem uma taxa de produtividade significativa, afirmação corroborada pela tabela 3. Esta constatação pode ser mais bem observada na tabela 5, visto que os grupos de área total (ha) das categorias de 0 a menos de 5, de 5 a menos de 10 e de 10 a menos de 20 indicam produtividade média (em kg/ha) de 1.920, 1.983 e 1.942, respectivamente.

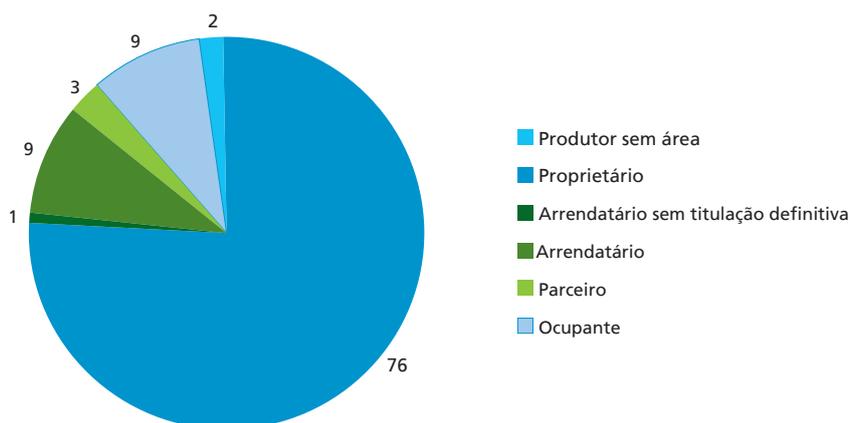
TABELA 5
Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca, segundo grupos de área total – Brasil (2006)

Grupos de área total (ha)	Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca				
	Estabelecimentos	Quantidade (t)		Valor da produção (R\$ mil)	Área colhida (ha)
		Produzida	Vendida		
Total	156.935	1.109.036	1.098.189	2.882.770	567.974
De 0 a menos de 5	41.302	203.933	198.911	446.287	106.230
De 5 a menos de 10	33.767	238.922	236.884	636.393	120.479
De 10 a menos de 20	45.014	353.058	350.886	930.579	181.803
De 20 a menos de 50	29.180	250.522	249.581	700.180	125.049
Mais de 50	4.701	50.803	50.182	128.550	27.954
Produtor sem área	2.971	11.797	11.746	40.782	6.459

Fonte: IBGE (2009).

No que concerne à condição legal do produtor de fumo em relação às terras, o Censo Agropecuário de 2006 mostra que 76% dos produtores são proprietários das terras (gráfico 46), enquanto os arrendatários e ocupantes assumem 9% cada um. Em seguida, aparece a categoria parceiro, com 3%, e produtor sem área, com 2%. Por último, o assentado sem titulação definitiva informa o 1% restante.

GRÁFICO 46
Condição legal do produtor de fumo em relação às terras – Brasil (Em %)



Fonte: IBGE (2009).

A posse da terra permite ao agricultor a possibilidade de escolher o que produzir. Destarte, como o fumo é uma atividade rentável, fica fácil para o pequeno proprietário escolher o que plantar. Além disso, outro fator preponderante para a escolha desta cultura é a garantia de compra da produção pela empresa integradora – embora as negociações acerca dos preços do produto sejam conturbadas –, pois o pequeno agricultor também opta pela

redução dos riscos que a atividade oferece, como, por exemplo, a perda da produção e a dificuldade de venda. Os dados censitários referentes ao destino da produção são destacados à frente, nesta seção.

A predominância da mão de obra familiar nas lavouras é confirmada pelos dados do Censo Agropecuário 2006. Na tabela 6, os dados descrevem o pessoal ocupado nos estabelecimentos com laço de parentesco com o produtor, por sexo e idade. No Brasil, a fumicultura empregou quase de 385 mil pessoas no meio rural no ano 2006. Deste total, pouco menos de 30 mil pessoas eram menores de 14 anos.

Quando se analisa por sexo, constata-se que cerca de 217 mil homens e 168 mil mulheres desenvolveram alguma atividade relacionada ao fumo. Quanto aos menores de 14 anos, mais de 15 mil eram do sexo masculino e mais de 12 mil eram do sexo feminino.

TABELA 6
Pessoal ocupado nos estabelecimentos com laço de parentesco com o produtor, por sexo e idade, segundo os grupos e classes de atividade econômica – Brasil (2006)

Grupos e classes de atividade econômica	Total		Sexo			
			Homens		Mulheres	
	Total	De 14 anos mais	Total	De 14 anos mais	Total	De 14 anos mais
Total	12.801.179	11.792.283	8.291.187	7.728.890	4.509.992	4.063.393
Cultivo de fumo	384.091	355.324	216.519	201.249	167.572	154.075

Fonte: IBGE (2009).
Obs.: inclusive o produtor.

Completando as descrições referentes ao trabalho nos estabelecimentos fumicultores, o pessoal ocupado nos estabelecimentos sem laço de parentesco com o produtor, por sexo e idade, é analisado na tabela 7. O número de pessoas sem laço de parentesco com o produtor chega a 50.179, e apenas 300 pessoas são menores de 14 anos. Deste total, os homens perfazem 40.468 e as mulheres somam 9.711. Em relação aos menores de 14 anos, têm-se 178 homens e 122 mulheres.

TABELA 7
Pessoal ocupado nos estabelecimentos sem laço de parentesco com o produtor, por sexo e idade, segundo os grupos e classes de atividade econômica - Brasil (2006)

Grupos e classes de atividade econômica	Total		Sexo			
			Homens		Mulheres	
	Total	De 14 anos mais	Total	De 14 anos mais	Total	De 14 anos mais
Total	3.766.365	3.712.960	3.224.007	3.190.367	542.358	522.593
Cultivo de Fumo	50.179	49.879	40.468	40.290	9.711	9.589

Fonte: IBGE (2009).
Obs.: inclusive empregados e outra condição e pessoas não remuneradas com laço de parentesco com estes.

Com base nas duas tabelas anteriores, ratifica-se o argumento de que a fumicultura é uma atividade desenvolvida, principalmente, em unidades de produção familiar, pois de todo o pessoal ocupado (434.270 pessoas), 88% possuem laço de parentesco com o produtor. Quanto aos menores de 14 anos que trabalham no fumo, o maior percentual aparece no pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor, que representa 7% do total de pessoal ocupado. No pessoal ocupado sem laço de parentesco com o produtor, este percentual chega a 0,1%.

Atualmente, a natureza da participação infantil na produção de fumo é debatida, o que gera conturbadas discussões entre empresas, produtores e órgãos de proteção à criança e ao adolescente. De toda forma, tanto para o caso do pessoal ocupado com laço de parentesco como para o caso daquele sem laço de parentesco, a participação percentual dos menores de 14 anos de idade na cultura do tabaco é similar ao resultado observado para o total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Alternativamente, prevalece o trabalho de 14 anos ou mais de idade, no total de estabelecimentos do país e naqueles produtores de fumos em folha seca.

Outra questão revelada no recenseamento diz respeito ao manejo nas áreas de fumo, ou seja, a técnica utilizada, já que não apresenta o uso de maquinaria pesada. Conforme dados do IBGE, a colheita é totalmente realizada de forma manual nos estabelecimentos produtores (tabela 8).

TABELA 8
Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca, segundo o tipo de colheita – Brasil (2006)

Tipo de colheita	Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca				
	Estabelecimentos	Quantidade (t)		Valor da produção (R\$ mil)	Área colhida (ha)
		Produzida	Vendida		
Total	156.935	1.109.036	1.098.189	2.882.770	567.974
Mecânica	–	–	–	–	–
Manual	156.935	1.109.036	1.098.189	2.882.770	567.970
Mecânica e manual	–	–	–	–	–

Fonte: IBGE (2009).

A tabela 9 mostra o tipo de cultivo empregado na produção brasileira de fumo. O tipo simples é o mais utilizado, perfazendo 92,8% do total. O associado (5,7%), o intercalado (1%) e o misto (0,6%) possuem menor relevância. Conclui-se ainda que a maior produtividade é proporcionada pelo cultivo simples, que apresenta média de 1.982 kg/ha. Em seguida, aparecem os cultivos intercalado e associado, com médias de 1.694 kg/ha e de 1.559 kg/ha, respectivamente.

TABELA 9
Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca, segundo tipo de cultivo – Brasil (2006)

Tipo de cultivo	Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca				
	Estabelecimentos	Quantidade (t)		Valor da produção (R\$ mil)	Área colhida (ha)
		Produzida	Vendida		
Total	156.935	1.109.036	1.098.189	2.882.770	567.974
Simple	145.566	1.051.958	1.043.292	2.722.752	530.691
Associado	8.991	46.324	44.407	131.135	29.713
Intercalado	1.521	6.371	6.244	20.524	3.762
Misto	857	4.383	4.246	8.359	3.804

Fonte: IBGE (2009).

A tabela 10 informa sobre o uso de agrotóxicos, aproveitando a desagregação para duas grandes regiões e cinco estados brasileiros. Nas lavouras de fumo brasileiras, os agrotóxicos assumem posição destacada, já que, segundo os dados do IBGE, constata-se que a porcentagem de estabelecimentos agropecuários que aplicam este recurso é de 90,4%.

TABELA 10
Área colhida e uso de agrotóxicos na lavoura de fumo (2006)

Brasil e principais estados produtores	Estabelecimentos	Área colhida (ha)	Utilizou agrotóxico	Área colhida (há)	Não utilizou agrotóxico	Área colhida (ha)
Brasil	156.935	567.974	141.795	536.912	15.140	31.035
Nordeste	21.095	49.574	12.212	38.727	6.825	8.245
Alagoas	11.290	40.707	10.488	36.957	802	3.761
Bahia	7.747	6.383	1.724	1.770	6.023	4.484
Sul	134.257	516.727	128.350	496.028	5.907	20.569
Paraná	24.396	127.778	23.377	124.361	1.019	3.390
Rio Grande do Sul	70.107	234.011	66.709	223.477	3.398	10.659
Santa Catarina	39.754	154.639	38.264	148.190	1.490	6.520

Fonte: IBGE (2009).

Ressalte-se que esse dado não revela a quantidade de agrotóxico utilizado, mas apenas informa se houve ou não a utilização. Além disso, acrescenta-se que as diferenças quanto a utilização de agrotóxicos entre as regiões Sul e Nordeste podem ter relação com o tipo de fumo produzido (adiante explicado).

A tabela 11 apresenta dados para a produção, valor da produção e área colhida nos principais estados brasileiros produtores de tabaco. Juntos, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Alagoas e Bahia são responsáveis por 96% da produção nacional.

As duas regiões brasileiras possuem diferenças significativas quando se analisa o cultivo de fumo. O primeiro fator que deve ser ressaltado é o tipo de fumo cultivado, pois no Sul se cultiva os conhecidos “fumos claros”, destinados à produção de cigarros. No Nordeste, por sua vez, predominam os “fumos escuros”, visando à produção de charutos.

TABELA 11
Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação (2006)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha				
	Estabelecimentos	Quantidade (t)		Valor da produção (R\$ mil)	Área Colhida (ha)
		Produzida	Vendida		
Brasil	156.935	1.109.036	1.098.189	2.882.770	567.974
Nordeste	21.095	58.176	51.873	92.105	49.574
Alagoas	11.290	48.461	43.213	71.810	40.707
Bahia	7.747	6.274	5.899	13.753	6.383
Sul	134.257	1.049.724	1.045.489	2.787.873	516.727
Paraná	24.396	294.660	294.190	460.235	127.927
Santa Catarina	39.754	306.530	305.452	873.080	154.639
Rio Grande do Sul	70.107	448.534	445.848	1.454.558	234.100

Fonte: IBGE (2009).

No Sul do Brasil, a produção funciona sob a égide do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), com a finalidade de estabelecer, por meio de contratos, uma aliança entre produtores e empresas beneficiadoras de tabaco claro. Há vantagens tanto para as empresas quanto para os produtores na utilização do SIPT. Do lado das empresas, o sistema tem por objetivo alcançar melhores índices de qualidade da folha de fumo, atendendo às

exigências dos maiores compradores. Assim, a integração com os agricultores familiares é a única forma de se alcançar tais índices, visto que o cuidado do agricultor com a lavoura é relativamente maior. Do lado dos produtores, o fumo é um meio de geração e complementação de renda. Além disso, há garantia de compra da produção, de transporte da mercadoria, de auxílio técnico durante a produção e, por conseguinte, de lucratividade na maioria das vezes. Portanto, tal sistema é um modelo que atende os interesses dos dois lados, pois dá segurança a ambos (Sinditabaco, 2011).

Considerando o que foi apresentado sobre o SIPT – especificamente com relação à garantia de compra da produção – e de acordo com os dados coletados pelo Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009), verifica-se que este sistema de integração é importante para o cenário fumícola brasileiro. Na tabela 12, percebe-se melhor isto, pois a produção vendida possui como principal destino a categoria entregue à empresa integradora (56,7%). A venda direta para indústrias (26%) e a venda direta a intermediários (12%) também são categorias relevantes no destino da produção.

TABELA 12

Produção, valor da produção e área colhida de fumo em folha seca, segundo destino da produção vendida ou entregue a terceiros – Brasil (2006)

Destino da produção vendida ou entregue a terceiros	Estabelecimentos	Quantidade (t)		Valor da produção (R\$ mil)	Área colhida (ha)
		Produzida	Vendida		
Total	156.935	1.109.036	1.098.189	2.882.770	567.974
Vendida ou entregue a cooperativas	1.652	15.561	15.444	37.216	7.162
Venda direta para indústrias	407.85	294.904	294.158	841.816	152.068
Entregue à empresa integradora	88.924	706.316	705.572	1.819.662	343.076
Venda direta a intermediário	18.789	80.783	79.961	160.162	55.623
Venda, entregue ou doada ao governo (federal, estadual ou municipal)	172	494	472	1.041	358
Venda direta ao consumidor	1.016	2.233	2.171	3.783	2.582
Vendida como semente	–	–	–	–	–
Exportada	17	411	411	1.011	190
Não vendeu	5.580	8.334	–	18.080	6.911

Fonte: IBGE (2009).

É relevante ratificar que as empresas integradoras atuam na região Sul do Brasil. Entre as de maior porte, destacam-se: a Souza Cruz, a Phillip Morris, a Japan Tobacco International (JTI), a Universal Leaf e a Alliance One Corporation-China Tobacco International do Brasil, instalada no país no início de 2012. Outras empresas de menor porte também empregam o SIPT, como: Continental Tobaccos Alliance (CTA), a Brasfumo e a Unifumos.

Atualmente, essas empresas são as grandes empreendedoras do ramo tabaqueiro no país e coordenam a quase totalidade dos contratos com os produtores da folha, conforme observado pela tabela 12. Esta coordenação inclui a entrega de um pacote tecnológico para as famílias agricultoras e visitas de técnicos agrícolas das empresas aos estabelecimentos, onde há a conferência do volume e da variedade que está sendo produzida. Além disso, as empresas também avalizam os contratos de crédito agrícola captados pelos agricultores e se ocupam da comercialização da produção, já que constroem contratos onde consta a entrega do total produzido nos estabelecimentos à empresa contratante (Silva, 2002; Spies, 2000).

Nesse cenário, há evidência de uma estrutura, pelo lado da indústria, de oligopólio concorrencial, por dominarem o mercado internacional, conforme dados do Sinditabaco (2011)

e de um oligopsonio, por estabelecerem domínio sobre a produção de mais de 150 mil estabelecimentos dedicados à cultura do fumo em folha (tabela 12). Isto, para os fumicultores, provoca perda de autonomia em suas decisões sobre uso dos fatores de produção dos seus estabelecimentos. Em contrapartida, dois motivos para os dirigentes aceitarem tal subordinação estão no aprendizado que possuem na atividade, algo que aumenta o rendimento por hectare, e a facilidade na comercialização, gargalho clássico da agricultura familiar.

Quanto aos intermediários no processo de venda da produção, nota-se que há conquista de espaço deste tipo de agente no mercado de fumo. Eles são responsáveis por dinamizar o mercado e também por “servir” aos dois lados do processo. Para os produtores, é uma alternativa de venda para o fumo de baixa qualidade ou para os excedentes de produção que superaram o volume acordado com a empresa integradora. Para as empresas, por seu turno, são vistos como uma oportunidade de compra de insumos, caso haja falta de matéria-prima de qualidade.

Em vista disso, o perfil médio dos estabelecimentos rurais produtores de fumo no Brasil pode ser descrito como: a maioria é composta de pequenos estabelecimentos rurais especializados de até 20 ha, que ocupam, prioritariamente, mão de obra familiar com mais de 14 anos de idade; a produção tem caráter comercial, visto que quase a totalidade da produção é comercializada, principalmente com empresas integradoras (64,25% da quantidade vendida); as indústrias (26,79% da quantidade vendida) e os intermediários também respondem por fatia do destino da produção (7,28% do total da quantidade comercializada); a tecnologia produtiva é essencialmente manual; e o valor da produção chega a mais de R\$ 5 mil por ha/ano (US\$ 3.300,00).

Com o intuito de complementar a análise dos dados do Censo Agropecuário 2006, acrescenta-se uma síntese da situação do universo fumicultor segundo o Anuário Brasileiro do Tabaco de 2010. Por meio de pesquisas com entidades do setor, apurou-se que a fumi-cultura, nesse respectivo ano, gerou mais de 35 mil vagas diretas na indústria, além de 917 mil empregos na lavoura, dado este distinto daquele encontrado pelo IBGE, para 2006, provavelmente por diferença metodológica (mais do que por diferença de ano de referência da coleta dos mesmos). Das etapas de produção até a exportação do produto, a cultura movimentou cerca de 16 bilhões de reais com uma produção total de 792.790 t. Finalmente, evidenciou-se que o tabaco é o terceiro produto mais importante na pauta de exportações da agricultura brasileira, ficando atrás somente da soja e do café.

2.4 Considerações finais

Em tempos um tanto “nublados” para o mercado tabaqueiro no cenário internacional, no qual ronda a perspectiva de aumentos nas sanções e nos impostos, o órgão representante das indústrias no Brasil, o Sinditabaco, não acredita que uma crise se aproxime. Segundo informações divulgadas pelo Anuário Brasileiro do Tabaco (2010), as estimativas são de crescimento do setor, visto que a qualidade do produto brasileiro é muito superior a dos demais países produtores. Por esta razão, ainda que seja uma realidade a redução do tabagismo em escala global, o Brasil garante sua fatia no mercado internacional em vista da qualidade do produto que, por sua vez, o diferencia dos concorrentes.

Os dados apresentados no trabalho comprovam o argumento utilizado pelas organizações que apoiam a expansão do cultivo de fumo no Brasil, como a Afubra e o Sinditabaco, isto é, o fumo mantém sua significativa participação na economia brasileira, pois é fonte de

empregos na agricultura e na indústria, gerando renda e movimentando a economia. Além disso, contribui significativamente para o estado na forma de arrecadação de impostos.

Assim, o contexto rural brasileiro, especialmente o da região Sul do país, mostra que a agricultura familiar vinculada ao fumo – mesmo enfrentando todas as discussões em torno do trabalho infantil, dos riscos à saúde etc. – tende a se perpetuar baseada nessa que é uma das principais atividades econômicas desses pequenos estabelecimentos agropecuários. A ocupação da mão de obra familiar, a propriedade da terra, a especialização da produção, a rentabilidade e a comercialização fácil do produto são indicadores de processos históricos, sob esses critérios, bem-sucedidos e corroborados pelo retrato constituído a partir dos dados do recenseamento do IBGE.

Com isso, conclui-se que políticas agrícolas devam ser pensadas no sentido de inserir o agricultor em outros nichos de mercado, pois a fumicultura se estabelece atualmente como uma das raras alternativas de renda para os pequenos estabelecimentos dessas regiões brasileiras. Sem um conjunto de ações organizadas, a dependência dos produtores com relação ao cultivo de fumo está longe de ser superada no contexto agrícola do Brasil. E, mesmo havendo um conjunto lógico de ações que tenham como papel reduzir a dependência dos estabelecimentos agropecuários em relação ao fumo em folha seca, no âmbito da CQCT, será preciso compreender os meios de vida das famílias dedicadas à produção de tabaco no país, para que políticas e programas obtenham êxito na melhoria do padrão de vida desses agricultores.

3 FUMICULTURA NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000: INTERPRETAÇÕES ECONÔMICAS DAS MUDANÇAS NA ALOCAÇÃO ESPACIAL

O objetivo central desta seção é descrever e interpretar as transformações espaciais da produção de tabaco nos cinco principais estados produtores do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia e Alagoas). Tem-se por base a quantidade produzida (em t) no período de 1990 a 2009, segundo os dados do Sistema de Recuperação Automática do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Como resultado, observa-se uma tendência de expansão da produção nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (região Sul do Brasil), responsáveis por mais de 94% da produção nacional. Há, ainda, a expansão regional das áreas de plantio de tabaco. Em contrapartida, os estados de Alagoas e Bahia (região Nordeste do Brasil) experimentam uma tendência de queda na área plantada. O mercado contribui na explicação deste movimento oposto entre as duas regiões do país, haja vista que a produção sul-brasileira é especializada em tabacos para cigarro e sua reputação é de produção de uma folha de alta qualidade. Os dois estados nordestinos, por sua vez, produzem tabaco para charuto e cigarrilha (fumos escuros), mercado de menor volume e em que o país não se destaca no cenário nacional e internacional.

3.1 Introdução

A produção agrícola brasileira, nos últimos vinte anos, vem passando por um processo contínuo de expansão na produção agropecuária, em boa medida confirmando tendência histórica observada para o próprio país. Várias são as razões para tal comportamento. Entre estas, menciona-se: expansão da fronteira agrícola, inovação tecnológica nos processos produtivos rurais, melhoria na gestão dos estabelecimentos produtores, além de questões específicas de mercado, como expansão da demanda mundial, processos de concentração (formação e/ou consolidação de oligopólios multinacionais nas atividades agropecuárias), e de políticas públicas de fortalecimento da agricultura nacional.

Tal cenário não se apresenta exclusivamente para o caso dos alimentos. Um exemplo típico que se enquadra nesses argumentos é o do tabaco, cultura cuja produção é verificada em território brasileiro ainda em seu período colonial, mas que se desenvolveu de maneira evidente a partir dos anos 1970. Como consequência, desde 1993 o tabaco brasileiro assegura sua posição de destaque no mercado internacional, conquistando a liderança mundial nos volumes e valores exportados (Seffrin, 1995; Anuário, 2010). Sabendo que esta condição depende, entre outros fatores, das áreas ocupadas no meio rural, o presente texto se propõe a identificar a ocupação espacial desta cultura nas duas últimas décadas. Para isto, irá concentrar atenção na discussão de cinco Unidades da Federação do Brasil, a saber: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, da região Sul; Bahia e Alagoas, da região Nordeste. A escolha destes estados se deu porque, segundo dados do Censo Agropecuário do Brasil 2006 (IBGE, 2006), estes são responsáveis por praticamente toda a produção nacional. Aliado a isto, a partir de uma configuração histórica do produto no país, tais estados tradicionalmente dedicam áreas para o cultivo do produto. Para que o objetivo desta seção seja atingido, esta está estruturada de forma a descrever a mobilidade espacial observada em cada estado, de maneira isolada. Interpretações conjuntas e inferências são deixadas para as considerações finais.

3.2 Ocupação e mobilidade espacial dos fumos em folha seca em cinco estados brasileiros

3.2.1 Considerações metodológicas

Esta seção concentra atenções no objetivo central do texto. Para isto, os dados sobre a quantidade produzida de tabaco (em t) servem de variável de análise. Diante das variáveis disponíveis, para a série histórica proposta (área colhida e plantada, quantidade produzida e valor da produção), optou-se por esta variável física, para que fosse possível captar de maneira evidente o processo de concentração (ou dispersão) da produção de fumos em folha seca⁷ no Brasil.

Aliado a isso, os anos de 1990, 1995, 2000, 2005 e de 2009 foram os selecionados, ainda que fosse possível construir tabulações e ilustrações para a série completa. Contudo, em função deste detalhamento não auxiliar essencialmente na identificação da espacialização produtiva ou de sua mobilidade, decidiu-se organizar os dados nos cinco anos supracitados. O ano de 2009, e não o de 2010, deu-se pela disponibilidade mais recente dos resultados serem daquele ano. A fonte para a descrição e interpretação dos produtos da análise é a Produção Agrícola Municipal, pesquisa realizada pelo IBGE, cujos dados estão disponíveis no Sidra. Para a construção das ilustrações baseadas em mapas dos cinco estados selecionados, os chamados cartogramas, recorreu-se ao *software* disponível *online* pelo próprio sistema do IBGE.

A escolha dos cinco estados ocorreu em função de serem os principais produtores dos fumos em folha seca do país, nomenclatura esta própria do citado instituto. As cores dos cartogramas foram selecionadas de maneira que fosse possível observar o panorama produtivo e os movimentos possíveis feitos pela lavoura, nos estados e ao longo dos anos selecionados. Ainda, para que fosse possível observar a mobilidade espacial dentro das Unidades da Federação eleitas,

7. Nomenclatura usada nas pesquisas promovidas pelo IBGE. Internacionalmente, o fumo é chamado de tabaco, termo adaptado para diferentes idiomas. Daqui para frente, o produto em análise será chamado de fumo, tabaco, folha, ou ainda de solanácea. Todas estas denominações alternativas são encontradas na literatura acerca do tema.

houve o detalhamento geográfico por microrregiões geográficas.⁸ Esta deliberação decorre do processo de desmembramento dos municípios, processo histórico brasileiro verificado também nas décadas de 1990 e atual, algo que poderia prejudicar o exame sugerido neste texto. A abordagem fundada em microrregiões não corre o risco de distorções provocadas por emancipações municipais, pois se preservam, pelo menos, ao longo do período proposto para este estudo.

Como um último exercício, a partir dos dados compilados, foi calculado o grau de concentração espacial da quantidade produzida em cada estado, para que fossem verificadas as microrregiões onde o fumo em folha é mais representativo, em relação ao todo produzido nas Unidades da Federação. Este último cálculo foi feito também para os anos selecionados e se baseou na participação percentual de cada microrregião e das cinco microrregiões no total gerado de tabaco no território estadual. Tal grau de concentração pode ser encontrado por: grau de concentração espacial da quantidade produzida de tabaco = (quantidade produzida da microrregião/quantidade produzida pela Unidade da Federação)x100.

Assim, os próximos passos irão expor, para cada estado, essas representações, na seguinte sequência: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia e Alagoas.

3.2.2 Rio Grande do Sul

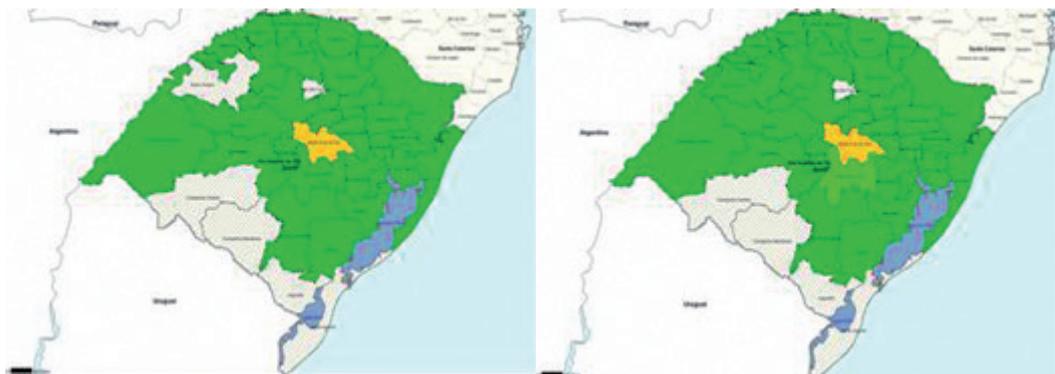
O Rio Grande do Sul, estado mais meridional do Brasil, carrega consigo um histórico de liderança na produção de fumos claros, algo observado desde a metade do século XIX (Vogt, 1997). Para as últimas duas décadas, tal condição de liderança na quantidade produzida da folha tem sido ampliada, tanto por expansão das áreas de cultivo, como pela expansão da produtividade por hectare e cultivado. Os cartogramas a seguir têm o objetivo de ilustrar a ocupação das microrregiões do estado do Rio Grande do Sul pelos fumos em folha, fenômeno este que ajuda a explicar a expansão do volume de produção nos últimos vinte anos, bem como o aumento da participação do estado no total da produção brasileira do produto.

FIGURA 1

Quantidade produzida de fumo em folha no Rio Grande do Sul, por microrregião geográfica

1A- 1990

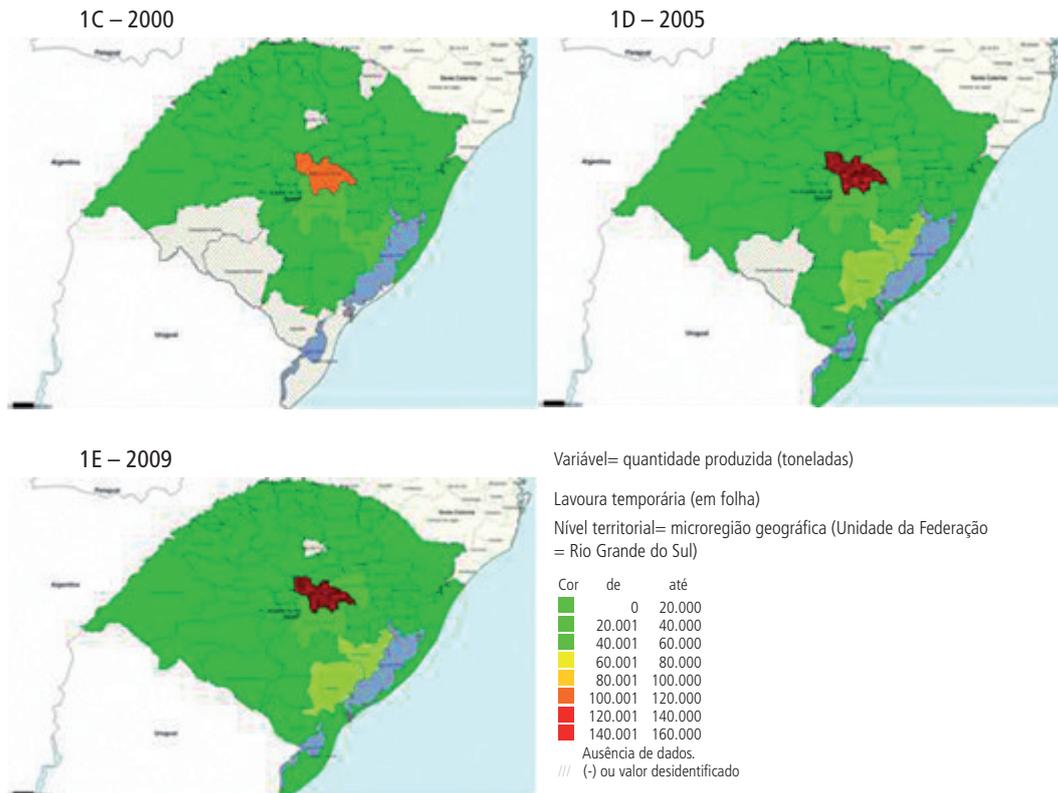
1B - 1995



(Continua)

8. "(...) partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões autossuficiência e tampouco o caráter de serem únicas, devido a sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, ou à totalidade nacional. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares (...). A organização do espaço microrregional foi identificada, também, pela vida de relações ao nível local, isto é, pela possibilidade de atender às populações, através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais" (IBGE, 1990, p. 8).

(Continuação)



Fonte: IBGE (2011).

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

Os cinco anos selecionados permitem dar uma ideia consistente acerca da concentração espacial da produção da solanácea na região central do estado. A microrregião produtora de Santa Cruz do Sul tem fortalecido sua contribuição na quantidade produtiva, ao longo do tempo, como aparece nos cartogramas expostos. Outras duas microrregiões que ganham notoriedade para o período em análise são as de Pelotas e de Camaquã, estas localizadas no sudeste do estado gaúcho. A tabela 13, a seguir, contribui na identificação das áreas produtoras de tabaco, tendo em vista que tal cultura ocupa terras em todas as microrregiões do estado, em pelo menos um dos anos selecionados.

TABELA 13

Quantidade produzida de fumo em folha no Rio Grande do Sul, por microrregião geográfica (1990, 1995, 2000, 2005, 2009)

Nome	1990		1995		2000		2005		2009	
	Quant. produzida (t)	Microrregião x 100/UF								
Não-Me-Toque	-	-	-	-	-	-	14	0,00	-	-
Santa Cruz do Sul	88.580	43,29	91.294	40,91	116.408	39,48	145.703	33,86	146.263	32,96
Pelotas	8.324	4,07	12.723	5,70	19.024	6,45	52.858	12,28	53.328	12,02
Camaquã	19.087	9,33	19.514	8,74	36.341	12,32	40.619	9,44	49.310	11,11
Cachoeira do Sul	15.710	7,68	20.098	9,01	24.795	8,41	31.822	7,39	31.026	6,99
Lajeado-Estrela	12.074	5,90	14.401	6,45	18.880	6,40	22.012	5,11	20.391	4,59
Soledade	9.535	4,66	7.148	3,20	11.424	3,87	17.981	4,18	19.271	4,34
Restinga Seca	10.140	4,96	10.449	4,68	12.229	4,15	18.583	4,32	19.076	4,30
Frederico Westphalen	5.969	2,92	8.095	3,63	8.413	2,85	17.417	4,05	18.205	4,10
Guaporé	8.113	3,97	10.375	4,65	13.495	4,58	14.556	3,38	17.325	3,90
São Jerônimo	6.773	3,31	6.654	2,98	8.037	2,73	18.741	4,35	16.846	3,80

(Continua)

(Continuação)

Nome	1990		1995		2000		2005		2009	
	Quant. produzida (t)	Microrregião 100/UF								
Porto Alegre	1.634	0,80	3.089	1,38	3.540	1,20	6.067	1,41	9.067	2,04
Serras de Sudeste	4.785	2,34	2.380	1,07	3.697	1,25	6.658	1,55	7.956	1,79
Santa Maria	1.386	0,68	2.609	1,17	4.941	1,68	9.108	2,12	7.597	1,71
Passo Fundo	3.543	1,73	5.647	2,53	4.795	1,63	4.612	1,07	6.136	1,38
Três Passos	2.184	1,07	1.837	0,82	2.434	0,83	5.674	1,32	4.760	1,07
Santiago	878	0,43	1.117	0,50	1.762	0,60	3.628	0,84	4.559	1,03
Erechim	668	0,33	991	0,44	808	0,27	4.845	1,13	2.698	0,61
Santa Rosa	1.091	0,53	989	0,44	890	0,30	2.004	0,47	2.268	0,51
Osório	2.514	1,23	2.225	1,00	1.266	0,43	1.282	0,30	1.348	0,30
Ijuí	127	0,06	37	0,02	23	0,01	365	0,08	1.337	0,30
Carazinho	244	0,12	272	0,12	359	0,12	958	0,22	1.288	0,29
Cruz Alta	150	0,07	157	0,07	236	0,08	864	0,20	1.120	0,25
Campanha Ocidental	150	0,07	240	0,11	360	0,12	1.538	0,36	1.106	0,25
Cerro Largo	23	0,01	93	0,04	374	0,13	944	0,22	764	0,17
Sananduva	24	0,01	20	0,01	-	-	453	0,11	359	0,08
Vacaria	197	0,10	215	0,10	63	0,02	33	0,01	107	0,02
Santo Ângelo	-	-	9	0,00	26	0,01	115	0,03	75	0,02
Litoral Lagunar	-	-	-	-	-	-	399	0,09	61	0,01
Gramado-Canela	514	0,25	306	0,14	113	0,04	66	0,02	58	0,01
Caxias do Sul	137	0,07	121	0,05	121	0,04	78	0,02	44	0,01
Campanha Meridional	-	-	-	-	-	-	-	-	22	0,00
Campanha Central	-	-	-	-	-	-	132	0,03	19	0,00
Jaguarão	-	-	-	-	-	-	207	0,05	18	0,00
Montenegro	61	0,03	54	0,02	19	0,01	11	0,00	5	0,00
Total	204.615	100,00	223.159	100,00	294.873	100,00	430.347	100,00	443.813	100,00

Fonte: IBGE (2011).

Obs.: microrregiões expostas em ordem decrescente da quantidade produzida (t).

A tabela 13 tem o intuito de resumir o que há nos cartogramas. Enquanto até 1990 ainda havia microrregiões que não produziam tabaco, nos anos 2000, todas tiveram, em algum dos anos selecionados, geração do produto. A expansão da fronteira agrícola do fumo é evidente por estas representações. Além disso, a microrregião de Santa Cruz do Sul se consolida como principal produtora da folha. Ainda que em volumes menores, as demais quatro principais microrregiões tiveram expansão em sua quantidade produzida, a saber: Pelotas, Camaquã, Cachoeira do Sul e Lajeado-Estrela.

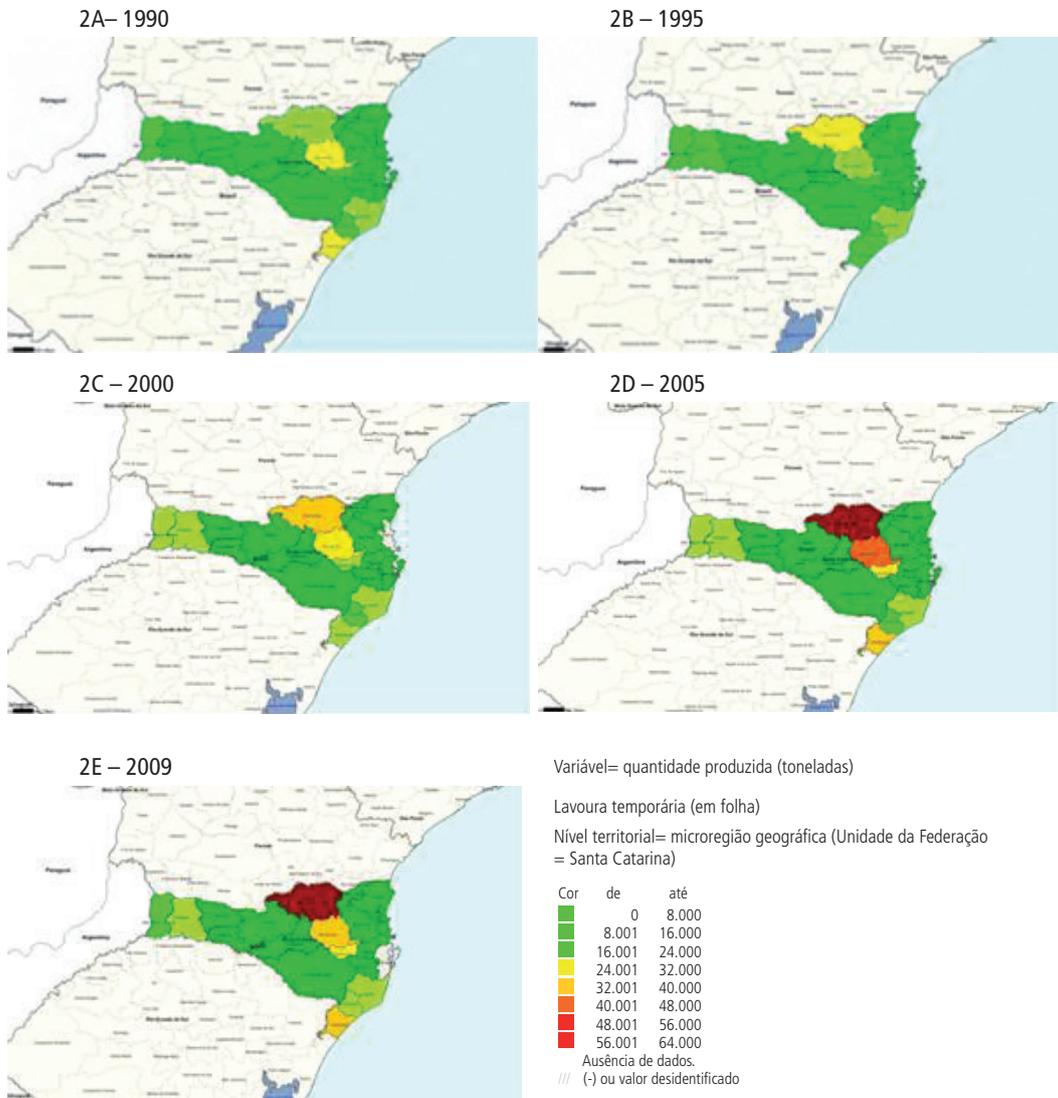
A agregação dos dados sobre o estado com maior produção de fumos em folha do Brasil viabiliza, ainda, que outras informações sejam apreendidas. Uma delas diz respeito ao grau de concentração espacial de cada microrregião no total produzido. As cinco principais contribuíram juntas com 70% da geração do tabaco rio-grandense, na média dos cinco anos selecionados. Em todas estas há uma tendência de crescimento do produto. De toda forma, as microrregiões de Pelotas e de Camaquã tiveram um aumento de sua participação relativa no volume produzido, ilustrado nas figuras 4 e 5, quando as cores destas ficam mais evidentes (verde claro). Ou seja, de uma participação de pouco mais de 13% da quantidade produzida estadual, em 1990 as duas microrregiões somadas passam a contribuir com mais de 23% do total gerado da folha em 2009 (tabela 1). Este resultado permite inferir que não há somente a expansão da fronteira agrícola do tabaco em direção ao sul do estado, mas também aumento na participação percentual do volume produzido

pelos duas microrregiões, ou seja, a composição de fatores de produção tem permitido que o tabaco seja expandido nas áreas referidas.

3.2.3 Santa Catarina

O estado de Santa Catarina mantém um histórico de relações sociais e econômicas com o vizinho Rio Grande do Sul, algo que se observa também no caso do tabaco. Contudo, mais evidente do que acontecia com o estado antes descrito, nos últimos anos do século passado, a produção da folha era observada em todas as microrregiões catarinenses, ainda que em intensidade menor. No início dos anos 2000, pelo que se constata a partir dos cartogramas da figura 2, a região centro-norte fortalece sua participação relativa na quantidade total de fumo, enquanto que há uma dispersão na produção do litoral. Fato revelador também destes cartogramas é que na década de 2000 o sul do estado, fronteira com o nordeste do Rio Grande do Sul, tem aumentado sua fatia no total produzido.

FIGURA 2
Quantidade produzida de fumo em folha em Santa Catarina, por microrregião geográfica



Fonte: IBGE (2011).

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

A concentração espacial da produção no estado pode ser observada também na tabela 14, onde os dados dispostos permitem nomear as principais microrregiões produtoras da solanácea. As microrregiões de Canoinhas (norte de Santa Catarina) e de Rio do Sul (centro-leste) estão geograficamente conectadas. Ao longo do período assinalado, tanto na observação dos cartogramas como na tabela 14, nota-se um aumento na concentração produtiva de fumo na microrregião de Canoinhas. Esta respondia por 11,50% de toda a quantidade produzida, em 1990, e numa consistente expansão atingiu 22,62% do total em 2009, retirando, sob o ponto de vista espacial, a dependência do estado de Santa Catarina da produção do Rio Grande do Sul. O caso da microrregião de Rio do Sul, por sua vez, tem mostrado uma pequena queda em sua participação relativa, em função da expansão da microrregião anteriormente citada, e não em função da redução em seu volume gerado de tabaco. Assim mesmo, sua perda na participação do total estadual não é acentuada, tendo caído de 17,34%, em 1990, para 14,01%, no ano de 2009.

TABELA 14
Quantidade de fumo em folha em Santa Catarina, por microrregião geográfica (1990, 1995, 2000, 2009)

Nome	1990		1995		2000		2005		2009	
	Quant. produzida (t)	Microrregião/100/UF								
Florianópolis	245,00	0,16	62,00	0,05	40,00	0,02	26,00	0,01	-	-
Canoinhas	17.523,00	11,50	25.533,00	18,81	33.985,00	18,05	59.500,00	21,25	56.041,00	22,62
Araranguá	24.551,00	16,11	14.369,00	10,59	22.841,00	12,13	35.735,00	12,76	39.230,00	15,83
Rio do Sul	26.428,00	17,34	23.389,00	17,23	30.129,00	16,00	47.163,00	16,84	34.720,00	14,01
Ituporanga	10.993,00	7,21	9.527,00	7,02	16.142,00	8,57	30.405,00	10,86	27.962,00	11,29
Tubarão	17.757,00	11,65	16.014,00	11,80	17.791,00	9,45	22.179,00	7,92	20.747,00	8,37
Criciúma	14.051,00	9,22	10.417,00	7,67	13.575,00	7,21	15.614,00	5,58	17.412,00	7,03
Chapecó	5.814,00	3,82	8.339,00	6,14	18.782,00	9,97	21.301,00	7,61	16.315,00	6,59
São Miguel do Oeste	8.499,00	5,58	11.723,00	8,64	17.245,00	9,16	20.200,00	7,21	15.058,00	6,08
Tijucas	6.733,00	4,42	4.871,00	3,59	5.366,00	2,85	7.650,00	2,73	6.269,00	2,53
Xanxerê	1.261,00	0,83	1.019,00	0,75	1.970,00	1,05	4.091,00	1,46	3.094,00	1,25
Joaçaba	5.099,00	3,35	2.146,00	1,58	1.602,00	0,85	2.984,00	1,07	1.871,00	0,76
Campos de Lages	2.175,00	1,43	1.747,00	1,29	2.039,00	1,08	2.363,00	0,84	1.868,00	0,75
Tabuleiro	1.328,00	0,87	934,00	0,69	1.104,00	0,59	2.530,00	0,90	1.846,00	0,75
Blumenau	4.114,00	2,70	2.497,00	1,84	2.029,00	1,08	2.329,00	0,83	1.689,00	0,68
São Bento do Sul	1.273,00	0,84	903,00	0,67	1.239,00	0,66	2.163,00	0,77	1.440,00	0,58
Curitibanos	1.179,00	0,77	473,00	0,35	1.118,00	0,59	1.862,00	0,66	1.324,00	0,53
Concórdia	1.441,00	0,95	1.230,00	0,91	1.201,00	0,64	1.860,00	0,66	819,00	0,33
Joinville	1.171,00	0,77	438,00	0,32	129,00	0,07	76,00	0,03	39,00	0,02
Itajaí	761,00	0,50	101,00	0,07	-	-	14,00	0,00	14,00	0,01
Total	152.396,00	100,00	135.732,00	100,00	188.327,00	100,00	280.045,00	100,00	247.758,00	100,00

Fonte: IBGE (2011).

Obs.: microrregiões expostas em ordem decrescente produzida (t).

A leitura da tabela 14 permite também mencionar a microrregião de Araranguá como importante produtora de fumos claros. Depois de uma queda na quantidade produzida, em 1995, em relação a 1990, houve um processo continuado de crescimento na produção que a fez ter produzido, no último ano analisado, 15,83% do total do produto no estado. Outras duas microrregiões produtoras são as de Ituporanga e de Tubarão. A primeira faz fronteira com a microrregião de Rio do Sul, enquanto a segunda faz fronteira com a microrregião de Araranguá.

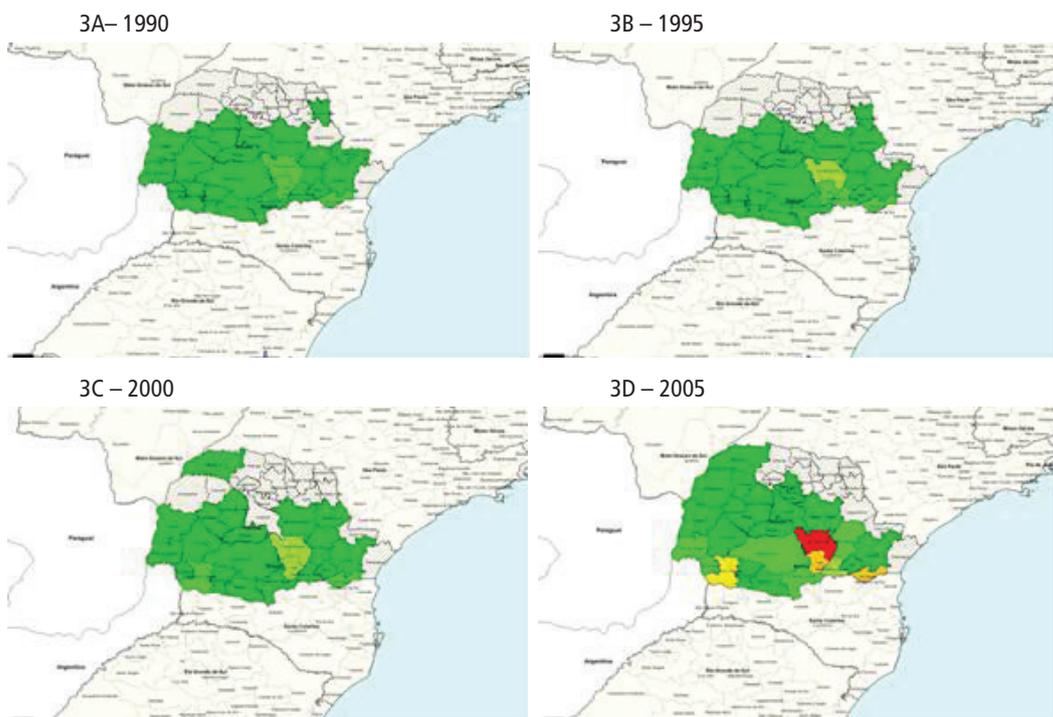
As cinco principais microrregiões produtoras do estado são, no período analisado: Canoinhas, Araranguá, Rio do Sul, Ituporanga e Tubarão. Para os anos selecionados, em 2009, tem-se que a microrregião de Araranguá ultrapassa a microrregião de Rio do Sul

neste ano. Nos demais, a produção da segunda microrregião supera a da primeira. As microrregiões de Ituporanga e de Tubarão seguem a tendência das anteriores, com expansão ao longo do período e queda no último ano exposto. A propósito, conforme Varaschin (2010), a redução se deu por fenômeno climático (El Niño) e não por redução no uso de fatores de produção, sobretudo terras. Também, quando são observadas as cinco microrregiões de maneira agregada, tem-se que o grau de concentração espacial da quantidade produzida é crescente. Objetivamente, as cinco microrregiões eram responsáveis por 63,82% da produção estadual, ao passo que, em 2009, sua participação passa para 72,13%, especialmente em função do crescimento expressivo na geração do produto realizada nas microrregiões de Canoinhas e de Araranguá. Cabe, ainda, fazer referência à microrregião produtora de Florianópolis, onde se encontra a capital do estado. Para o ano de 2009, afirmando uma tendência, não houve ali registro de produção de fumo em folha.

3.2.4 Paraná

Entre os três estados sulinos do Brasil, o do Paraná é aquele que mais recentemente tem experimentado a ocupação de suas áreas pela produção de tabaco. Isto ajuda a explicar a menor importância relativa que tal unidade geográfica tem no total do volume produzido no país. Assim mesmo, de igual forma como tem ocorrido com os estados anteriormente discutidos, este teve um crescimento expressivo nos anos selecionados. Entre os anos de 1990 e 1995, o crescimento foi de mais de 30%, e, de 1995 para 2000, de 22,64%. De toda forma, a expansão mais notável aconteceu entre os anos de 2000 e 2005, quando a produção passou de 64.554 t para 152.371 t da folha. Para o ano de 2009, houve estabilidade na sua produção (IBGE, 2011). Em relação à espacialização produtiva do produto neste estado, os cartogramas da figura 3 permitem inferir que tais crescimentos observados nas décadas de 1990 e de 2000 deram-se pela expansão da fronteira agrícola e pela intensificação da produção em áreas consolidadas, particularmente na porção territorial centro-sul paranaense.

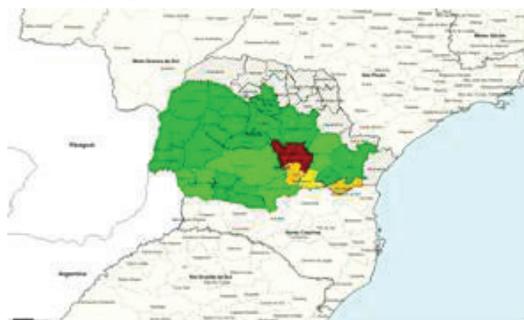
FIGURA 3
Quantidade produzida de fumo em folha no Paraná, por microrregião geográfica



(Continua)

(Continuação)

3E – 2009



Variável= quantidade produzida (toneladas)

Lavoura temporária (em folha)

Nível territorial= microrregião geográfica (Unidade da Federação = Santa Catarina)



Fonte: IBGE (2011).

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial)..

A leitura dos cartogramas expostos pode ser complementada pelos dados disponíveis na tabela 15. Nesta, é possível perceber que, nessa ordem, as microrregiões de Prudentópolis, de Irati e de Rio Negro são aquelas responsáveis pelo maior parte do que é produzido no estado. Para a primeira microrregião, em todos os anos selecionados, sua importância relativa foi superior a 21% do volume produzido total, à proporção que as outras duas microrregiões contribuíram, na média, com mais de 16% e 12% do produto fumageiro estadual, respectivamente. Além disso, as duas primeiras microrregiões são geograficamente interligadas, e a microrregião de Rio Negro faz fronteira com Santa Catarina. Outra constatação, a partir dos cartogramas, é que o norte paranaense não dedica áreas para o plantio da solanácea.

TABELA 15

Quantidade produzida de fumo em folha no Paraná, por microrregião geográfica (1990, 1995, 2000, 2005, 2009)

Nome	1990		1995		2000		2005		2009	
	Quant. produzida (t)	Microrregião 100/UF								
Prudentópolis	9.377	23,26	12.871	24,45	14.887	23,06	33.120	21,74	37.137	24,49
Irati	6.650	16,50	9.488	18,03	10.052	15,57	23.707	15,56	24.059	15,87
Rio Negro	5.251	13,02	5.552	10,55	6.406	9,92	21.182	13,90	20.466	13,50
São Mateus do Sul	2.512	6,23	5.590	10,62	4.462	6,91	13.815	9,07	16.296	10,75
Francisco Beltrão	1.814	4,50	2.266	4,30	5.537	8,58	16.057	10,54	7.969	5,26
Guarapuava	746	1,85	1.767	3,36	2.999	4,65	5.211	3,42	6.940	4,58
União da Vitória	2.089	5,18	3.110	5,91	4.017	6,22	6.325	4,15	6.937	4,58
Ponta Grossa	1.892	4,69	3.608	6,85	2.672	4,14	5.358	3,52	6.637	4,38
Capanema	2.207	5,47	1.730	3,29	3.700	5,73	7.019	4,61	6.244	4,12
Foz do Iguaçu	3.609	8,95	2.898	5,51	4.447	6,89	5.219	3,43	4.654	3,07
Cascavel	1.302	3,23	843	1,60	1.356	2,10	4.474	2,94	3.338	2,20
Pitanga	84	0,21	101	0,19	6	0,01	569	0,37	3.215	2,12
Curitiba	265	0,66	344	0,65	533	0,83	1.356	0,89	2.206	1,45
Lapa	157	0,39	189	0,36	468	0,72	1.427	0,94	1.320	0,87
Telêmaco Borba	170	0,42	312	0,59	204	0,32	1.840	1,21	747	0,49
Ivaiporã	25	0,06	43	0,08	-	-	452	0,30	650	0,43
Pato Branco	86	0,21	274	0,52	488	0,76	1.245	0,82	542	0,36
Faxinal	-	-	-	-	-	-	27	0,02	422	0,28
Goioerê	24	0,06	82	0,16	147	0,23	229	0,15	417	0,28
Palmas	25	0,06	338	0,64	253	0,39	555	0,36	306	0,20

(Continua)

(Continuação)

Nome	1990		1995		2000		2005		2009	
	Quant. produzida (t)	Microrregião 100/UF								
Campo Mourão	64	0,16	31	0,06	47	0,07	97	0,06	296	0,20
Toledo	1.959	4,86	1.109	2,11	1.707	2,64	2.929	1,92	295	0,19
Apucarana	-	-	-	-	-	-	4	0,00	263	0,17
Umuarama	-	-	-	-	-	-	109	0,07	193	0,13
Cianorte	-	-	-	-	-	-	8	0,01	76	0,05
Total	40.315	100	52.638	100	64.554	100	152.371	100	151.625	100

Fonte: IBGE (2011).

Obs.: ¹ Microrregiões expostas em ordem decrescente da quantidade produzida (t).² As microrregiões de Paranavaí, Wenceslau Brás, Porecatu, Paranaguá, Maringá, Londrina, Jaguariaíva, Jacarezinho, Ibiti, Florai, Cornélio Procopió, Cerro azul, Astorga e Assaí não foram citadas, ou por não haver produção nos anos de referência, ou pela produção ter sido insignificante para o todo do estado.

Além das informações supracitadas, pelos dados da tabela 15, tem-se como apreender que as cinco microrregiões que mais produzem tabaco (três anteriormente evidenciadas, mais São Mateus do Sul e Francisco Beltrão) participam com mais de 65% da quantidade gerada do produto, na média dos anos escolhidos para análise. Outra informação captada pelos dados é a de crescimento da produção em microrregiões que fazem fronteira entre si e se localizam no centro-sul e sudeste estadual. Se esta tendência permanecer, será observável uma intensificação do volume produzido nas microrregiões de Lapa, Curitiba e Ponta Grossa.

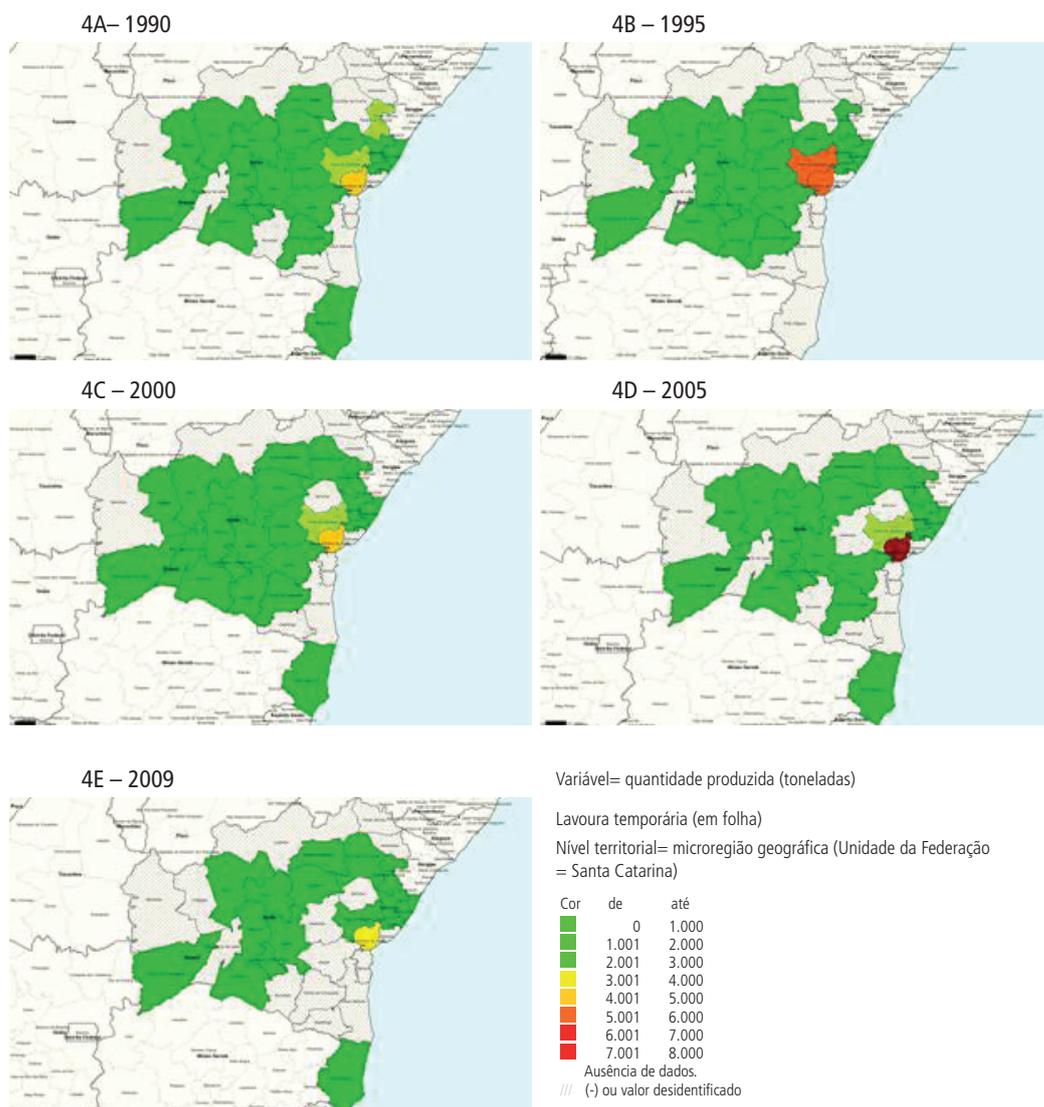
Conforme destacado anteriormente, as microrregiões de Prudentópolis e de Irati produzem os maiores volumes de tabaco do estado. E mais: quantidades que não alcançavam 10 mil t, em 1990, nos anos 2000 superam 15 mil t em pelo menos um ano, ultrapassando até as 37 mil t do produto (caso da microrregião de Prudentópolis). Objetivamente, pelo grau de concentração espacial, as cinco microrregiões eram responsáveis por 63,51% da produção estadual, em 1990, atingindo o pico em 2000 (70,8% do total), chegando a 67,23%, em 2009, uma pequena desconcentração espacial, ainda que tenha havido expansão em termos absolutos nas principais microrregiões – exceção feita a Francisco Beltrão, neste último ano de referência.

3.2.5 Bahia

As primeiras décadas do século XX assistiram a uma expansão territorial das áreas de produção de tabaco na Bahia. Até meados de 1950, a faixa litorânea deste estado foi a principal produtora no Brasil, obtendo uma grande notoriedade, devido à qualidade de seus produtos, como o charuto baiano (Buainain e Souza Filho, 2009). Contudo, para as últimas duas décadas, observa-se um processo de oscilação e posterior decréscimo na produção baiana. Deste modo, os cartogramas da figura 4 proporcionam um melhor entendimento sobre tal fenômeno, pois apresentam as transformações espaciais da produção de fumo na Bahia, o que ajuda a explicar a diminuição do volume de produção do estado no total da produção brasileira.

Esse estado nordestino tem menos microrregiões produtoras, o que é coerente com o volume decrescente da sua produção. Pelos cartogramas, verifica-se, ainda, que existe estagnação ou decréscimo da produção na maioria das microrregiões analisadas. Os cinco anos selecionados permitem um panorama acerca da concentração espacial da produção da solanácea na região centro-leste do estado. As microrregiões de Santo Antônio de Jesus e de Feira de Santana se destacam ao longo do período estudado.

FIGURA 4
Quantidade produzida de fumo em folha na Bahia, por microrregião geográfica



Fonte: IBGE (2011).

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial)..

A concentração espacial da produção no estado baiano pode ser observada também na tabela 16, na qual os dados dispostos permitem nomear a principal microrregião produtora da solanácea. Ao longo do período assinalado, tanto na observação dos cartogramas como na da tabela 16, constata-se que a concentração produtiva de fumo permaneceu na microrregião de Santo Antônio de Jesus, pois esta respondia por 43,10% de toda a quantidade produzida, em 1990, e por 69,42% do total, em 2009. Entretanto, mesmo com o aumento proporcional do grau de concentração produtiva, nota-se que o volume produzido diminuiu na microrregião baiana, visto que passou de 4.545 t, em 1990, para um patamar de 3.180 t, em 2009, ou seja, uma redução de 30,03%.

TABELA 16
Quantidade produzida de fumo em folha na Bahia, por microrregião geográfica (1990, 1995, 2000, 2005, 2009)

Nome	1990		1995		2000		2005		2009	
	Quant. produzida (t)	Microrregião x 100/UF								
Santo Antônio de Jesus	4.545	43,08	5.159	43,10	4.574	54,33	7.203	65,56	3.180	69,42
Feira de Santana	2.155	20,43	5.142	42,96	2.050	24,35	2.703	24,60	385	8,40
Livramento do Brumado	92	0,87	56	0,47	249	2,96	207	1,88	211	4,61
Ribeira do Pombal	2.190	20,76	314	2,62	360	4,28	244	2,22	180	3,93
Entre Rios	71	0,67	17	0,14	22	0,26	17	0,15	160	3,49
Jacobina	135	1,28	152	1,27	97	1,15	103	0,94	106	2,31
Seabra	286	2,71	61	0,51	69	0,82	16	0,15	103	2,25
Alagoinhas	226	2,14	197	1,65	180	2,14	219	1,99	61	1,33
Boquira	271	2,57	76	0,63	86	1,02	61	0,56	53	1,16
Santa Maria da Vitória	70	0,66	45	0,38	51	0,61	43	0,39	41	0,90
Barra	57	0,54	58	0,48	32	0,38	11	0,10	35	0,76
Senhor do Bonfim	32	0,30	295	2,46	290	3,44	28	0,25	18	0,39
Irecê	22	0,21	133	1,11	75	0,89	31	0,28	18	0,39
Porto Seguro	5	0,05	-	-	7	0,08	7	0,06	12	0,26
Guanambi	96	0,91	53	0,44	58	0,69	24	0,22	10	0,22
Euclides da Cunha	-	-	-	-	3	0,04	10	0,09	4	0,09
Catu	10	0,09	10	0,08	30	0,36	16	0,15	4	0,09
Total	10.549	100,00	11.970	100,00	8.419	100,00	10.987	100,00	4.581	100,00

Fonte: IBGE (2011).

Obs.: ¹ Microrregiões expostas em ordem decrescente da quantidade produzida (t).

² As microrregiões de Barreiras, Cotegipe, Juazeiro, Paulo Afonso, Bom Jesus da Lapa, Itaberaba, Jeremoabo, Serrinha, Salvador, Jequié Brumado, Vitória da Conquista, Itapetinga, Valença e Ilhéus-Itabuna não foram citadas, ou por não haver produção nos anos de referência, ou pela produção ter sido insignificante para o todo do estado.

As cinco principais microrregiões produtoras são: São João de Jesus, Feira de Santana, Livramento do Brumado, Ribeira do Pombal e Entre Rios. Estas contribuíram juntas com 89,12% da geração do tabaco baiano, na média dos cinco anos selecionados. Nas microrregiões de Santo Antônio de Jesus, de Feira de Santana e de Ribeira do Pombal existe tendência de decréscimo na produção do produto, enquanto na microrregião de Livramento de Brumado há tendência de estagnação da produção. Por fim, a microrregião de Entre Rios mostra aumento da produção.

Nesse intuito, quando são observadas as cinco microrregiões de maneira agregada, apreende-se que o grau de concentração espacial da quantidade produzida oscila ao longo do período assinalado. Em 1990, as cinco microrregiões eram responsáveis por 85,85% da produção estadual. Em 1995, ocorre um aumento da participação e então passam a colaborar com 89,29%. Contudo, em 2000, há uma queda e estas cinco microrregiões respondem por 86,17% da produção estadual. Já em 2005, ocorre novo aumento e a participação das microrregiões passa para 94,42%. Por fim, em 2009, há uma nova queda e as cinco microrregiões passaram a responder por 89,85% da produção na Bahia.

3.2.6 Alagoas

O desenvolvimento do fumo em Alagoas, principalmente por na região de Arapiraca, está relacionado com a produção do estado da Bahia. Após o surto no consumo de cigarros durante a Segunda Guerra Mundial, a demanda por fumos do tipo escuro, produzido no Nordeste, cresceu vertiginosamente. Apesar da qualidade inferior, os empresários baianos vieram socorrer-se na produção alagoana, que, por sua vez, aumentou suas áreas de plantio para os arredores de Arapiraca (Nardi, 2009).

microrregião de Arapiraca, que respondia por 94,81% de toda a quantidade produzida em 1990 permanece assinalando 95,39% do total em 2009. Por sua vez, a segunda principal microrregião produtora, conhecida como Palmeiras dos Índios, apresenta queda em sua participação relativa, que passa de 4,05% do total, em 1990, para um nível de 2,49%, em 2009. Por último, a microrregião de São Miguel dos Campos indica uma pequena expansão em sua participação relativa, que sai de 0,76%, em 1990, e passa para um patamar de 1,78%, em 2009.

TABELA 17
Quantidade produzida de fumo em folha em Alagoas, por microrregião geográfica (1990, 1995, 2000, 2005, 2009)

Nome	1990		1995		2000		2005		2009	
	Quant. produzida (t)	Microrregião 100/UF								
Arapiraca	29.945	94,81	21.551	93,21	14.900	93,85	10.189	90,92	10.736	95,39
Palmeira dos Índios	1.280	4,05	1.120	4,84	432	2,72	576	5,14	280	2,49
São Miguel dos Campos	240	0,76	320	1,38	300	1,89	354	3,16	200	1,78
Traipu	10	0,03	12	0,05	158	1,00	33	0,29	20	0,18
Penedo	109	0,35	117	0,51	86	0,54	54	0,48	19	0,17
Total	31.584	100	23.120	100	15.876	100	11.206	100	11.255	100

Fonte: IBGE (2011).

Obs.: ¹ Microrregiões expostas em ordem decrescente da quantidade produzida (t).

² As microrregiões Serrana do Sertão Alagoano, Alagoana do Sertão de São Francisco, Santana de Ipanema, Batalha, Serrana dos Quilombos, Mata Alagoana, Litoral Norte Alagoano e Maceió não foram citadas, ou por não haver produção nos anos de referência, ou pela produção ter sido insignificante para o todo do estado.

No estado de Alagoas, há somente cinco microrregiões produtoras de fumo, como se observa na tabela 17. Com isso, em todo o período assinalado, elas contribuíram com 100% da geração do tabaco. Percebe-se ainda que, em todas estas microrregiões, há uma tendência de diminuição no volume de produção do produto. Quando são observadas as cinco microrregiões de maneira agregada, tem-se que o grau de concentração espacial da quantidade produzida é estável, pois as cinco microrregiões são responsáveis por 100% da produção estadual em todos os anos selecionados.

3.3 Considerações finais

O presente texto é parte dos resultados do acordo de cooperação técnica constituído entre Ipea e a UFRGS, representada pelo PGDR. Os dados apresentados aqui permitem configurar o estado atual da fumicultura brasileira, particularmente no que diz respeito à sua mobilidade espacial. Nos estados interpretados, há um processo de concentração no território ocupado pelo produto, bem como a redução de algumas microrregiões. O caso que de certa forma contraria esta premissa é o do Rio Grande do Sul, que, apesar de promover concentração nas áreas de produção, expandiu o volume gerado, algo que coloca tal Unidade da Federação como a principal produtora de tabaco do Brasil. Para os outros estados (e isto não exclui o Rio Grande do Sul), a realocação espacial está conectada a inovações logísticas promovidas pelo setor industrial, que coordena as atividades da cadeia, conforme discutido por Silva e Borges (2010).

Também, quando é feita análise de maneira composta, ou agregada, de todos os estados, nota-se que existe uma tendência de aumento na participação relativa dos estados sulinos, em comparação com os dois estados do nordeste. Ou seja, ao longo do período de estudo, houve uma mobilidade espacial do fumo em direção ao sul do país, sendo tal região

atualmente responsável pela quase totalidade da folha produzida em território nacional. Para a década de 2000, tomando-se como base os dados médios deste período, o Rio Grande do Sul é responsável por aproximadamente 40% da quantidade produzida da solanácea; Santa Catarina, por 27,6%; e Paraná, por 26,5% (IBGE, 2011). Por sua vez, a Bahia, neste processo de redução da produção e da sua participação no agregado nacional, gerou algo em torno de 0,5%. Alagoas produziu perto de 4,4% do total da quantidade observada em território brasileiro.

A razão evidente para esse processo de redução está nas condições de mercado do produto, observável em termos mundiais. Especificamente, a variedade dos fumos em folha na Bahia e em Alagoas é a do tipo escuro, cuja finalidade é a produção, sobretudo, de charutos e cigarrilhas. Tal mercado é relativamente restrito, pelos volumes consumidos destes tabacos, o que provoca a concorrência por nichos dominados por países como Cuba, por exemplo. Outra razão é a tributação sobre o produto, tanto no mercado interno, quanto no exterior (Estados Unidos e União Europeia), o que torna seu preço mais elevado que aquele produzido pelo supracitado país caribenho (Anuário, 2010). Assim, as estratégias dos produtores não têm logrado êxito, o que tem provocado o abandono da cultura, habitual nos estados mencionados há pelo menos duzentos anos (Mesquista e Oliveira, 2003).

Os fumos produzidos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, em contrapartida, são os claros, dedicados à produção de cigarros, cujo volume demandado internacionalmente é muito superior àqueles cuja matéria-prima são os fumos escuros. Isto, aliado à já citada organização promovida pela indústria e ao aprendizado das técnicas de cultivo pelos fumicultores, algo que vem sendo percebido há mais de noventa anos, tem garantido a expansão das receitas auferidas por todos os elos que compõem tal cadeia. Em vários anos, o fumo tem se destacado como o terceiro principal produto agrícola da pauta de exportações brasileiras, superado somente pela soja e pelo café (Anuário, 2010). Desta forma, apesar do crescimento de campanhas antitabagistas em todo o mundo, tem-se assegurado a produção em expansão nas microrregiões sul-brasileiras, algo que se mostrou consistente ao longo do período avaliado.

4 A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS EM MEIO AO SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE TABACO⁹

A presente seção tem como tema central o Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) e as relações entre empresas integradoras do ramo e os agricultores produtores de fumo. As principais características deste arranjo de produção são as garantias de compra da produção e o financiamento dos custos desta. À primeira vista, este sistema aparenta apenas um modelo de produção preocupado em manter um relativo controle sobre a produção, em níveis de quantidade e, principalmente, qualidade do produto. Atenta-se para o fato de que, visto as características dos estabelecimentos rurais produtores de tabaco, de outra maneira, senão sob o modelo integrado, as características do tabaco não atenderiam às demandas do mercado internacional, principal destino da produção brasileira.

Entretanto, estudando-se o funcionamento de tal modelo de produção, vê-se que há uma assimetria evidente, e que traz consequências significativas para a reprodução social do agricultor. Tal assimetria consiste na desigualdade de poder de decisão imbricada no SIPT. Embora a literatura apresente uma relação assimétrica de forma suavizada na tomada de

9. Esta seção trata-se do resumo expandido de um trabalho de conclusão de curso em ciências sociais.

decisões durante as negociações (Buainain e Souza Filho, 2009), é importante que se olhe de maneira mais demorada para este tema.

O levantamento dos coeficientes da produção é realizado, a cada ano, por uma comissão formada por representantes das empresas (Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco – Sinditabaco) e dos produtores (Associação dos Fumicultores do Brasil – Afubra). Tal levantamento é a referência para que sejam negociados os reajustes nos valores dos insumos, por exemplo, e demais componentes da produção de tabaco. A visualização da relação assimétrica pode ser verificada a partir de então. A mão de obra familiar é o ponto mais discutido em tais reuniões. No entanto, por ser um elemento de difícil mensuração, torna-se alvo do impasse. A Afubra reivindica um valor de reajuste para este ponto frequentemente negado pelas empresas, que rebaixam tal valoração, sob a alegação de ser excessivo. Porém, os insumos, financiados e ofertados pela integradora recebem reajustes ano a ano. A assimetria corresponde ao fato de que, na ocorrência de impasse na negociação, vigoram os valores decididos pelas empresas. O outro momento conturbado, qual seja, a compra da produção, também se organiza em torno da tabela de referência de preços a serem pagos de acordo com a classe da matéria-prima. Tal tabela provém do supracitado reajuste, ou seja, é controlado pelas empresas também. Olhando sob este prisma, pode-se dizer que as empresas integradoras têm controle direto sobre os gastos e ganhos dos produtores, o que deixa estes numa posição subalterna, de vulnerabilidade econômica e de total falta de autonomia (Etges, 1991).

TABELA 18
Destino da produção de fumo em folha, segundo ano e quantidade – RS

Destino da produção	Estabelecimentos			Quantidade (t)					
				Produzida			Vendida		
	1985	1996	2006	1985	1996	2006	1985	1996	2006
Consumo no estabelecimento	3.013	744	164	16.230	2.123	323	ND	66	89
Estoque no estabelecimento	ND	63	349	ND	212	3.012	ND	23	747
Entrega à cooperativa	563	404	474	933	1.845	2.101	ND	1.845	2.096
Entrega à indústria	41.852	55.243	65.859	142.907	186.366	428.796	ND	186.250	427.931
Entrega ao intermediário	2.197	2.424	3.363	4.342	5.336	14.915	ND	5.316	14.906
Venda direta ao consumidor	50	204	75	151	545	351	ND	544	342
Total	47.765	59.248	70.107	164.824	196.904	448.534	ND	194.509	445.848

Fonte: IBGE (1985; 1996; 2009).

Entretanto, o último censo agropecuário, realizado em 2006, apontou para um crescimento da participação de intermediários no que se refere ao destino da produção (tabela 18). Aparentemente, este fato poderia passar como irrelevante, mas a participação deste ator pode apontar para a existência de práticas que visem burlar o contrato de integração e aumentar as veias de comercialização. Buainain e Souza (2009) apontam o “desvio de produção”, nome dado a esta ação, como uma estratégia dos produtores para aumentar a renda com a venda do fumo. Isto pode estar interferindo na forma como as empresas atuam, ou seja, as práticas dos produtores estão obrigando as integradoras a reverem algumas de suas formas de agir.

Tal dado formou a base empírica para a proposta desta pesquisa. O problema central de análise encara o SIPT como uma estrutura de dominação, com o funcionamento calcado sobre a assimetria de poder entre integradoras e produtores, onde a centralização

das decisões forma um contexto de minimização da autonomia dos agricultores (Deser, 2003). Por meio de estratégias embasadas em conhecimentos oriundos da capacidade de perceber os contextos nos quais estão inseridos, os produtores tentam criar o que James Scott denominou formas cotidianas de resistência camponesa (Scott *apud* Menezes, 2002), para enfrentarem tais situações de dominação. O desvio de produção é aqui apresentado e definido como uma destas formas, pois tem a intenção de criar alternativas de comercialização no intuito de otimizar a renda proveniente da produção – ou seja, por meio destas formas de resistência os agricultores modificam o cenário em que se encontram, mudando os contextos e construindo novos padrões de interação, o que possibilita afirmar que tais produtores são dotados da capacidade de agência (Long, 2001). Pretende ainda entender qual a consequência destas ações para o SIPT, visto que as reformulações na logística estão sendo feitas, transformando este num espaço de (re)construção constante, que se tenta descrever como uma “estrutura emergente” (Long, 2001).

O objetivo central desta pesquisa, então, foi verificar em que condições estas estratégias se apresentam em um determinado espaço, com uma realidade de dominação significativa, com o município escolhido como lócus de estudo, qual seja, Jaguari (RS), onde as condições do meio rural, assim como sua localização, permitem uma estrutura de controle bem articulada e centralizadora. Como objetivos específicos, buscou-se saber a opinião dos agricultores sobre o SIPT e seu funcionamento, bem como a impressão destes acerca das condições do mercado do fumo. Também se intenta chegar ao objetivo central deste trabalho, evidenciando as estratégias que os agricultores creem ser capazes de lhes dar maior autonomia dentro deste modelo produtivo.

As hipóteses deste trabalho se apresentam da seguinte forma:

- 1) H1: as estratégias camponesas engendradas no interior do SIPT apontam para o aumento do poder de agência dos produtores (Long, 2001), que, por meio de suas ações racionais, individuais ou coletivas, lutam por maior autonomia dentro do sistema de produção. Tais ações estão desencadeando novas formas de atuação das empresas, que já passam a levar em consideração a potencialidade dos agricultores enquanto categoria atuante nas decisões de produção. Desta forma, é possível dizer que o SIPT é uma estrutura emergente (Long, 2001), na medida em que a sua lógica operacional é constantemente afetada pelas disputas de interesses envolvidas em seu interior.
- 2) H2: com base na análise dos dados do município, pode-se inferir que a dificuldade local, em termos de geografia, solo e economia interfere diretamente na confecção de estratégias de ação dentro do sistema de produção fumícola. Tal hipótese sugere que, embora haja uma efervescência no cenário do fumo, caracterizado pela tentativa de buscar alternativas ao modelo imposto, estas são dificultadas pelo contexto local. No entanto, a opção por não enfrentar o SIPT e suas relações de dominação também caracteriza uma racionalidade e um amplo conhecimento das relações que os circundam, podendo, assim, ser observada também a presença da capacidade de agência (Long, 2001). Contudo, esta se apresenta na forma dos discursos e impressões disseminados nas conversas entre agricultores em espaços onde não há presença de funcionários das empresas, ou seja, em espaços onde não há intermediação do poder, onde os atores apresentam suas opiniões verdadeiras, muitas vezes de rebeldia, caracterizando o que Scott (1990) chamou de transcrição oculta.

O referencial teórico desta pesquisa contempla textos desenvolvidos acerca do SIPT, seu funcionamento e críticas a este, assim como bibliografia específica da área de ciências sociais. Os trabalhos sobre a fumicultura abordam as questões internas ao mercado

do fumo sob vários olhares, como da economia (Silva, 2002), geografia agrária (Etges, 1991), administração (Buainain e Souza Filho, 2009) e da sociologia (Boeira, 2002). Para a problematização sociológica das relações imbricadas no SIPT, assim como para a caracterização dos espaços conflitantes e as estratégias camponesas, e ainda sobre a importância de se relatar tais lutas, foram utilizados os textos do antropólogo Norman Long (2001), do também antropólogo e cientista político James Scott (*apud* Menezes, 2002), além de textos do historiador britânico Edward Thompson (1997).

A metodologia utilizada para realização deste trabalho reuniu alguns métodos de análise de orientação quantitativa e qualitativa. Os trabalhos de campo se deram em dois momentos: o primeiro com uma orientação etnográfica, visando conhecer a cultura da cidade, assim como partilhar um pouco do cotidiano dos habitantes, de forma a construir uma relação mais estreita tendo em vista a melhor coleta de dados referentes à pesquisa. Foram realizadas entrevistas exploratórias, assim como, posteriormente, entrevistas individuais, com a utilização de gravador. Em um segundo momento, as incursões tiveram o objetivo da aplicação dos questionários e realização de entrevistas semiabertas, com um foco mais direto na contemplação dos objetivos do trabalho.

Os resultados obtidos pela aplicação de tais métodos foram satisfatórios, com exceção do número de questionários aplicados, que não alcançaram o intencionado, devido às dificuldades encontradas na realização do segundo momento da pesquisa. Contudo, as informações coletadas nas entrevistas foram extremamente importantes para que a realidade do contexto rural do município fosse conhecida, assim como as impressões dos produtores, de tal forma que esta pesquisa conseguiu contemplar seus objetivos.

As conclusões tiradas deste trabalho vêm ao encontro das hipóteses apresentadas. A incidência de desvios de produção está se tornando uma prática recorrente entre os produtores jaguarienses, e estão modificando de alguma forma as relações entre estes e as empresas. Contudo, tais relações se apresentam de duas formas. Por um lado, houve um aumento no poder de negociação entre produtores e empresas, ou seja, principalmente pelo receio de ficar sem mercadoria, as empresas estão pagando mais pela produção, de forma a contentar os agricultores, não perdendo, assim, o fornecimento de matéria-prima, e minimizando o risco de inadimplência que traria prejuízos para a empresa. Entretanto, as empresas também estão respondendo a estas práticas de maneira a punir os produtores. Muitos destes estão sendo “largados” pelo fato de terem desviado produção. Isto vem ao encontro da segunda hipótese (H2). Em contextos onde a dominação das empresas é grande, por conta dos seus orientadores, que são pessoas da comunidade e conhecem os produtores – consequentemente sabem quem são praticantes de tal ação, ou porque os agricultores dependem exclusivamente do fumo para sobreviverem –, as ações de resistência são limitadas. De tal forma, ficam reclusas a um espaço discreto, de transcrição oculta, longe dos olhares dominadores. O cenário jaguariense comporta ambas as maneiras, uma mais combativa no terreno das ações, outras nos bastidores. De qualquer forma, o contexto que se evidenciou no município traz à tona uma série de novas questões, como a necessidade de ações externas, governamentais, que minimizem a dependência deste ao cultivo de fumo, de tal modo que estas estratégias ganhem maior expressão e tenham espaço para que sejam efetivadas. A busca por autonomia destes produtores é diária, e vai desde a luta por um melhor preço do produto nas integradoras até a construção de um espaço de discussão nos bastidores do sistema.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v40n2/a469cr2481.pdf>>.
- ANUÁRIO brasileiro do tabaco: renda e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: Gazeta 2010. 160 p.
- BOEIRA, S. L. **Atrás da cortina de fumaça**: tabaco, tabagismo e meio ambiente estratégias da indústria e dilemas da crítica. Itajaí: Univali, 2002.
- BUAINAIN, A. S.; SOUZA FILHO, H. M. **Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil**. São Paulo: UNICAMP, 2009.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. 28 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf>.
- DESER – DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO ECONÔMICO RURAIS. **Conjuntura do fumo**. Curitiba: Deser, 2010. 7 p.
- FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Faostat**: food and agricultural commodities production. 2011. Disponível em: <<http://www.faostat.org>>. Acesso em: 1 Sept. 2011.
- GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Censo Agropecuário 1975**. Rio de Janeiro: IBGE. 1975.
- _____. **Censo Agropecuário 1985**. Rio de Janeiro: IBGE. 1985.
- _____. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colectao_digital.php?titulo=Divis%20Regional%20do%20Brasil%20em%20mesorregi%20e%20microrregi%20geogr%20e%20fic%20v.1&link=Div_Reg_do_Brasil_em_Meso_Micro_Geo_V1#>. Acesso em: 12 set. 2011.
- _____. **Censo Agropecuário 1995/1996**. Rio de Janeiro: IBGE. 1995/1996.
- _____. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE. 2006.
- _____. **Sistema IBGE de recuperação automática (Sidra)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&co=11&ci=P>>.
- MESQUITA, A. S.; OLIVEIRA, J. M. C. **A cultura do fumo na Bahia**: da excelência à decadência. Bahia: Seagri, 2003. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br>>.
- NARDI, J. B. **A história do fumo brasileiro**. Rio de Janeiro, Abifumo, 1985.
- _____. **Acabou-se o fumo**: formação socioeconômica e espacial de Arapiraca-AL. Arapiraca: Ensaio, 2009.
- SEFFRIN, G. **O fumo no Brasil e no mundo**. Santa Cruz do Sul: Afubra, 1995.
- SILVA, L. X. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. A cadeia agroindustrial de fumos claros do sul do Brasil e a “Convenção-Quadro para o controle do Tabaco”: estratégias e perspectivas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco, Acre. **Anais...** 20-23 jul. 2008. Brasília: Sober, 2008.

SILVA, L. X.; BORGES, R. L. Interpretações e análise das relações contratuais e da interdependência na cadeia agroindustrial do tabaco sul-brasileiro. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 5., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 27-28 maio 2010. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/752.pdf>>.

SINDITABACO – SINDICATO INTERESTADUAL DA INDÚSTRIA DO TABACO. **Sistema integrado**. Rio Grande do Sul: Sinditabaco, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.sinditabaco.com.br>>. Acesso em: 1 nov. 2011.

SPIES, R. O processo de espacialização produtiva da microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul (RS). 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2000.

VARASCHIN, M. J. F. C. Fumo. *In*: VIEIRA, L. M. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2009-2010**. Florianópolis: Epagri/Icepa, 2010. p. 98-106.

VOGT, O. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849-1993)**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1997.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

Revisão

Andressa Vieira Bueno

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Laeticia Jensen Eble

Leonardo Moreira de Souza

Luciana Dias

Olavo Mesquita de Carvalho

Marco Aurélio Dias Pires

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração

Aline Rodrigues Lima

Bernar José Vieira

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Andrey Tomimatsu

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 11,5/13,8 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m2
Cartão supremo 250g/m2 (capa)
Brasília-DF

Composto em adobe garamond pro 11,5/13,8 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m2
Cartão supremo 250g/m2 (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

SAE

SECRETARIA DE
ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

G O V E R N O F E D E R A L
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA